

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO

REGINA MARIA DA COSTA

MIGRAÇÃO NORDESTINA PARA O CORTE DE CANA NO MATO GROSSO

“Porque eu vim moça, eu vou lhe contá”

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção, na área de concentração Gestão da Produção.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves.

São Carlos

2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C837mn

Costa, Regina Maria da.

Migração nordestina para o corte de cana no Mato Grosso : porque eu vim moça, eu vou lhe contá / Regina Maria da Costa. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
156 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Engenharia de produção. 2. Reforma agrária. 3. Migração. 4. Trabalhadores. 5. Cana-de-açúcar. 6. História de vida. I. Título.

CDD: 658.5 (20ª)



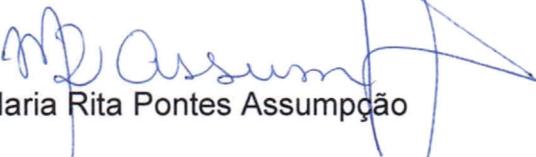
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
Rod. Washington Luís, Km. 235 - CEP. 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone/Fax: (016) 3351-8236 / 3351-8237 / 3351-8238 (ramal: 232)
Email : ppgep@dep.ufscar.br

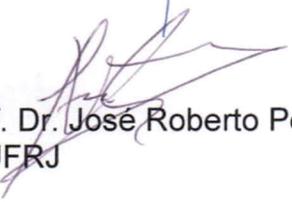
FOLHA DE APROVAÇÃO

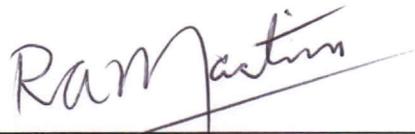
Aluno(a): Regina Maria da Costa

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DEFENDIDA E APROVADA EM 03/08/2010 PELA
COMISSÃO JULGADORA:


Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves
Orientador(a) PPGE/UFSCar


Profª Drª Maria Rita Pontes Assumpção
Unisantos


Prof. Dr. José Roberto Pereira Novaes
IE/UFRJ


Prof. Dr. Roberto Antonio Martins
Coordenador do PPGE/UFSCAR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria Rodrigues e José Bahia, por terem me dado o dom da vida;

Aos meus irmãos, Roberto, Raquel, Luzia e José B. Filho, pela torcida incondicional;

Ao meu orientador “Francisco Alves”, que me encorajou a abraçar a temática “Migrações”;

E em especial ao meu querido e amado esposo, “Mauro Fofuxo”, que com seu amor paciente me proporcionou equilíbrio emocional, fator essencial para a conclusão deste trabalho.

“A saudade existe, não porque estamos longe, mas porque um dia estivemos juntos.”¹

À minha inesquecível irmã Maria José da Costa Domingues.

Ao amigo Dedé – Cortador de Cana

(In Memoriam)

Para Tiago e Rodrigo

Para Karoll e Luanna

Para Millena e Felipe

Para Laura e Maura

Para Michel e Ingrid

Criaturas inefáveis

Em minha “vida”.

¹ Trecho da canção Teo Torriatee (Let us Cling Together), gravado em 1976 pelo grupo Queen, no álbum A Day at the Races, referindo-se a saudade e ao amor por alguém que muitas lições nos deixou.

AGRADECIMENTOS

Quero lhe agradecer “**JESUS**”, porque esta dissertação já estava no Seu Coração, antes de estar no meu!

E é com tamanha misericórdia que enviastes diversas pessoas como:

As amigas Elaine Rodrigues e Ana Maria, os professores amigos Raimundo e Regiane, os anfitriões barrenses Professor José Inácio, Dona Elisa e a querida Isabel, os imigrantes, Dona Olívia, o Sr. Manoel e o Messias. Os colegas e professores do “Minter” e os cortadores de cana nordestinos.

Meu inestimável cunhado Carlos “o pretinho”, trabalhador no corte da cana. E os meus amigos cortadores de cana que residem em Arenópolis.

Todos foram escolhidos por Ti Jesus, para me auxiliarem diretamente nesta obra científica que é o mínimo do Seu plano maior.

O fantástico é que cada uma dessas pessoas, em sua individualidade, contribuiu para o desenvolvimento e aperfeiçoamento deste trabalho.

*Nada há a subtrair nada a acrescentar às maravilhas de Deus;
Elas são incompreensíveis. Quando o homem tiver acabado,
Então, estará no começo; e quando cessar a pesquisa,
ficará perplexo. (Ecl. 18, 5-6).*

Portanto, neste momento deixo aqui expresso o reconhecimento dessas contribuições, tendo por todas essas pessoas imensa gratidão.

Obrigada Jesus!

RESUMO

O pano de fundo da movimentação dos fluxos migratórios para o estado do Mato Grosso, como em todo o território brasileiro, caracteriza-se pela ausência da aplicabilidade da Reforma Agrária. Esta ausência impossibilita a produção agropecuária familiar em muitas regiões, como no caso do Nordeste, o que contribui diretamente para o aumento do índice migratório. Ter terras e não ter condições de expandir a produção, ou ainda, escoá-la de forma competitiva, é o mesmo que não as ter. A produção dos migrantes em suas terras de origem normalmente é de subsistência e ao necessitarem de recursos para suprir as suas necessidades acerca, por exemplo, da compra de um bem, da efetivação de melhorias no ambiente em que vivem ou até mesmo em casos de saúde, é um grande desafio, pois os recursos são insuficientes. A proposta desta dissertação é investigar quais as motivações que levam os trabalhadores nordestinos para o corte de cana no estado do Mato Grosso. Para cumprir este objetivo, adotamos as metodologias das pesquisas: qualitativa e história de vida, que possibilitaram a utilização de ferramentas, tais como a observação e as entrevistas (informais e gravadas), por meio das quais foi possível o registro das principais motivações dos migrantes na atividade canavieira na usina Barrálcool, em Barra do Bugres. Este cenário evidenciou que os migrantes sentem-se incitados pela região do estado do Mato Grosso devido às seguintes motivações: A) haver oportunidade no corte da cana para aqueles que ainda não tinham experiência, situação esta denominada pelos cortadores como carteira branca; B) por acreditarem que o trabalho nas usinas do estado do Mato Grosso oferece melhores condições em relação à remuneração que em outros estados; C) a possibilidade de receberem seguro desemprego em safras alternadas; D) apesar do município de Barra do Bugres ser relativamente menor em relação aos demais municípios, o mesmo oferece a chance de fixação de moradia nos bairros e nos assentamentos, e mesmo não sendo este o foco do presente estudo, identificamos a presença de algumas famílias estabelecidas; e por fim, E) constatamos também que para alguns migrantes, o trabalho na usina tem oferecido caminhos para a realização de sonhos, como a aquisição de bens e investimentos em construção de alojamentos para abrigar novos migrantes que desejarem vir para o Mato Grosso. Surge ainda a proposta de uma nova categoria de migrantes que são os incertos/imprecisos, onde o deslocamento de retorno ao local de origem é definido pelo fator remuneração.

Palavras-Chave: Reforma Agrária. Migração. Trabalhadores. Cana-de-açúcar. História de Vida.

ABSTRACT

The background of the flux migratory movement to the Mato Grosso State, as in the whole Brazilian territory, characterized by the absence of Agrarian Reform applicability, this absence make the production impossible in many regions, such as the Northeast, which directly contributes to the migratory rate increase. To have land and having not condition to expand production, or yet, to transport it competitively, it is the same that not to have. The migrants production in their land is usually for subsistence and when they need the resource to supply their needs, for example, the purchase of a property, the effectuation of improvements in their living environment or even in cases of health is a major challenge because the resources are insufficient. The purpose of this dissertation is to investigate the motivations that lead northeastern workers to the sugar cane cut job in the Mato Grosso state. To meet this goal, we adopted the research methodologies: qualitative and life history, which allowed the use of essential tools, such as observation and interviews (informal and recorded) by the which was possible to record the main motivations of migrants in the sugarcane activities in the Barrácool plant in Barra do Bugres. This scenery showed that migrants feel encouraged by the region of Mato Grosso State for the following reasons: A) to have the opportunity in the sugar cane cut job to those that have not experience yet, situation known by the cutters as white paper, B) by the believe that the work in the plant of the Mato Grosso State offers better conditions in relation to remuneration than in other states, C) the possibility of receiving insurance in alternating seasons and D) despite Barra Bugres town be relatively little compared to other towns, it offers the chance of fixing housing in neighborhoods and settlements, and even this is not the focus of this study, we identified the presence of some established families, and finally, E) we also found that for some migrants, the work in the plants has offered ways to the realization of dreams, as the acquisition of goods and investments in construction of accommodation to house new migrants wish to come to the Mato Grosso. Still arises the proposal of a category of migrants who are uncertain/imprecise, where the return displacement to the origin location is defined by the remuneration factor.

Keywords: Agrarian Reform. Migration. Workers. Cane sugar. History of Life.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico da evolução da população brasileira por local de residência no período de 1950 a 2006.....	24
Figura 2 - Migrações quanto ao espaço	28
Figura 3 - Migrações quanto ao tempo	28
Figura 4 - Migrações quanto à forma	29
Figura 5- Mapa da produção do setor sucroenergético.....	41
Figura 6- Mapa do município de Barra do Bugres.....	43
Figura 7- Barco <i>Etrúria</i>	45
Figura 8- Ponte sobre o rio Paraguai	46
Figura 9- Vista aérea do complexo industrial da usina Barrálcool.	49
Figura 10 – Ônibus de lotação da empresa Moreira tur.....	66
Figura 11- Irmãos baianos em dia de folga	70
Figura 12 - Intermediário Sanduca (vestido com uma camisa) junto aos trabalhadores	73
Figura 13 – Vestimenta e acessórios utilizados no corte manual da cana-de-açúcar:	77
Figura 14- Foto do produto flocão, farináceo consumido entre os nordestinos	80
Figura15– Suplemento alimentar oferecido na usina Itamarati S.A –Nova Olímpia, agosto/2009	81
Figura 16 - Suplemento alimentar oferecido na usina Barrálcool s.a, Barra do Bugres, setembro/2009	82
Figura 17 – Cicatriz na perna de um cortador de cana em acidente com o podão.....	83
Figura 18 – Motos adquiridas pelos migrantes em frente do alojamento privado	88
Figura 19- Foto de casal migrante.....	93
Figura 20 - Sr. Juvenal e esposa matogrossense.....	94

Figura 21 – Trabalhador migrante em dia de folga em frente ao alojamento privado	96
Figura 22 – Cortador de cana recém chegado da jornada de trabalho nos canaviais.	97
Figura 23 - Casal de migrantes no alojamento alugado na cidade.....	98
Figura 24 – Foto de Dona Olívia – costureira migrante vinda de Natal.....	100
Figura 25 – Trabalhador migrante que possui duas famílias.....	105

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Evolução do índice de gini da propriedade da terra no Brasil e grandes regiões nos anos de 1967 a 2000	25
Quadro 1- Área plantada de cana-de-açúcar – safras: 2006 a 2008	42
Quadro 2 - Principais culturas exploradas no município de Barra do Bugres.....	47
Quadro 3 – Estrutura fundiária das propriedades rurais no município de Barra do Bugres.....	50
Quadro 4 – Regime de ocupação da terra no município de Barra do Bugres.....	50
Quadro 5 - População por situação de domicílio nos períodos de 1991 e 2000.....	51
Quadro 6 – Perfil dos migrantes que trabalham na atividade da cana na usina Barrálcool em Barra do Bugres na safra-2009	53
Quadro 7 - Resumo das principais motivações da vinda dos migrantes para o estado do Mato Grosso.....	61
Quadro 8 - Salários dos cortadores de cana em SP, GO, PE e MT (2005/ 2007 e 2009)	85

LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

AL – Alagoas

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BA – Bahia

BAP – Bacia do alto Rio Paraguai

CAI – Complexo Agroindustrial

CPT – Comissão da Pastoral da Terra

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

DIEESE- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos

DRT- Delegacia Regional do Trabalho

EMPAER – Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso

FGV – Fundação Getúlio Vargas

GO – Goiás

HÁ - Hectares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IAA – Instituto do açúcar e do álcool

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis

IEA – Instituto de Economia Agrícola

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERMAT – Instituto de Terras do Mato Grosso

MA – Maranhão

MPF – Ministério Público Federal

MT – Mato Grosso

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MG – Minas Gerais

MS – Mato Grosso do Sul

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

OIT- Organização Internacional do trabalho

PB- Paraíba

PE – Pernambuco

PI - Piauí

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

RJ – Rio de Janeiro

SEMA – Secretaria Municipal da Agricultura

SER – Sindicato dos Empregados Rurais

STRs – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SP – São Paulo

SM – Salário mínimo

SINDALCOOL – Sindicato das indústrias sucroalcooleiras do estado de Mato Grosso

SINE – Sistema Nacional de emprego

SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA

SRTE – Superintendência Regional do trabalho e emprego

SIPRA – Sistema de informações de projetos de Reforma Agrária

UFPE – Universidade Federal do Pernambuco

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNEMAT- Universidade do Estado de Mato Grosso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 AS MIGRAÇÕES NO BRASIL E A REFORMA AGRÁRIA.....	21
1.1 Apresentação	21
1.2 Migrações: fatores de atração ou expulsão?.....	21
1.3 Tipos de Migrações	27
1.4 Síntese.....	30
CAPÍTULO 2 COMPLEXO AGROINDUSTRIAL - A EXPANSÃO CANAVIEIRA NO MATO GROSSO	32
2.1 Apresentação	32
2.2 O processo de ocupação do Estado do Mato Grosso.....	32
2.3 As instalações das usinas e a expansão da cana-de-açúcar	36
2.3.1 Destilarias produtoras de açúcar e álcool no Estado do Mato Grosso	40
2.3.2 Destilarias que produzem apenas o álcool no estado do Mato Grosso.....	40
2.4 Contextualizando a cidade de Barra do Bugres: a história do município.....	42
2.4.1. “Rio Paraguai” - Participação na formação e crescimento populacional	44
2.4.2 Identificação das Usinas: Itamarati, Coprodia e Barrálcool	47
2.5 Síntese.....	51
CAPÍTULO 3 TRABALHADORES MIGRANTES NA ATIVIDADE DO CORTE DA CANA.....	53
3.1 Apresentação	53
3.2 Perfil dos migrantes	53
3.3 As razões da partida: As condições de vida e a migração	61
3.4 A vinda para o Mato Grosso: Contatos e condições da viagem.....	65
3.5 O processo de trabalho e a qualidade de vida dos migrantes na colheita da cana.....	69
3.5.1 Representatividade do Sindicato	78
3.5.2 A remuneração.....	83
3.5.3 A greve	89

3.6 Classificação dos migrantes	91
3.6.1 Migrantes permanentes.....	91
3.6.2 Migrantes pendulares.....	95
3.6.3 Migrantes incertos/ imprecisos.....	96
3.7 A importância da família	99
3.7.1 Família no Mato Grosso	100
3.7.2 Família no Nordeste.....	103
3.7.3 Família nos dois Estados	104
3.8- Afinidade e segurança	105
3.9 Síntese.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
APÊNDICE A - Roteiro da entrevista com recursos humanos das usinas: Coprodia, Itamarati e Barrálcool.....	117
APÊNDICE B – Questionário biográfico aplicado aos trabalhadores do alojamento “Carandiru”	119
APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas – Migrantes.....	121
APÊNDICE D – Roteiro de entrevista aplicado ao representante do sindicato dos trabalhadores rurais de Barra do Bugres.....	122
ANEXO A – Termo de solicitação de entrevista para usina Itamarati.....	123
ANEXO B – Termo de solicitação de entrevista para usina Barrálcool	124
ANEXO C – Empresas privadas que investiram em projetos de colonização no estado do Mato Grosso	125
ANEXO D – Acordo coletivo (sindicato e usina)	126
ANEXO E – Termo de ajuste de conduta da usina para com os trabalhadores	146
ANEXO F – Jornal diário da serra – “O protesto”	154

ANEXO G – Jornal cana – usina do mês – “O sucesso”	155
ANEXO H – Carta da terra por Herbert de Souza “Betinho”	156

1 INTRODUÇÃO

Um breve histórico das últimas décadas do século XX da região Centro-Oeste, nos permite notar que a mesma sofreu uma série de transformações com impactos consideráveis na estrutura produtiva e ocupacional. Os incentivos governamentais para a ocupação desta região ocasionaram significativos fluxos migratórios e grandes empreendimentos agropecuários, levando à expansão da monocultura de alguns produtos como a cana-de-açúcar.

No entanto, enquanto o impulso à expansão da capacidade produtiva resulta no êxito empresarial, o trabalho no corte de cana queimada emprega inúmeros trabalhadores que oferecem suas forças de trabalho a preços baixíssimos. Há ainda, a valorização do preço do álcool, o que intensifica o crescimento do ciclo da cana-de-açúcar, apresentando recordes de produção e gerando uma oposição significativa entre estes dois fatores de produção.

Um dos Estados que apresenta expansão de alguns produtos agrícolas, como a cana-de-açúcar, é o Mato Grosso, que, com algumas regiões dos municípios de Arenópolis, Denise, Barra do Bugres, Nova Olímpia, Tangará da Serra, Santo Afonso, Nova Marilândia e Campo Novo do Parecis, substituíram o verde das florestas, das áreas de pastagens e das lavouras de grãos, pela paisagem verdejante dos canaviais.

Assim, este trabalho de mestrado se justifica pela inquietação da autora ao observar, a cada nova safra, a situação descrita acima. Significativas transformações ocorreram após a instalação das usinas Barrálcool, localizada em Barra do Bugres, Itamarati, na cidade de Nova Olímpia, e Coprodia, no município de Campo Novo do Parecis. Com esse cenário produtivo se alterando aceleradamente, isto provocou o crescimento da oferta de postos de trabalho no corte da cana, atraindo os migrantes.

No início da pesquisa havia uma preocupação investigativa acerca da expansão da cana-de-açúcar que substituíra as atividades produtivas anteriormente existentes, mas, por meio da orientação do Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves, que desenvolve pesquisas com os trabalhadores rurais, da oportunidade de assistir ao filme “Migrantes”, e também da participação em um congresso sobre “Migrações” com jovens pesquisadores em Guariba – São Paulo (Julho de 2008), o interesse pela temática Migrações aumentou significativamente.

Intensificando a pesquisa sobre a expansão dos canaviais no estado do Mato Grosso, houve o entendimento do ciclo produtivo da atividade canavieira por meio da qual visualizei que em uma das etapas deste processo, a que consiste no corte da cana queimada, há a necessidade da utilização de mão-de-obra migrante. E assim, surgiu a indagação do estudo:

Quais as motivações que levam os trabalhadores nordestinos para o corte de cana no estado do Mato Grosso?

A escolha do município para a aplicação das entrevistas se explica pela expressiva concentração de migrantes nordestinos no corte da cana em relação às outras usinas existentes. Nas demais usinas a mecanização do corte é maior do que na usina Barrálcool.

Num primeiro momento, a pesquisa se concentrou na revisão bibliográfica, contemplando autores que discutem a temática “Migração” por meio de livros, revistas e artigos. Posteriormente, a pesquisa utilizou-se da metodologia qualitativa que buscou captar dos próprios migrantes o conjunto dos elementos explicativos do deslocamento de regiões distantes para o Estado do Mato Grosso.

Em março de 2009 fiz um primeiro contato com a Diretoria de Recursos Humanos das usinas Coprodia, Itamarati e Barrálcool. Na usina Coprodia foi possível gravar a entrevista, porém nas outras duas usinas, o contato se deu apenas por e-mails, por meio dos quais foi enviado um questionário, conforme Apêndice A.

Com a Diretoria de Recursos Humanos das usinas, foi identificado que para a safra 2009/2010, a usina Coprodia apresentava índice de mecanização de 65%, no entanto, estava utilizando 450 trabalhadores para o corte da cana; a usina Itamarati estava com um índice de 96% de mecanização e mesmo assim, contava com 400 trabalhadores; e a usina Barrálcool apresentava 50% de sua colheita por métodos mecanizados e empregava 1.500 homens no corte da cana-de-açúcar.

Assim, como esta última usina apresentava maior concentração de trabalhadores, migrantes nordestinos, no corte manual da cana queimada, houve a escolha para a aplicação das entrevistas no município onde a mesma se localiza, tendo em vista maiores possibilidades de contatos e acessibilidade com os atores sociais (o objeto da pesquisa), que são os migrantes, possibilitando a concretização deste estudo.

Ao referenciar os deslocamentos populacionais pelo território brasileiro, dois pontos fundamentais devem ser considerados: o fator de atração e o de expulsão.

O fator de atração consiste num fascínio pela obtenção de melhoria, ocorre à escolha por parte do indivíduo. Porém, parte do entendimento, que os migrantes nordestinos migram para o corte da cana no estado Mato Grosso, pelo fator econômico de expulsão, cuja, incapacidade de reprodução em seus locais de origem, leva a migração como estratégia de sobrevivência.

Esse posicionamento acerca dos motivos da migração é uma exigência da metodologia qualitativa², que deriva da convicção de que a expressão dos atores é essencial para a compreensão da sociedade. Sendo assim, para a elaboração deste trabalho subsidiei da metodologia qualitativa, devido à argumentação da mesma no que diz respeito à necessidade da tomada de posição por parte do investigador. Evidencio ainda que a tomada de posição surgiu sob o olhar de como eu observei o objeto.

A pesquisa qualitativa pode ser classificada ainda com tipologia de pesquisa explicativa, isto é, uma pesquisa sobre a ação, o porquê da vinda desses migrantes.

Utilizei também a metodologia da História de vida³, que consistiu na realização de entrevistas gravadas (neste estudo, especificamente no período de agosto a outubro/2009) realizadas com os migrantes nordestinos que trabalham na usina Barrácool, como instrumento de coleta de relatos referentes aos acontecimentos e experiências adquiridas nos canaviais matogrossenses. Nessa metodologia estão intrínsecas a observação, a história oral e a entrevista.

O primeiro contato com os trabalhadores foi por intermédio de uma moradora antiga do Município de Barra do Bugres, a Dona Olívia. Como a mesma possui um ateliê que presta serviços de consertos em roupas para diversos migrantes, dentre eles os cortadores de cana, Dona Olívia não mediu esforços na apresentação da pesquisadora, concretizando o contato inicial.

Na sequência, durante as visitas nos alojamentos espalhados pela cidade e na entrevista no bar em frente ao alojamento da usina, houve o acompanhamento do Sr. Manoel Messias, que também é um trabalhador na atividade da cana. Oriundo da Bahia, o Sr. Manoel Messias tornou-se um facilitador primordial nos contatos, por ser cortador de cana e

² Os pontos que incitam a pesquisa qualitativa são as características de diferenciação das estruturas e conjunturas entre países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Esse tipo de pesquisa teve início na Europa em específico na França, onde o seu direcionamento voltou-se para as instituições sociais. Na América Latina, onde as desigualdades materiais são mais ostensivas, o poder do saber representa um privilégio de poucos. E assim esta alternativa de investigação dirigiu-se para os oprimidos ou dominados, ou seja, aqueles que estão situados na base da estrutura social. Ao citar as características das diferenças entre estrutura e conjuntura, estamos falando do poder econômico versus o poder político que acabou culminando em duas grandes crises. A primeira refere-se à crise da recessão econômica (desemprego conjuntural). E a segunda foi devido às condições do emprego – modernização na estrutura – automação do trabalho (aumenta o desemprego estrutural). (Touraine 1974 *apud* Thiollent 2006 p.46).

³De acordo com site da fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, acesso em 15 de maio de 2009, a metodologia da História de vida foi introduzida na década de 70, período em que foi criado o Programa de História Oral. Em 1990, o movimento em torno dessa metodologia cresceu significativamente, tanto que em 1994 foi criada a Associação Brasileira de História Oral.

reconhecido na região, intermediou os contatos, já que o mesmo é conhecedor de muitos alojamentos dos migrantes.

A observação consistiu em estar face a face com os observados nos alojamentos. Já a entrevista, utilizada na metodologia da História de vida, pode ser feita de duas formas: a primeira, orientada pela temática; e a segunda, pela história de vida, descrevendo a trajetória desde a infância até o momento da fala. Focando o objetivo deste trabalho, cuja temática é a migração para o corte de cana, optei pela primeira alternativa.

As entrevistas ocorreram primeiramente por meio de um questionário estabelecido, conforme (apêndice B). Percebendo a limitação que esse instrumento formal estava trazendo, pois os migrantes respondiam apenas o que era perguntado, comecei a gravar as entrevistas de uma maneira em que simplesmente lhes pedia para contarem “quando e o porquê da vinda” e assim, os trabalhadores começaram a falar bem mais. Durante o processo de recordação, muitas vezes silenciavam, pois a emoção vinha à tona. E ao vasculhar a memória, encontravam as lembranças experimentadas no passado, a situação do hoje e os anseios futuros.

Entrevistando os trabalhadores, procurei valorizar as marcas das diversas histórias de vida ouvidas (relembradas e narradas). A partir deste método (depoimentos) tornou-se possível compreender o quanto de consciência da realidade as pessoas tinham em suas memórias, o que elas sabem de suas vidas e dos seus ambientes, o sentimento em relação aos cidadãos barrenses. Nesse momento é que foi possível compreender a rotina da ida e vinda no passado tanto como no presente, percebendo ainda as perspectivas futuras dessas pessoas em relação ao lugar.

As gravações possibilitaram a preservação das fontes pessoais, preenchendo certas lacunas existentes nos documentos escritos. O interessante nas gravações é a captura de relatos acrescidos dos sotaques e entonações nordestinas, tendo em vista que a linguagem dos mesmos se diferencia da linguagem dos matogrossenses. Utilizei também entrevistas não gravadas, devido algumas pessoas não se sentirem à vontade com o uso do gravador. Por meio desta metodologia os trabalhadores recorreram às suas experiências e memórias para recomporem fatos ocorridos nas suas temporalidades enquanto cortadores nos canaviais do estado do Mato Grosso.

No campo da observação e na busca de quais migrantes seriam entrevistados, optei pela representatividade qualitativa, considerando a acessibilidade e a disponibilidade por parte do entrevistado e o significado de sua experiência, de modo que pudesse responder à problemática elencada. Desse modo, não foram adotados critérios quantitativos, evitando a

preocupação com amostragens na escolha dos entrevistados. Porém, mesmo de maneira aleatória, durante a pesquisa foi possível contatar um número significativo de trabalhadores.

Nos dezoito alojamentos visitados, no período de Agosto a Outubro de 2009, foram entrevistados 112 migrantes, 105 deles, homens trabalhadores da cana, o que representa 7% do montante de 1.500 cortadores que trabalhavam na safra 2009, na usina Barrálcool. Em dezessete locais foi possível conhecer, registrar e analisar o ambiente por meio da fotografia⁴. Uma única entrevista aconteceu em frente ao alojamento da usina, no Bar da Dona Vani, devido a não autorização pelo gerente de campo à visita ao local.

Optei em utilizar a fotografia como técnica de análise, tendo em vista a possibilidade de retratar os locais visitados, evidenciando o meio social em que estavam inseridos os migrantes nordestinos.

Para uma melhor visualização e apresentação desta pesquisa, o estudo foi organizado de maneira que no primeiro capítulo, há o relato das migrações no Brasil e a contextualização da situação agrária brasileira, enfocando “Leis de terras, Estatuto da terra e Reforma Agrária”.

O segundo capítulo apresenta uma abordagem sobre o complexo agroindustrial (CAI), a expansão e a monocultura da cana-de-açúcar no Estado do Mato Grosso. Contempla também, a aceleração do processo de ocupação do Estado por conta dos incentivos dos projetos privados de colonização. Traz a descrição das usinas de açúcar e álcool com um recorte ao município de Barra do Bugres, onde está instalada a usina Barrálcool.

Na sequência, temos o terceiro capítulo, que traz um aporte acerca dos trabalhadores migrantes no corte da cana na usina Barrálcool. Apresentamos ainda os tipos de migrantes existentes; como ocorre a migração; o contato e a viagem; o processo de trabalho e a qualidade de vida dos migrantes na colheita da cana; a questão da remuneração; a representatividade do sindicato; a greve; a importância da família; e, a afinidade entre os trabalhadores. É relevante ainda a abordagem neste capítulo, acerca das variáveis Migrações, Trabalho, Condição de vida e Família, que são evidenciadas por meio das transcrições das

⁴ Kossoy (2001, p.95-96) diz que o uso da fotografia como fonte de análise, inclui certa representatividade do local pesquisado, contudo, é preciso proceder à análise voltada para um estudo e interpretação de forma mais ampla do seu significado, não podendo ser encarada como o espelho da realidade, pois em certo momento os atores poderiam estar representando. Esse mesmo autor faz referência aos componentes de ordem material e imaterial no uso da fotografia como técnica de análise. Os componentes de ordem material estão diretamente relacionados aos recursos técnicos, os equipamentos, os materiais e os produtos específicos fornecidos pela indústria fotográfica. E os componentes de ordem imaterial referem-se aos filtros individuais: psicológicos, sociais e ideológicos. O que se deve ter em mente ao usar a fotografia como técnica de análise é o cuidado para não imaginar uma situação que não existe, criando como cilada, uma pseudo (realidade). Por isso, o pesquisador precisa estar atento às multiplicidades de significados que a imagem fotografada pode trazer.

entrevistas na íntegra, tendo em vista que essas questões foram as mais elencadas nas falas dos trabalhadores.

Com as considerações finais, esta dissertação, encerra-se aqui, mas, é considerado um estudo que pode ser visto como um trabalho capaz de abrir caminhos para novos questionamentos e para futuras pesquisas.

CAPÍTULO 1 AS MIGRAÇÕES NO BRASIL E A REFORMA AGRÁRIA

1.1 Apresentação

A industrialização brasileira, especificamente a agroindústria, que impulsionou a expansão da monocultura canavieira, trouxe várias transformações socioeconômicas, pois a busca pelo desenvolvimento resultou no êxodo rural, levando às migrações forçadas.

Há inúmeras abordagens e pesquisas teóricas como Portela (1999), Silva (1980), Paiva (1987), Ianni (1979), Valim (1996), Furtado (1970) com enfoques diferenciados sobre as migrações, porém, neste capítulo, a discussão refere-se às informações acerca das migrações no Brasil, decorrentes da ausência da Reforma Agrária.

1.2 Migrações: fatores de atração ou expulsão?

Alguns estudos de Portela (1999), sobre a movimentação da população brasileira, evidenciam a aceleração da urbanização, onde a interface denominou-se de Êxodo Rural, sendo aceito num plano empírico como um deslocamento físico e natural como realidade e sinônimo da migração.

Além do Êxodo Rural, outro movimento de população que recebeu destaque é a expansão da fronteira agrícola⁵. Desde 1930 já eram identificadas relevantes movimentações de migrantes rumo a zonas urbanas e a expansão da fronteira agrícola aparentou ser uma possível alternativa para as diversas tensões sociais advindas de inúmeros fatores, dentre eles, os conflitos pela posse da terra.

Os deslocamentos podem ser mensurados através do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1970). O censo apresenta dados que servem para análises dos processos migratórios. As interpretações dos mesmos se constroem na dialética da intensidade desses deslocamentos, baseando-se no que a literatura hoje denomina como Teoria Clássica da Migração⁶. Esses dados incitam trabalhos relacionados com a quantificação dos fluxos migratórios, detalhando idade, sexo, grau de instrução entre outros fatores. No entanto, não sendo função do censo, o mesmo não relaciona os dados desses

⁵ Nome dado às áreas novas ainda não desbravadas, onde a ocupação recebe estímulo do governo, através de projetos de colonização, oficiais ou particulares.

⁶ Identificação, explicação dos efeitos de repulsão e atração de cada área responsável pelos deslocamentos.

deslocamentos com a conjuntura econômica e nem analisa o papel do espaço na influência dos fatores determinantes dos fenômenos migratórios. As análises desses fatores são feitas por autores como Singer (2000) *apud* Menezes (2002), que reconhece o caráter histórico das migrações de forma que as mudanças são consequências da estrutura de produção do capitalismo, e por isso, torna-se necessário analisá-las como reflexo da industrialização no Brasil. Muitas vezes a migração é um processo sem escolha, como nos casos de guerras, desastres naturais ou projetos de desenvolvimento, construção de barragens e centros industriais.

Em geral, quando falamos da migração no Brasil, do rural para o urbano, e vice-versa, pode-se dizer que o deslocamento das pessoas tem sido forçado pelo fator econômico, onde num mesmo país é possível visualizar movimentos das disparidades e desigualdades dos espaços. As populações das áreas desfavorecidas sofrem com o empobrecimento, o que as leva a migrarem, cujos fatores de expulsão ocorrem em duas ordens: fatores de mudança e fatores de estagnação.

De acordo com Singer (2000), o fator de mudança decorre da introdução das relações de produção capitalista, que têm como objetivo, a produção de lucros e a redução de empregos. E o fator de estagnação aparece sob a forma de uma crescente pressão sobre a população na questão da disponibilidade de áreas cultiváveis (podendo ser limitada pela insuficiência física de recursos ou pela monopolização do acesso às terras).

A monopolização do acesso às terras e o desenvolvimento baseado na concentração de riquezas são características do sistema capitalista. Tais características estão presentes na formação da sociedade brasileira e Silva (1980) diz que a agricultura brasileira apresentou um processo de diferenciação em três grandes regiões: Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. No Centro-Sul, a agricultura se modernizou aceleradamente com a adoção do uso intensivo de insumos industriais, no entanto, no Nordeste, após a incorporação das fronteiras do Maranhão e da Bahia, não houve transformações essenciais, no conjunto de sua agropecuária e a Amazônia, que inclui grande parte da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), representou a zona de expansão da fronteira agrícola no início dos anos sessenta.

O processo de desenvolvimento capitalista, na agricultura, ocorreu de formas diferentes nas diversas regiões, o que requer cautela na discussão sobre a agricultura, evitando tratá-la de maneira uniforme. Para compreendermos melhor a situação agrária brasileira, retrocedemos ao estudo histórico da mesma, pois desde a colonização do país, a situação de acesso às terras e a forma de como produzir, sempre foram complexas.

Durante a colonização do Brasil, não houve preocupação acerca de uma divisão justa das terras. O que se conhece é que desde o início da colonização, o país jamais buscou o equilíbrio social, logo, a riqueza pertence a poucos e a pobreza a muitos.

Para melhor compreender como se formou o processo de desigualdade social no nosso país, contextualizaremos a história em três períodos: Colônia, Império e República. A política adotada era comum nos três períodos, marcada pela concentração de poderes por uma minoria privilegiada.

Silva (2000) define a concentração de poderes também como concentração de renda, concentração de propriedades e de oportunidades, fazendo assim com que o poder sobreponha a toda e qualquer situação.

Com a instalação dos portugueses no Brasil, os mesmos tinham objetivos bem definidos, um deles era expandir o comércio. Logo que chegavam ao país, apossavam-se da terra, tornando-se proprietários do maior espaço possível. Convém ressaltar que desde essa época, os conflitos por terra já existiam, acarretando no massacre de grande número de indígenas.

No período colonial a aquisição de terras se deu por meio de concessões de sesmarias. As sesmarias consistiam em conceder aos donatários, prazo determinado para produção, comumente cinco anos. Assim, os colonos ganhavam grandes extensões de terra para desenvolverem nelas a produção esperada, com o objetivo de intensificar o comércio com a Europa. Para o desenvolvimento do trabalho nestas fazendas, os sesmeiros utilizavam os escravos como mão-de-obra. Com o dinheiro adquirido com a venda dos produtos, os mesmos exploravam novas terras virgens, se intitulando proprietários também. Assim, o latifúndio crescia, pois somente aqueles que detinham o capital, tinham condições de obter sesmarias.

Diante desse cenário, marcado pela perda das terras, os trabalhadores rurais, sem condições de sobreviverem em seus locais de origem, foram expulsos, o que aumentou a migração.

De acordo com Paiva (1987, p.15)... “na década de 1950, mais de 70% da população brasileira vivia no meio rural. Na década de 1980, apenas 30% permanecia no campo”.

No gráfico a seguir, observe os deslocamentos rurais para as áreas urbanas, evidenciando a origem do fenômeno migração.

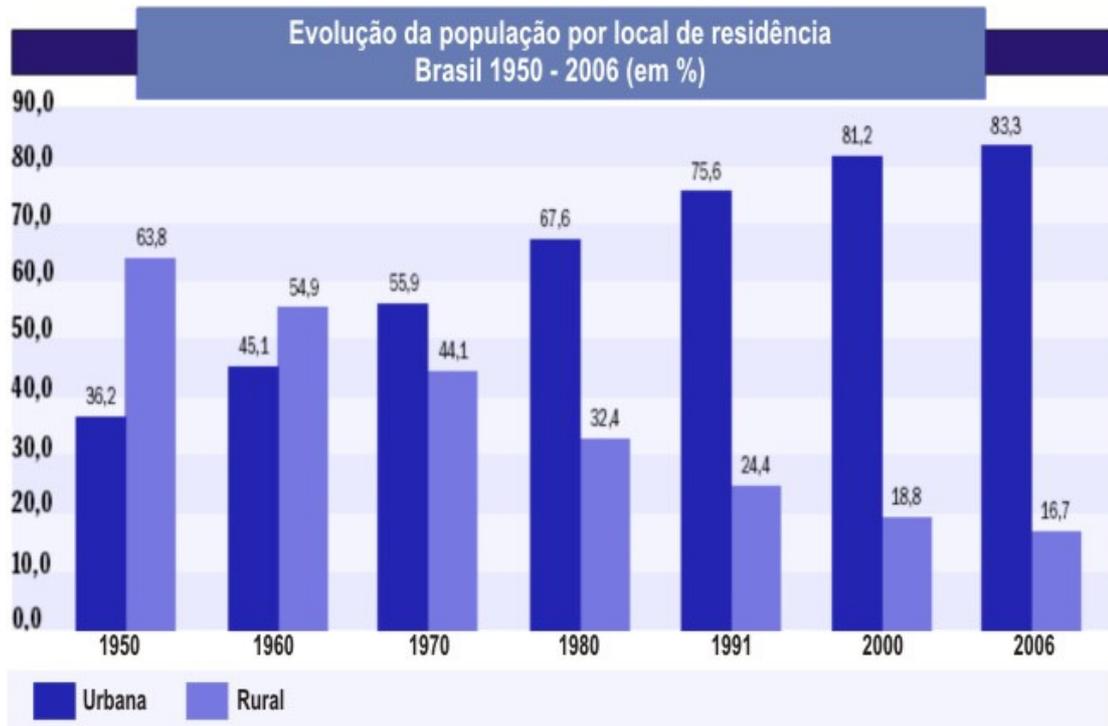


Figura 1 – Gráfico da evolução da população Brasileira por local de residência no período de 1950 a 2006
Fonte: IBGE e Elaborado pelo DIEESE (2007)

Obs.: a) Para 1950: população presente; b) Para 1960: população recenseada; c) Para 1970 até 2000: população residente; d) Para 1970 e 1980: Dados da amostra; e) Para 1991: dados do total da população; f) Para 2000: dados da sinopse preliminar; g) Para 2006: Estimativa da população (dados da PNAD)

Cabe lembrar, que foi na década de 50 que se deu o crescimento da industrialização: construiu-se Brasília, implantaram fábricas, criaram siderurgias, hidrelétricas e auto-estradas. Esse processo provocou o crescimento das cidades, entretanto, nenhuma cidade fora planejada para receber tantas pessoas e assim houve um resultado que persiste até nossos dias, marcado pelo aumento das favelas, pobreza, criminalidade e fome.

José de Souza Martins, em seu livro *“A militarização da Questão Agrária no Brasil”*, afirma que o Estatuto da Terra não privilegiou o pequeno produtor apoiado no trabalho da família, mas sim, o empresário, e por isso surgiu um cenário marcado por desigualdades sociais, conforme descrito acima.

Em geral, a Reforma Agrária era apresentada pelos seus defensores, como solução para a crise agrária e para a crise agrícola. Porém, o país, ao final de 1950, necessitava também do desenvolvimento rápido das forças produtivas no campo, e ao entregar terras dos latifúndios para os camponeses, objetivava a diminuição da concentração e a supressão da relação pré-capitalista, resolvendo a questão agrária e agrícola, através da produção de bens de consumo para a classe trabalhadora urbano/industrial.

Se os pequenos proprietários recebessem subsídios para cultivar em terras ociosas dos latifúndios, resolveria a questão agrícola e agrária. Porém, sabe-se que a Reforma Agrária não ocorreu, e a concentração de propriedades aumentou.

Há duas fontes que mostram a estrutura fundiária no país. A primeira são os dados cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), por meio do qual é possível determinar a distribuição da propriedade da terra. A segunda fonte, sobre a estrutura fundiária, mostra a maneira pela qual os produtores rurais (proprietários, ocupantes, arrendatários e parceiros) ocupam o espaço. Os dados são extraídos dos Censos Agropecuários do IBGE que mostram a distribuição de terras entre os estabelecimentos rurais.

Pela tabela se verifica o índice de desigualdades na distribuição da terra.

Tabela 1 – Evolução do índice de Gini da propriedade da terra no Brasil e Grandes Regiões nos anos de 1967 a 2000

Evolução do índice de Gini ⁽¹⁾ da propriedade da terra Brasil e Grandes Regiões 1967-2000						
Grandes Regiões	1967	1972	1978	1992	1998	2000
Norte	0,882	0,889	0,898	0,878	0,871	0,714
Nordeste	0,809	0,799	0,819	0,792	0,811	0,780
Sudeste	0,763	0,754	0,765	0,749	0,757	0,750
Sul	0,722	0,706	0,701	0,705	0,712	0,707
Centro-Oeste	0,833	0,842	0,831	0,797	0,798	0,802
BRASIL	0,836	0,837	0,854	0,831	0,843	0,802

Fonte: INCRA e Elaboração DIEESE (2007)

Obs.: Nota (1) é um indicador de desigualdade utilizado para verificar o grau de concentração da terra

O índice de Gini, que se insere no intervalo de 0 a 1, detecta-se que quanto maior for a concentração, mais próximo o índice estará do número 1, valor este considerado como concentração absoluta. O índice de Gini, calculado segundo dados do INCRA, utiliza como parâmetro o “domínio da terra”, não importando a vocação e o uso da mesma. Incluem-se também as terras destinadas à mineração e ao reflorestamento, assim como parques nacionais e até as terras indígenas.

O território brasileiro, possui superfície de 854,0 milhões de hectares, mas a área que constava no cadastro do INCRA/92 era de 310,0 milhões de hectares. É relevante compreender que no total de área cadastrada, não estão inclusas as terras públicas, exceção de cerca de 2,0 milhões de hectares em Roraima e 2,0 milhões de hectares no Pará.

Somente a partir de 1992 o INCRA criou o Cadastro de Terras Públicas, com formulário próprio, dando maior transparência aos seus cadastros. Essa área cadastrada é ocupada por 2.924.204 imóveis rurais. Quando olhamos o dado que indica que apenas 36,7%

da superfície do Brasil é ocupada e cadastrada com imóveis rurais, salientamos a necessidade de ponderar as diferenças regionais.

A região norte, que representa 45% da superfície do país, tem uma relação de área cadastrada de apenas 15%, enquanto a região sul tem área cadastrada de 70,0%, representando apenas 6,7% da superfície do Brasil.

O minifúndio⁷, que representa 60% dos imóveis cadastrados, ocupa somente 7,8% da área de terras no país, no entanto a grande propriedade que representa 1,2% dos imóveis cadastrados ocupa 55,0% desta mesma área. Há de se considerar ainda, que sendo a classificação por módulos fiscais, estabelecidos para cada município brasileiro, com valores diferenciados de forma a refletir as diversidades regionais, as maiores áreas de terras, são verificadas nas regiões, norte e centro-oeste.

As diferenças regionais não requerem análises em âmbito nacional, pois mascaram a realidade de cada região, se agravando ainda mais com a criação de políticas públicas, inclusive a Reforma Agrária, com foco nas evidências nacionais. O mesmo ocorre com o índice de Gini, que, se considerado em nível nacional, é um resultado, mas se considerado por Estado, há diferença (veja na tabela acima o índice das regiões sul e centro-oeste).

Em suma, a forma utilizada para avaliar as alterações fundiárias é deficiente, tendo em vista que o índice de Gini não detecta o movimento da concentração fundiária em seus registros, movimento este que ocorre através da distribuição de terras públicas, na forma de grandes propriedades a grupos econômicos. A análise deveria ser feita de maneira particularizada de acordo com a realidade de cada região, considerando as terras públicas que estão sendo utilizadas.

Segundo Ianni (1979, p. 44), houve no Brasil um processo denominado de contra-reforma agrária.

...a política de colonização oficial e particular, conforme ela foi formulada e posta em prática nesses anos, teve a conotação de uma contra-reforma agrária. ...as burguesias de base rural, que apoiaram maciçamente o Golpe de Estado de 1964, para evitar precisamente a reforma agrária, continuaram a pressionar o poder estatal no sentido de desenvolver uma política agrária de contra-reforma. ... o que prevaleceu foi o interesse econômico e político da grande empresa do capital monopolista, que passou a estender-se por essa região com ampla proteção econômica e política do Estado. Assim se definiram as condições de uma política

⁷ Conceito oriundo do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de Novembro de 1964, que definia minifúndio como o imóvel rural com dimensão inferior a 1 (um) módulo rural. Por definição, o módulo rural é a área máxima fixada para cada região e tipo de exploração. Com o advento da Lei nº 6.746/80, que estava diretamente vinculada ao ITR (Imposto sobre território Rural), o módulo considerado passou a ser o módulo fiscal, estabelecido para cada município e que contempla: o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações existentes no município e o conceito de propriedade familiar. (INCRA. **Evolução da Estrutura Agrária**. Brasília: 1987)

governamental de colonização oficial e particular que se concretizou como uma contra-reforma agrária.

A Reforma Agrária é necessária, pois ela modificaria a estrutura agrária, alterando os latifúndios e minifúndios, situações estas marcadas pela desigualdade. Visa também à mudança do centro de poder, pois somente através dela é possível a formação de uma classe média rural estável no Brasil. A aplicabilidade da Reforma Agrária traria conveniências a muitos grupos sociais e inconveniências a grupos de interesses particulares.

[...] por toda parte um reduzido número de latifúndios controla cerca de metade das terras incorporadas à agricultura, ao mesmo tempo que uma massa considerável de minifúndios se contenta com uma fração insignificante das terras e se mantém disponível para emprego ocasional nos latifúndios [...] (FURTADO, 1970, p.89).

Enfim, a quem realmente interessa a Reforma Agrária? Talvez seja à classe denominada trabalhadores rurais que subsistem dentro do latifúndio, onde os mesmos poderiam sobreviver com o esforço do seu trabalho em vez de ter que vendê-lo.

Segundo Valim (1996 p.12): “[...] o que expulsou o trabalhador do campo foi, sobretudo a aplicação de uma política agrícola que ainda hoje favorece a exportação, em prejuízo dos pequenos produtores”.

A ausência da Reforma Agrária implica no aumento das migrações, e ocasiona inúmeros problemas, tais como: a questão energética, indígena, ecológica, a urbanização, e as desigualdades regionais.

A Reforma Agrária é uma questão política a ser resolvida, pois a questão da produção agrícola já foi resolvida. Atualmente a Reforma Agrária é vista como uma reivindicação dos trabalhadores rurais que desejam obter o resultado de sua produção.

1.3 Tipos de Migrações

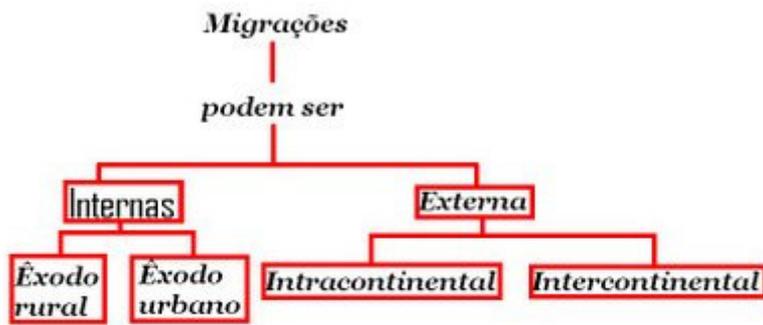


Figura 2 - Migrações quanto ao espaço
 Fonte: <http://geografiaap8c.blogspot.com>

Migrações internas: migração que se realiza no mesmo país.

- a) Êxodo Rural – deslocação da população do campo (zona rural) rumo a cidade (zona urbana).
- b) Êxodo Urbano – deslocação da população da cidade para o campo.

Migrações externas: migração que se realiza entre países.

- a) intracontinentais – realizam-se no mesmo continente.
- b) intercontinentais – realizam-se entre continentes.

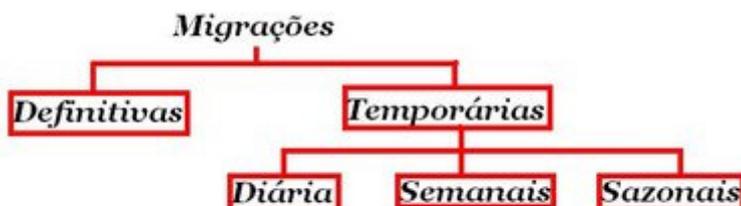


Figura 3 - Migrações quanto ao tempo
 Fonte: <http://geografiaap8c.blogspot.com>

- a) Migrações definitivas/permanentes – realizam-se durante um prolongado período de tempo, superior a um ano e implicam mudança de residência.
- b) Migrações temporárias – realizam-se durante um curto período de tempo (inferior a um ano).
- Migrações pendulares ou diárias – realizam-se diariamente entre local de residência e local de trabalho.
 - Migrações semanais – realizam-se no início da semana com regresso ao fim-de-semana.
 - Migrações sazonais – realizam-se sempre na mesma época do ano.



Figura 4 - Migrações quanto à forma

Fonte: <http://geografiaap8c.blogspot.com>

- a) Tomada de decisão: Migrações livres – realizam-se por vontade própria dos migrantes e as Migrações forçadas – realizam-se quando as pessoas são obrigadas a sair do seu país ou região devido a catástrofes naturais, guerras, perseguição políticas, religiosas ou étnicas.
- b) Relação com a lei: Migrações legais – quando são autorizadas quer pelo país de partida, quer pelo país de chegada e Migrações clandestinas – quando não são autorizadas por nenhum dos países (partida ou chegada).

Autores como Moraes, Frazão e Junior (2007 p.259) mostram que as Instituições Internacionais de estatística definem migração temporária somente aquelas onde as pessoas passam de um país para outro por mais de um mês com objetivo de realizar

trabalho. E que os deslocamentos populacionais inter e intra-regionais entre Estados ou municípios, como ocorrem no Brasil, são conhecidos como migrações internas, ou apenas migrações. Porém, estes mesmos autores citam que em estudos sobre migrações internas no Brasil, elas contemplam quatro categorias: do campo para cidades, avanço das frentes agrícolas, **sazonais** e fuga das secas (p.260).

Em se tratando dos cortadores de cana, podemos classificar as migrações como: quanto ao espaço são interna e meio rural, quanto ao tempo são temporários sazonais (pendulares) podendo ainda ser permanentes e com um indício de uma nova categorização de incertos ou imprecisos. Quanto à forma a maioria das migrações nordestina para atividade no corte da cana queimada é forçosa e clandestina.

1.4 Síntese

A estagnação econômica em muitas regiões do país (como no caso da região Nordeste) o crescimento demográfico, a estrutura fundiária concentradora, e a inexistência da Reforma Agrária, favoreceram as áreas agrícolas tradicionais, e os segmentos menos favorecidos da população, foram e são obrigados a migrarem em busca de melhores condições de vida. Para muitos trabalhadores, migrar representa a sobrevivência, por meio da venda da força de trabalho.

A característica principal das migrações ocorre devido às transformações econômicas da sociedade capitalista, uma vez que pelo processo de acumulação de capital, alguns indivíduos têm êxito e outros não. Esse sistema se reproduz em ambientes diversificados de forma desigual.

A migração pode ser considerada como o movimento no processo da transformação global da sociedade, onde o elemento motivador está circunscrito a partir de uma situação social. É o que acontece com as condições sociais dos migrantes nordestinos, que impossibilitados de obterem os meios de reprodução nos locais de origem, são forçados a migrar.

Fazendo uma análise das palavras, desenvolvimento, estagnação e mudança, tais fatores podem ser considerados como os responsáveis pelos deslocamentos dos indivíduos, pois em determinada circunstância eles aparecem interligados. Pode ser encontrado o arcaico e o contemporâneo, o dinâmico e o estagnado, o plantio de subsistência e a empresa

exportadora. Vamos a um exemplo: a ocupação das terras mais férteis pela agricultura, realizada em bases empresariais, leva ao deslocamento da agricultura de subsistência para áreas menos produtivas, às vezes mais distantes. As terras mais caras são usadas para a agricultura de exportação, que, na sua expansão, engloba as pequenas produções, expulsando-as para mais longe.

Pode ser percebido assim, que há áreas que se modernizam e apresentam maior produtividade com o apoio de mudanças técnicas, outras, entram em retração (os pequenos produtores), e impotentes diante da concorrência, se rendem à empresa agrícola.

Por isso, o que se pode concluir neste capítulo, no que tange à questão das migrações, vem do respaldo dependente da política e das nações pobres submetidas às nações ricas. Assim, pode-se dizer que a intenção foi caracterizar o que é a migração e a implicação da ausência da Reforma Agrária nesse fenômeno.

CAPÍTULO 2 COMPLEXO AGROINDUSTRIAL - A EXPANSÃO CANAVIEIRA NO MATO GROSSO

2.1 Apresentação

O objetivo deste capítulo é mostrar o movimento da expansão canavieira no Estado do Mato Grosso. O processo de ocupação do Estado na década de 70 se deu com os projetos privados de colonização. Esse mecanismo proporcionou a expansão do agronegócio, incentivando o cultivo de alguns produtos como a cana-de-açúcar e a soja, porém, com as instalações das usinas, houve a aceleração na formação dos canaviais. Apresentamos como ocorreu o processo de ocupação do município de Barra do Bugres, enfatizando a formação e o crescimento populacional, destacamos o Rio Paraguai como contribuinte nos deslocamentos e a formação da população; evidenciamos a agricultura cultivada na região identificando a usina Barrálcool.

2.2 O processo de ocupação do Estado do Mato Grosso

De acordo com Siqueira (2002), o movimento de ocupação do estado do Mato Grosso iniciou por volta de 1700, com os bandeirantes paulistas, vindo a ser barreira à ocupação espanhola. Foram os bandeirantes que descobriram as bacias fluviais deste Estado, que serviram de relevantes meios de transporte, sendo um fator culminante para o processo de ocupação. Em consequência, registra-se a partir de então, a utilização da mão-de-obra escrava nas atividades primárias, como exemplo, as atividades de exploração de madeira, mate e minérios, como ouro e diamante, formando assim os primeiros povoados como Poconé, Vila Bela e Diamantino.

Percebe-se a repetição das formas de colonização ocorridas desde o Brasil Colônia. De acordo com Holanda (2004) ao discutir o caráter aventureiro com intuito de exploração e ocupação dos territórios, o objetivo central é o enriquecimento da metrópole e o empobrecimento da Colônia.

Assim, torna-se perceptível que o trabalho escravo aparece como instrumento central no processo de ocupação da Colônia, e não de desenvolvimento dos territórios ocupados. Tal visão corrobora a tese de que Mato Grosso e todo o país, ao contrário de outros países, foi fortemente, ao longo da história, uma Colônia de exploração, e não de povoamento.

Um novo processo de ocupação do Mato Grosso ocorreu marcado pela agricultura na região, sendo orientado por dois momentos históricos: o primeiro momento ocorreu na década de 30, sob o regime de Vargas, movido pela expansão da atividade agrícola e em decorrência do declínio do cultivo do café e da produção leiteira do Sudeste, em grande parte, responsável pelas crises, econômica e agrária, vividas pelas regiões Sul e Sudeste; o segundo momento histórico de ocupação se deu sob Regime Militar⁸ na década de 60, que por meio da política de ocupação da Amazônia, influenciou e incentivou arduamente a ocupação da região, mas desta vez, com a intensificação da expansão agrícola e pecuária.

Esta política se efetivou através de incentivos fiscais e financeiros e da promessa de terras fartas e produtivas, contemplada pelo surgimento dos grandes latifúndios em parte da região Centro-Oeste e Norte. A maior parte dos proprietários desses latifúndios era proveniente das regiões Sul e Sudeste.

Porém, ao retroceder uma década, Vieira (2005) discorre que a consolidação da estrutura no país ocorreu por volta de 1920, pois o pacto político vigente na época permitiu a entrada de capital estrangeiro no Brasil, preservando os interesses capitalistas e da burguesia agrário-exportadora, cujo objetivo principal, desde então até os tempos atuais, consistiu na preservação da estrutura fundiária altamente concentradora.

Em 1950 com a aceleração do desenvolvimento nacional (período do Plano de Metas), junto à concentração fundiária, gerou um transtorno relevante, pois ocorreu a migração em massa da população para os centros urbanos, aumentando assim, a demanda por alimentos. Nesse período então, foi viabilizada a ampliação da produção agrícola e foi nesse período também, que a Reforma Agrária deveria ter caracterizado certa representatividade no desenvolvimento, porém, como já discutido no capítulo anterior sobre migrações, a mesma não ocorreu.

Em 1970, houve a ampliação da fronteira agrícola incorporando novas terras e inovações tecnológicas. Enquanto isso, o governo direcionava seu olhar para a preservação do território e para a manutenção da ordem social capitalista. Nesse mesmo momento, o governo sentia-se ameaçado por uma possível revolução socialista potencial, e desse modo o planejamento da estrutura fundiária ficou em segundo plano.

⁸ Vieira, Paulo Alberto dos Santos (2005) em seu livro “No coração do Brasil: Políticas Públicas, Desenvolvimento e Colonização em Mato Grosso, corrobora uma tese de fundo de que a colonização do Mato Grosso foi estimulada pelos governos militares, a partir de 1964, como forma de ocupação da terra, numa circunstância histórica em que se temia que os movimentos sociais pudessem ameaçar o pacto político em favor da consolidação do desenvolvimento capitalista no Brasil, e acredita também que ocorreu devido ao interesse em ocupar os amplos espaços virgens do território nacional por razões geopolíticas.

De acordo com Vieira (2005), as circunstâncias elencadas acima, são fatores que levaram o governo a ter iniciativas de vários projetos de colonização. O intuito do governo consistiu em implementar mudanças que configurassem uma política de desenvolvimento com corredores de escoamento da produção para exportação, portanto, foi na década de 70 que houve o maior destaque da atuação de empreendimentos de colonização particular em Mato Grosso.

Mas, enquanto o processo de produção para a exportação se solidificava, por um longo período houve a estagnação da economia brasileira. O crescimento populacional, principalmente nos centros urbanos, evidenciou então, nessa fase histórica, a incapacidade governamental de gerar oportunidades de empregos urbanos. Não que estatisticamente isso fosse impossível, mas, o que instiga os pesquisadores (sendo tese de estudos sobre migrações), é o porquê do governo não ter criado desde esse período, políticas públicas que absorvessem novamente parte dessa população nos seus espaços rurais.

Diante desse questionamento, fica evidente a necessidade das migrações, o que, de acordo com Vieira (2005, p. 19), tais deslocamentos não seriam necessários devido... “A produtividade da agricultura familiar, poder ser em determinadas circunstâncias, até superior a da grande propriedade.” Porém, a concentração fundiária é extensa e o acesso a terras agriculturáveis aos pequenos é quase impossível.

Caso fosse menos burocrático o acesso a terra por parte do pequeno produtor, a produtividade desenvolvida pela agricultura familiar, que comumente ocorre em pequenas extensões de terras e por membros da família, representaria certa independência do sistema capitalista, mas não seria uma independência total, porque haveria excedente de produção e desse modo, seria necessário um mercado para escoar essa produção extra.

Szmrecsányi (1979), ao analisar a vida rural e a mudança social das pessoas no campo, também contextualiza a capacidade da autossuficiência das pequenas comunidades agrícolas. Afirma, que por mais que sejam isoladas e tradicionais, sempre existiu certa quantidade de excedentes alimentares para fins de troca, após ser retirado o necessário para o consumo da comunidade produtora.

No entanto, discutir a autossuficiência da agricultura familiar, exigiria a busca de muitos outros mecanismos que validassem essa questão. Porém, para não nos afastarmos do real sentindo perseguido, que é o processo de colonização do Mato Grosso, recorreremos à Vieira (2005, p.80) que afirma que, a opção de colonização desse Estado não ocorreu por interesse dos residentes e nem dos migrantes que a todo o momento chegavam, mas, por

empresas privadas que desenvolveram seus projetos na década de 1970 (os nomes das empresas e de alguns projetos de colonização estão disponíveis no anexo C).

A colonização ocorrida no Estado, tendo como foco a instalação de empresas privadas, pode ser entendida como um apoio dado aos militares, que na época tinham o objetivo de impedir qualquer forma de redistribuição de terras no país. Santos (1994, p.43) reforça esse argumento dizendo que o governo militar, ao adotar uma política de colonização em vez de uma política de reforma agrária, requer apoio de órgãos públicos e empresas privadas, e é nesse mesmo governo que o sistema adotado conduz todos os interessados ao aproveitamento de uma nova área para os setores agrícola e pastoril, que é a região Amazônica, com destaque para o Mato Grosso.

Com a estratégia de colonização adotada pelos governos militares, que norteava inúmeras ações estatais, empresas e populações foram estimuladas (como exemplo os nordestinos) a se dirigirem para o estado do Mato Grosso.

Para solidificar o processo de colonização centrado na estrutura de propriedade de terras e de capitais privados, Santos (1994, p. 46 e 47) nos fala sobre a expansão da fronteira agrícola, citando que é nesse mesmo período que o governo incorporou a Amazônia à economia brasileira, criou o Banco da Amazônia e em seguida criou a vasta região da Amazônia Legal, que compreendeu os Estados do Amazonas, Pará, Acre e Mato Grosso, uma parte do Maranhão e de Goiás, e os territórios de Rondônia, Roraima e Amapá.

Assim, de um lado ocorreu a entrada e consolidação das empresas agropecuárias (fazendas, madeireiras, mineradoras, entre outras) se beneficiando do Programa de Desenvolvimento da Amazônia e fixando raízes no campo matogrossense. Por outro lado, os programas de colonização dirigida, incitavam a entrada de pequenos produtores (principalmente os trabalhadores sem-terra), que se deslocavam para a fronteira agrícola, crendo que o acesso a terra seria fácil.

Com o acesso a terra negado devido à colonização planejada, as empresas por sua vez, se dirigiam para essas regiões, cientes da disponibilidade da força de trabalho, ou seja, o incentivo às migrações foi largamente impulsionado pela política de colonização dos anos 70.

Vieira (2005) contextualiza sobre a disponibilidade de mão-de-obra, identificando que os trabalhadores rurais, expropriados e pequenos produtores expulsos de suas regiões, eram originários principalmente do Nordeste e do Sul. Mesmo tendo sofrido processos diferentes, os trabalhadores nordestinos e sulistas (concentração fundiária no Nordeste e modernização da agroindústria no Sul), migravam aos milhares para o Mato Grosso com o intuito de recompor suas condições de vida em suas regiões de origem.

O controle político e social sobre os trabalhadores rurais no processo de colonização do Mato Grosso foi se solidificando cada vez mais, acompanhando o avanço da colonização. Por esse motivo ficou evidente a necessidade do projeto conter a demanda por terras (em áreas recentes e jamais em áreas de origem dos trabalhadores), o que motivava os trabalhadores a sonharem pela reconstrução do padrão de vida por hora já deteriorada.

Os trabalhadores, ao chegarem ao Mato Grosso, foram transformados em colonos, porém, perceberam que as condições sociais a eles oferecidas, ratificavam a permanência dos mesmos em condições de exploração do trabalho. Muitos desses trabalhadores, os que não se sujeitaram às condições de submissão, migraram para novas áreas de colonização ou retornaram às regiões de origem. No entanto, incapazes de se reproduzirem em seus locais de origem, viram-se forçados a migrarem novamente, criando assim o círculo vicioso da migração.

Atualmente ainda é comum, assistirmos rotas migratórias que se deslocam rapidamente dos grandes centros para o interior do país, fazendo o percurso inverso ao dos pais e avós de muitos migrantes. Um movimento orientado pelas novas possibilidades de trabalho que surge no interior, bem como em busca de melhores condições de vida.

A inversão da migração da zona urbana para a zona rural ocorreu com a intensificação de atividades econômicas, como o cultivo e a industrialização da soja, do milho e da cana-de-açúcar, ou setor de serviços, movendo o sonho de inúmeros trabalhadores migrantes, que desembarcaram no interior do país, contrapondo-se ao processo de ocupação anterior no Mato Grosso. O que se percebe é que, diferentemente dos outros fluxos migratórios, essa articulação tem se mostrado mais evidente com a expansão do agronegócio⁹.

2.3 As instalações das usinas e a expansão da cana-de-açúcar

Dentre os vários produtos comercializados no agronegócio, a cana-de-açúcar tem recebido destaque com as exportações do açúcar e do álcool. Seu cultivo no Brasil se deu

⁹ (Agronegócio (agribusiness) é o conjunto de negócios relacionados à agricultura do ponto de vista econômico. É dividido em três partes:

- a) a de negócios agropecuários propriamente ditos (ou de “dentro da porteira”), que representam os produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes produtores;
- b) os negócios à montante (ou “da pré-porteira”) aos da agropecuária, representados pela indústria e pelo comércio que fornecem insumos para os negócios agropecuários;
- c) negócios à jusante (ou “pós-porteira”), que são aqueles negócios que compram os produtos agropecuários, os beneficiam, os transportam e os vendem para os consumidores finais.

pelos interesses mercantilistas dos colonizadores que se voltaram para o mercado exterior, objetivando lucros.

Szmrecsányi (1979) evidencia a importância econômica da cana, pois a mesma possui grande utilidade, caracterizada como planta industrial. Possuindo valor de mercado, a cultura da cana-de-açúcar representa potencial fonte de renda e de emprego para ponderáveis parcelas da população rural e para as usinas de açúcar e álcool, onde a mesma possui amplo consumo, tanto dentro como fora do país.

Em 1933 surgiu no país o Instituto do açúcar e do álcool (IAA), com poderes para regular a agroindústria, controlando também as ofertas de açúcar por meio das cotas de produção. O artigo 8º do IAA proibia instalações de usinas sem prévia consulta ao Instituto.

De acordo com o autor Szmrecsányi (1979), em 1941 houve o advento do Estatuto da Lavoura Canavieira (ELC), destarte, as funções do IAA foram ampliadas, controlando também as transações entre usinas e fornecedores de cana. Porém, em 1990 o IAA foi extinto por não conseguir incidir, por intermédio do seu poder, sobre o uso da terra para o cultivo da cana, e por não conseguir aplicar também, controles rígidos que evitassem a expansão extensiva da produção agrícola.

Completando o cenário do expansionismo, o governo lança em 1975, o Programa Nacional de incentivo à produção do álcool (Pró-álcool), ocasionando a aceleração do desenvolvimento das agroindústrias sucroalcooleiras, e é nessa fase que a lavoura canavieira expandiu no Brasil.

Inserido neste contexto de expansão da cana-de-açúcar no país, o estado do Mato Grosso também adotou a atividade canavieira, cujos incentivos de colonização do próprio Estado beneficiaram principalmente os grandes projetos agropecuários e madeireiros da região, bem como a fundação de várias cidades ancoradas nesse processo de colonização, como: Tangará da Serra, Nova Olímpia, Barra do Bugres, Sinop, Campo Novo do Parecis, Juína, entre outras. Algumas dessas cidades, por estarem integradas à política brasileira, apoiaram a instalação de usinas de açúcar e álcool no Estado.

Costa (1995) relata que a história da atividade canavieira no estado do Mato Grosso recebeu forte incentivo do Pró-álcool, e o cultivo dessa planta no estado tem apresentado crescimento, conquistando o mercado internacional por meio da Bacia do Paraguai/ Prata.

Porém, Aleixo (1987) aponta que desde 1751 já havia registros dessa atividade no Estado. A produção açucareira iniciou a partir do momento em que as minas de ouro começaram a se esgotar e os comerciantes que acumulavam excedentes com o ouro passaram a investir na compra e exploração de terras cultiváveis. Nesse mesmo período foi registrado

que a capitania possuía quatro engenhos de aguardente e vinte e dois de açúcar e rapadura (exemplo de um dos modelos desses engenhos encontra-se na fazenda Jacobina, na região de Cáceres no Mato Grosso).

Aleixo (1987, p.46) aponta os principais fatores para o início do desenvolvimento da cana-de-açúcar em Mato Grosso:

- a) Disponibilidade de terras;
- b) Existência de mão-de-obra adequada à atividade (escrava);
- c) Existência de um mercado consumidor;
- d) Presença de vias de comunicação capazes de escoar a produção (abertura da navegação pelo Rio Paraguai).

As autoras Inês Castro e Lúcia Aleixo (1987) afirmam que foi por meio da navegação pelo Rio Paraguai e pelo Rio Prata, que houve a possibilidade da substituição dos engenhos rudimentares por equipamentos modernos e industrializados e assim, registram em 1856 o momento em que as primeiras usinas se instalaram à margem do Rio Cuiabá.

Essas mesmas autoras subsidiaram em informações fornecidas pelo historiador Rubens de Mendonça, que aponta a Usina da Conceição (1893) como a primeira usina a se instalar no Estado. Em 1896 construíram a usina Itaici¹⁰, considerada o melhor estabelecimento açucareiro de Mato Grosso. Na sequência, usinas como Maravilha, Flexas, Aricá, São Miguel, São Sebastião, Tamandaré e Ressaca (essa última localizada no vale do Rio Paraguai, na região de Cáceres), passaram a fazer parte deste cenário. Há de se ressaltar ainda que a

¹⁰ Localização: **Município de Santo Antônio do Leverger – MT**

Histórico: A Usina de Itaici, que tinha por modo de produção a industrialização da cana-de-açúcar, não se caracteriza por um único e belo prédio, mas, principalmente, por ser o embrião de um processo de industrialização e de um modo de produção característico e novo para o estado do Mato Grosso. Está localizada à margem direita do Rio Cuiabá. O Prédio constitui-se de um sólido volume em três pisos, tendo os fundos um alpendre onde se localiza o maquinário de limpeza e separação da matéria-prima. Em Itaici, o modelo de indústria construiu uma vila para abrigar os próprios operários, com igreja, escola, farmácia, padaria, etc., um verdadeiro conjunto habitacional. O empreendimento de Totó Paes dispunha de tamanha estrutura social que chegou até a criar uma banda de música que executava retretas, aos domingos, para entreter seus moradores. Em determinado período, a Usina de Itaici chegou a cunhar sua própria moeda que, com moldes provenientes da Casa da Moeda, no Rio de Janeiro, passou a imprimir-la adaptando-se uma velha prensa de papel. À Itaici deve também ser creditado o uso primeiro da energia elétrica em Mato Grosso. Entrou em decadência, principalmente pelo fato da competitividade de seu preço com as usinas mais modernas dos estados do Nordeste e de São Paulo.

Construção: 1896.

Estilo: Eclético.

Ocupação Atual: Desativado.

Tombamento: Portaria nº 55/84 D.O. 08/01/1985.

Situação Atual: Processo de recuperação.

www.cultura.mt.gov.br

produção açucareira no estado do Mato Grosso prosseguiu até as primeiras décadas do período republicano.

Povoas *apud* Aleixo (1995), indica que em 1923 Itaicí produzia 225 toneladas de açúcar e 5000 carradas¹¹ de aguardente. Assinala também que a usina Maravilha produzia 1600 litros de álcool por dia e atingia mais de 200 litros de aguardente. Com essa produção, essas usinas abasteciam o mercado local e as áreas de regiões fronteiriças, como o Paraguai e a Bolívia, fazendo com que a atividade mercantil fosse o impulsionador à ampliação e modernização desses estabelecimentos. Porém, por não produzir em grande escala, as usinas matogrossenses não conseguiam concorrer com as usinas de São Paulo e do Nordeste.

A modernização das usinas em Mato Grosso coincidiu com o processo de transformação que as áreas tradicionais e produtoras de açúcar no Brasil estavam passando. O Nordeste, os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro disputavam os mercados internacionais, buscando maior produtividade e com isso necessitavam expandir os canaviais. Sendo assim, a usina matogrossense teve relevância apenas no sentido da conquista do mercado interno e de fronteira.

Aleixo (1987 p. 168), afirma que... “além de conseguir serem fonte geradora de excedente, as usinas do Mato Grosso, viabilizou o projeto de construção de uma elite regional que, política e economicamente, dominou o Estado durante as três primeiras décadas deste século”. Com a instalação das usinas, esse período da história do Mato Grosso é marcado por uma nova ordem econômica que buscava transformações econômicas e tecnológicas para solidificar a indústria açucareira sobre as demais atividades econômicas.

No decorrer da história econômica do estado do Mato Grosso, a atividade canavieira é transferida das várzeas dos rios pantaneiros para as extensas áreas nas chapadas, planaltos e planícies da Bacia do rio do Alto Paraguai (BAP), através da tecnologia agrícola moderna, como mecanização e correção química dos solos.

A produção de cana-de-açúcar na BAP se dá nos municípios de **Jaciara** (que envolve também os municípios de Juscimeira, Dom Aquino, e São Pedro da Cipa), **Poconé**, **Barra do Bugres**, **Nova Olímpia** (que envolve os municípios de Denise, Arenápolis e Tangará da Serra) e **Lambari D'Oeste** (Rio Branco, Mirassol D'Oeste, Cáceres), localizadas em áreas aplainadas ou levemente onduladas da depressão do Rio Paraguai e do Planalto do Guimarães.

¹¹ Definição de Carrada: Substantivo feminino.

Significado: Objectos que um carro transporta de uma vez. Quantidade, que pode carregar um carro. Grande porção de qualquer coisa.

Fonte: Novo dicionário da Língua Portuguesa Candido de Figueiredo - 1913

Possui ainda outras quatro usinas em nível estadual, localizadas nos municípios de **São José do Rio Claro, Campo Novo dos Parecis, Comodoro e Confresa**, na bacia Amazônica.

Nos municípios descritos acima estão instaladas algumas destilarias. De acordo com informações do Sindicato das indústrias sucroalcooleiras do Estado do Mato Grosso (Sindálcool/MT). Atualmente há onze usinas filiadas, sendo que, cinco delas produzem açúcar e álcool e seis produzem apenas o álcool.

2.3.1 Destilarias produtoras de açúcar e álcool no Estado do Mato Grosso

USINA BARRALCOOL S.A - Barra do Bugres

USINA COPRODIA – COOPERATIVA AGRÍCOLA DE PRODUTORES DE
CANA DE CAMPO NOVO DO PARECIS - Campo Novo dos Parecis

USINAS ITAMARATI S.A - Nova Olímpia

USINA JACIARA S/A - Jaciara

USINA PANTANAL DE ÁLCOOL E AÇÚCAR LTDA – Jaciara

2.3.2 Destilarias que produzem apenas o álcool no estado do Mato Grosso

USINA ALCOPAN - ÁLCOOL PANTANAL LTDA - Jardim Potiguar

DESTILARIA DE ÁLCOOL ARAGUAIA - Confresa

DESTILARIA DE ÁLCOOL LIBRA LTDA - Cuiabá

AGROPECUÁRIA NOVO MILÊNIO LTDA - Matriz – Lambari D' Oeste

AGROPECUÁRIA NOVO MILÊNIO LTDA – Filial – Mirassol D' Oeste

USIMAT DESTILARIA DE ÁLCOOL LTDA - Campo de Julio

Dentre as onze usinas acima elencadas de acordo com a Gazeta Mercantil (1994), a Barrálcool (localizada em Barra dos Bugres) e a Itamarati (de Nova Olímpia), receberam destaque por estarem entre as 100 melhores empresas do Centro Oeste brasileiro.

Mesmo com o cultivo dessa cultura está sendo forma incipiente, a cana-de-açúcar vem ganhando expansão no Mato Grosso. Veja no mapa a expansão de cana no país.

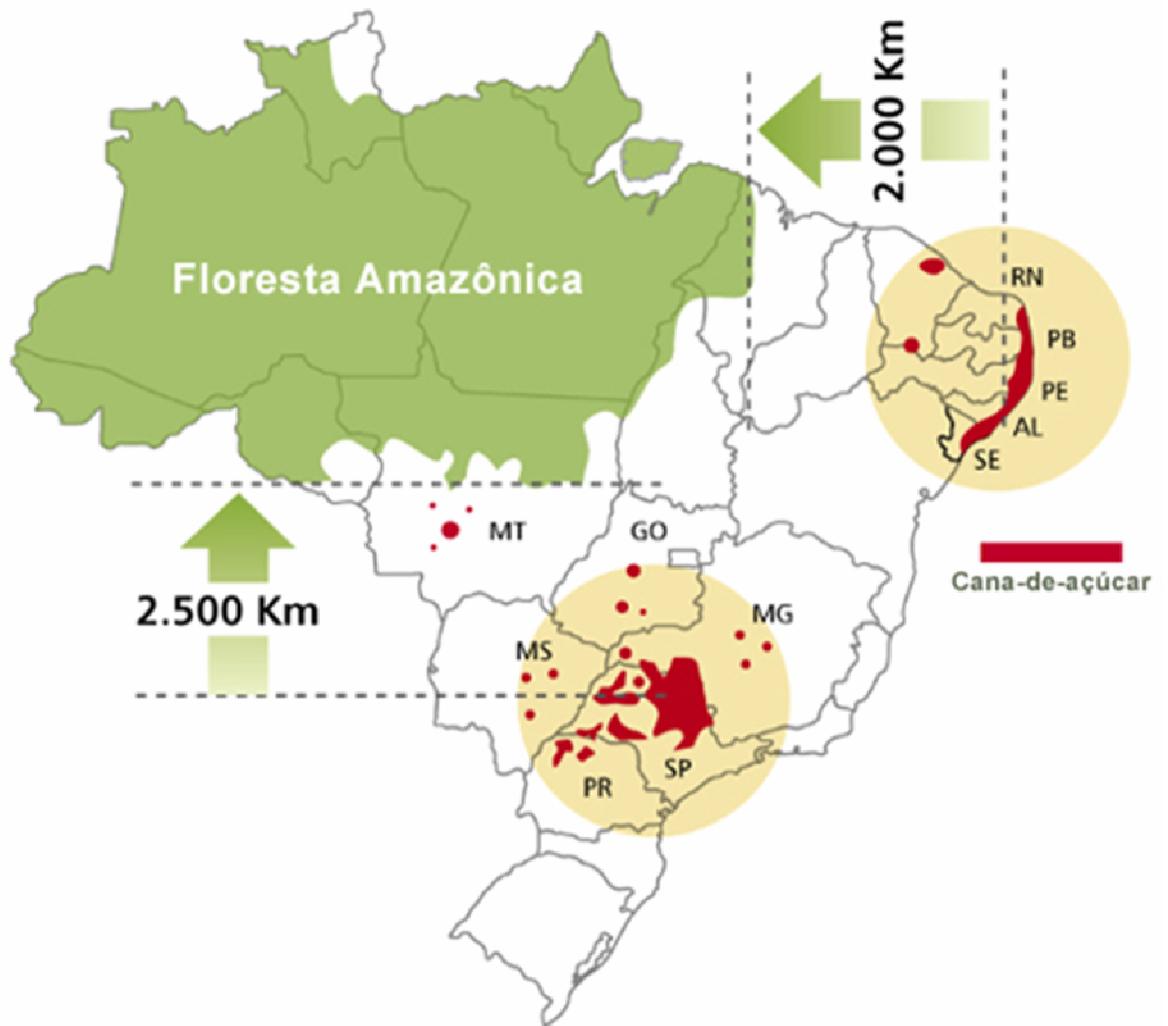


Figura 5- Mapa da produção do Setor Sucroenergético
 Fonte: Adaptado da UNICA, 2009

Atualmente, o Estado do Mato Grosso, ainda possui uma pequena área plantada em comparação ao Estado de São Paulo. Entretanto, tem apresentado índices de expansão. O quadro a seguir evidencia o processo de expansão, demonstrando a área plantada de cana-de-açúcar. Em destaque estão os estados de Mato Grosso e São Paulo, para mostrar que mesmo de forma tímida a expansão no estado do Mato Grosso continua. Os dados desse quadro são utilizados pela CONAB para avaliar a safra agrícola da cana-de-açúcar.

Quadro 1- Área plantada de cana-de-açúcar – Safras: 2006 a 2008

ESTADOS	Área Total Cana (em ha)		
	Safra 05/06	Safra 06/07	Safra 07/08
Goiás	215.950	250.666	401.8
Minas Gerais	297.420	368.497	600.7
Mato Grosso	204.481	214.344	223.2
Mato Grosso do Sul	159.776	182.060	275.8
Paraná	378.596	438.858	509.3
São Paulo	3.364.695	3.661.164	3.824.2

Fonte: CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) – 3º levantamento: Dezembro de 2008. Adaptações: por COSTA, (2009)

De acordo com essa mesma fonte, em 2008 o estado do Mato Grosso apresentou um considerável índice de produção em relação às safras passadas. A produção foi de 16.109,9 mil toneladas de cana, enquanto o estado de São Paulo produziu 340.510,4 mil toneladas.

Algumas usinas estão organizadas como companhia Ltda. (usina Itamarati), outras, como cooperativa (usina Coprodia), ou em sociedade anônima (usina Barrácool).

2. 4 Contextualizando a cidade de Barra do Bugres: a história do município

A capital cuiabana deu origem ao município de Cáceres, do qual se originou o município de Barra do Bugres. Aos habitantes deste município dá-se a denominação de “barrenses” ou “barrabugrenses”, e tem como distrito, Assari. Faz limites com os municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia, Porto Estrela, Lambari D’ Oeste, Denise, Alto Paraguai, Cáceres, Salto do Céu, Reserva do Cabaçal, Jauru e Pontes e Lacerda. Está localizado a 157 km de Cuiabá pela MT – 246 e BR – 364.

De acordo com informações obtidas junto à Prefeitura Municipal, fornecidas pelo Secretário responsável pela Secretaria Municipal da Agricultura (SEMA), Barra do Bugres possui uma área de extensão de 7.158,547 km², o que equivale a 715.854 ha, onde 3.600 hectares são áreas urbanas e 712.254 hectares são áreas do perímetro rural.

Para auxiliar a localização, apresentamos o mapa do município, a localização no mapa do Estado com seus limites, e vias de acesso ao mesmo:



Figura 6- Mapa do município de Barra do Bugres

Fonte: João Carlos Vicente Ferreira. (<http://www.matogrossoeusemunicipios.com.br> acesso em 12 de Março de 2009)

Barra do Bugres era anteriormente denominada como Barra do Rio dos Bugres, sendo assentada no ano de 1878 pelo Sr. Pedro Torquato Leite da Rocha, vindo da Capital Cuiabana com sua família. No ano seguinte, chegou o Sr. Paschoal de Oliveira Pombal, que trouxe, além de seus familiares, alguns trabalhadores poaieiros¹².

O povoamento intensificou-se com a chegada de Nicolau Gomes da Cruz, Major José Cassiano Corrêa, Capitão Tibúrcio Valeriano de Figueiredo (ex-combatente da Guerra do Paraguai) e Manoel de Campos Borges.

Em 1896, através da lei nº 145, foi criada a Paróquia do Rio dos Bugres e a intensificação do povoado continuava com o interesse na extração da poaia, borracha e madeira nessa região. A Lei nº. 541, de 13 de junho de 1910, autorizava o Executivo a desapropriar “para servidão dos habitantes da Barra do Rio dos Bugres, 2000 hectares de terras dos campos de propriedade de Manoel de Campos Borges”.

O Decreto nº. 771, de 29 de julho de 1927, determinava que fosse reservada uma área de terras para patrimônio da povoação. O Decreto nº 208, de 26 de outubro de 1938, alterou a denominação de Barra do Rio dos Bugres para Barra do Bugres. E em 1943, foi criado o município de Barra do Bugres.

¹²*Cephaelis Ipecacuanha* - chamada popularmente de *Poaia*, planta rampante que cresce na sombra de matas úmidas e sua raiz é utilizada para fazer chá e remédios, essa foi uma planta abundante no estado do Mato Grosso. E Barra do Bugres é uma cidade que se originou do extrativismo da poaia que era retirada por homens fortes e corajosos denominados poaieiros.

De acordo com relatos de Ferreira (site citado acima), havia um diamantinense, Benedito Arantes, que dizia que em 1908, em Barra do Rio do Bugres, residiam nove famílias e a navegação se dava através do Rio Paraguai onde era comum ver as lanchas passarem.

2.4.1. “Rio Paraguai” - Participação na formação e crescimento populacional

*“Um remanso aqui,
Uma praia acolá,
Ou bravio, transbordando
As matas e os campos,
Portentoso e soberano,
Testemunha da história,
Eis o rico Rio Paraguai”
“Atravessando e unindo povos e nações”*

(Trecho do poema “Rio Paraguai” do Prof. Jovino S. Ramos)

Silva (2004), no artigo “O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso no século XIX”, retrata que a ocupação das terras no estado ocorreu através dos rios. Foi por meio fluvial, oferecido pela bacia hidrográfica do Alto Rio Paraguai, que os bandeirantes paulistas, no início do século XVIII, adentraram ao território matogrossense, formando aí os núcleos populacionais que deram início à ocupação não indígena nesta parte do centro-sul americano.

Os caminhos aquáticos serviram como rota para as expedições comerciais conhecidas como “monções”. E mesmo depois que se abriu caminho por terra, em 1737, por Goiás, e se estabeleceu em 1748 a rota fluvial entre a então capital da Capitania de Mato Grosso, Vila Bela, e o porto de Belém do Pará, os rios alto-paraguaios continuaram sendo a via natural de comunicação e comércio entre Mato Grosso e São Paulo, e daí para outras localidades.

Aleixo (1995) evidencia que a abertura do rio Paraguai foi decisiva para a implementação da produção açucareira no estado do Mato Grosso, pois os donos dos engenhos, cientes da possibilidade de conquistar novos mercados, além do aumento populacional, sentiram a necessidade de modernização dos seus estabelecimentos.

Sendo assim, a movimentação de mercadorias e maquinários através desse rio, auxiliou a instalação das usinas, que ocorreu de forma restrita, mas favoreceu a modernização de antigos engenhos e a criação de novas fábricas.

O rio Paraguai, através da navegação intensa, teve grande participação no tráfego de pessoas para o município de Barra do Bugres. Por ele, transitaram as lanchas “Cabixi, Panamericana, Santana, São Luiz, Isaura” e outras embarcações menores, que traziam ou

levavam a mudança de diversas famílias. Trafegou também, o famoso barco Etrúria, que tinha linha regular na rota Cáceres-Corumbá-Montevideo.

Atualmente, a embarcação Etrúria se encontra em Ladário, distrito naval de Corumbá, como relíquia da marinha brasileira. As lanchas que subiam o rio tinham a função de abastecer a população com manufaturados e ao retornarem levavam poias e borracha. Com isso, a cidade de Cáceres crescia como entreposto.



Figura 7- Barco *Etrúria*
Fonte: Edil Pedroso da Silva ¹³

Antigamente a travessia do Rio Paraguai era feita num lugar denominado Piúva, no ponto de encontro dos rios Bugres e Paraguai. Depois, passou a ser feita no Piçarrão e mais tarde passou para o lugar da ponte atual, conforme figura abaixo.

¹³ Professora de História, mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pesquisadora ligada ao grupo de História, Arte, Ciência e Poder do Programa de Pós-Graduação/Mestrado em História da UFMT e autora de *O Cotidiano dos Viajantes nos Caminhos Fluviais de Mato Grosso – 1870-1930* (Entrelinhas, 2004).



Figura 8- Ponte sobre o Rio Paraguai
Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Informalmente, os cidadãos do município de Barra do Bugres, denominaram Cidade Alta, os Bairros localizados na parte superior da cidade, (lado direito da ponte) construída na MT – 246 e BR – 364, vindo de Cuiabá, sobre o Rio Paraguai. E Cidade Baixa, os Bairros localizados na parte inferior da cidade (lado esquerdo da ponte).

Retomando o processo histórico sobre os primeiros habitantes que chegaram a Barra do Bugres via Rio Paraguai, convém ressaltar que os mesmos tinham a visão de que na região, havia muito espaço e pouca gente, e por isso, houve famílias que vieram e ficaram, houve aquelas que voltaram, e também aquelas famílias que vieram e dedicaram-se ao comércio da poaia. Mais tarde surgiram os primeiros comércios e ainda o incremento na criação do gado. Depois veio a borracha e por último vieram as indústrias, (usina de beneficiamento de látex, fábrica de suco de laranja, entre outras).

Um paulistano de Potirendaba¹⁴ foi o pioneiro na indústria em Barra do Bugres, pois teve a iniciativa de plantar café em grande escala, porém, não foi bem sucedido. Em seguida, o mesmo paulistano projetou a produção de aguardente, e durante seis anos teve êxito com

¹⁴ “Potirendaba é um município brasileiro do estado de São Paulo. Sua localização está a uma latitude de 21°02’34” sul e a uma longitude de 49°22’38” oeste, estando a uma altitude de 469 metros. A população estimada em 2004 era de 14.916 habitantes. Possui uma área de 343,38 km². A cidade de Potirendaba, onde tem sede o Distrito da Paz e Município do mesmo nome, deve ser segundo o resultado das pesquisas conduzidas através da história da colonização de Rio Preto, uma das primeiras localidades atingidas pelos primitivos bandeirantes, quando de sua incursão através das terras araraquenses.

esse produto, o qual deu o nome de Bugrina. Seu produto se tornou conhecido e bastante disputado pelos conhecedores de aguardente.

Em 1979, a prefeitura municipal doou 60 hectares a quatro km da cidade para o programa de incentivo à produção de mudas de seringueira enxertadas, de alta qualidade e resistência à pragas. Tal incentivo se estendeu às regiões circunvizinhas, porém, o produto que ganhou destaque foi a cana-de-açúcar.

Além da cana-de-açúcar, esse município também tem cultivado produtos como arroz, milho, feijão, mandioca, amendoim, soja, banana, melancia, coco, entre outros, que são explorados no local. Observe no quadro as principais culturas exploradas no município.

Quadro 2 - Principais culturas exploradas no Município de Barra do Bugres

Culturas	Área Cultivada (Ha)		Produção (T)		Produtividade (Kg/Ha)	
	06/07	07/08	06/07	07/08	06/07	07/08
Abacaxi	-	3	-	87	-	29.000
Amendoim	30	75	60	141	2.000	1.880
Arroz	648	1.250	2.092	1.575	3.228	1.260
Banana	420	420	3.360	3.570	8.000	8.500
Caju	220	220	85	85	386	386
Cana-De-Açúcar	42.452	44.134	3.043.723	3.654.383	71.697	82.801
Coco	6	22	27.000	144.000	4.500	5.181
Feijão	30	30	12	12	400	400
Mandioca	125	150	2.188	2.250	17.504	15.000
Melancia	5	5	82	90	16.400	18.000
Milho	642	600	1.194	1.080	1.859	1.800
Seringueira	597	552	508	437	850	791
Soja	3.906	2.500	10.393	6.750	2.646	1.700
Total	49.081	49.961	50.017,723	163.731,383	129.470,000	166.699,000

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2006 e 2007

Obs.: Abacaxi e Coco Produção - Frutos e Produtividade - Frutos/ ha

Dentre as diversas culturas existentes no município de Barra do Bugres, a que está em maior expansão de cultivo é a cana-de-açúcar, e por isso é a principal fonte de emprego e renda no momento. Isso ocorreu devido às instalações industriais da Barrálcool, (usina de açúcar, álcool e biodiesel) antes conhecida como Usina da Barra S.A, pois com sua chegada na região, ocorreu a intensificação e formação dos canaviais.

2.4.2 Identificação das Usinas: Itamarati, Coprodia e Barrálcool

A formação dos canaviais se deu após as instalações das usinas. Em destaque estão as usinas: Itamarati, Coprodia e a Barrálcool. A usina Itamarati S/A foi constituída em 11 de Dezembro de 1980, e desde o início das suas atividades, em 1983, a mesma vem produzindo cana-de-açúcar, produzindo e comercializando álcool, açúcar e seus derivados. Gera,

transmite e comercializa excedente de energia elétrica. A empresa negocia créditos de carbono no mercado internacional com empresas ou países que necessitam reduzir as emissões de gás carbônico. Em 2006, a usina Itamarati negociou com o Japão títulos da energia gerada durante o período de 2001 a 2007, totalizando quase 55 mil toneladas de dióxido de carbono, com movimentação de 1,1 milhão de euros. Em sua produção, cultivam em 70 mil hectares de terra (71% produção própria e 29% de terceiros), 96% da colheita é mecanizada, a capacidade de cana moída é de 30 mil (toneladas), o que produz 5.346.299 (sacas de 50 kg) de açúcar, a produção de álcool é de 350.000 m³ e a energia elétrica gerada é de 36 megawatts/hora a partir do bagaço da cana (utiliza 20 watts e comercializa o restante).

A usina Coprodia (Cooperativa Agrícola dos Produtores de cana de Campo Novo do Parecis Ltda., foi fundada em 24 de novembro de 1980. A área de plantio de cana é de 30.000 hectares, com capacidade de moagem de 1.850.000 toneladas/safra ou (9.000 toneladas/dia) possui índice de mecanização de 65% e produz 150.000.000 litros de álcool/safra e 50.000 toneladas/safra de açúcar.

A usina Barrálcool foi inaugurada em 13 de Setembro de 1980, definindo o nome como Barrálcool Usina da Barra S.A. Desde sua primeira safra, em 1983, vem absorvendo a produção canavieira local. Essa empresa abriga a primeira usina integrada de produção de biodiesel, álcool combustível e açúcar. É também a terceira maior unidade de produção de biodiesel, entre as 14 já existentes no país.

A Usina Barrálcool conforme ilustração na foto (figura 9) é o resultado do empreendedorismo de um grupo de agropecuaristas. Desde a sua fundação, a usina tem evoluído, buscando tecnologia, automatizando a planta industrial e nos últimos dois anos, investindo na mecanização da colheita da cana-de-açúcar.

As inovações têm ocorrido nessas usinas, porém, surge um fator discrepante, questionável e crítico, observado na usina Barrálcool, que mesmo recebendo o destaque de usina com maior investimento e aprimoramento na planta industrial, no entanto, utiliza uma quantidade de trabalhadores migrantes no corte da cana queimada superior às demais. A concentração de trabalhadores migrantes na atividade do corte da cana nessa usina definiu o local da aplicação das entrevistas com os atores sociais “migrantes de origem nordestina”.



Figura 9- Vista aérea do complexo industrial da usina Barrálcool.

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/14189195@N02/2499414688/> acesso em 29 de Agosto/2009

No início de sua instalação, a usina Barrálcool produzia somente álcool etílico hidratado e anidro, mas, a partir de 1993, passou a produzir açúcar cristal branco. Atualmente, além desses produtos, a Barrálcool produz: energia elétrica para consumo próprio e vende o excedente; levedura seca, produto natural, usado na ração animal; biodiesel; e ainda mantém a produção do etanol (álcool). De acordo com dados do Jornal Cana, de Dezembro de 2006, na edição usina do mês, constatamos:

A Barrálcool está instalada em torno de uma área agrícola de 32,6 mil hectares, na região do chamado Alto Paraguai, a 160 km de Cuiabá. Possui plantações de cana, viveiros de experimentação de novas variedades. A capacidade do parque industrial é de 15 mil toneladas de cana por dia, com automação em 80% dos processos. Iniciaram produzindo 180 mil litros de álcool depois continuaram a investir, cogera e vender outro tipo de energia gerada da queima do bagaço (desde 1996, ela cogera 24 MW/h de energia elétrica, consome 8 MW/h na própria unidade e comercializa o excedente, 16 MW/h) (JORNALCANA, edição Usina do mês, Dez.2006, p.34).

O jornal cita ainda, que a moagem na primeira safra em 1983/84, foi de 58.734 toneladas e a moagem da safra 2006/2007, foi de 2.221.668 toneladas. Evidencia também que 99% da cana, é produção própria, que gera cerca de 3.500 empregos diretos na safra e 1.500 vagas na entressafra. A usina Barrálcool apresenta plantio de cana em 35.000 hectares, sendo que 99% da cana é cultivada nas terras dos sócios e 1%, nas terras de terceiros. O cultivo da cana-de-açúcar é feito em grandes áreas (por grandes e médios produtores), utilizando-se de tecnologia e de acompanhamentos por técnicos qualificados. E como em toda região do nosso país, nesse município também não é diferente, a maior concentração de terras pertence a um grupo pequeno de pessoas, conforme quadro abaixo.

Quadro 3 – Estrutura Fundiária das propriedades rurais no Município de Barra do Bugres

Tamanho Da Área (Ha.)	N. De Imóveis	Área Total (Ha)
Até 10	62	434,00
11 a 50	53	1.908,00
51 a 100	61	4.880,00
101 a 200	51	8.160,00
201 a 500	46	18.860,00
Acima de 500	38	262.300,00
Total	311	296.542,00

Fonte: EMPAER-MT – 2009

Veja que nos dados, a área mínima considerada pela EMPAER é de 10 hectares, sendo que na mesma área existem 62 imóveis que perfazem o somatório de 434 hectares. Já as áreas acima de 500 hectares, há apenas 38 imóveis, perfazendo o montante de 262.300,00 hectares.

Os grandes proprietários, conhecidos pela concentração de terras, pertencem ao grupo de sócios da própria usina Barrálcool. São eles: João Petrônio, irmãos da família Sansão (Moacir, Agostinho, Edevaldo e José), Altair Nodari e Renê Junqueira Barbour (filho do falecido e ex-deputado Renê Barbour, o idealizador da usina).

Observe o quadro sobre o regime de ocupação da terra nesse município:

Quadro 4 – Regime de ocupação da terra no município de Barra do Bugres

Discriminação	Quantidade	Percentual
Proprietários	311	33,67
Arrendatários	38	2,74
Posseiros	25	1,80
Parceiros (Assentados INCRA / Intermat / Crédito Fundiário)	857	61,79
Total	1.231	100%

Fonte: EMPAER-MT – 2009

Com quase três décadas de existência, a usina Barrálcool tem proporcionado a oportunidade de postos de trabalho. O maior número de vagas ainda ocorre para atividades no campo, vagas estas que geram empregos e incitam a movimentação de pessoas de diversas regiões, propiciando, portanto, a fixação de moradores e intensificando a vinda de migrantes.

Segundo o Censo (2000), 42,3% da população residente no Mato Grosso, tem origem em outros estados da Federação. E de acordo com a Comissão da Pastoral da Terra no Especial Jornal do Comércio – “Eldorado das ilusões” publicado em 28 de Maio de 2006:

[...] os migrantes saem aos milhares e não se sabe exatamente quantos, eles são invisíveis aos olhos do poder público e nem sequer representam estatísticas burocráticas, partem em busca da sobrevivência, porque onde moram não há emprego, renda nem dignidade”. (<http://www.cptpe.org.br> acesso em 10 de dezembro de 2008).

O estado do Mato Grosso tem sido ao longo das últimas décadas, um dos principais destinos migratórios do país, confirmando, assim, o levantamento do IBGE (2006) de que o Brasil vive um novo ciclo migratório – para o interior do país. Durante o século XX tivemos um movimento migratório do interior, especialmente do Norte e Nordeste, para os grandes centros (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), atualmente é o inverso que ocorre.

Cidades como Tangará da Serra, Nova Olímpia, Campo Novo do Parecis e Barra do Bugres, localizadas na região norte matogrossense, têm sido um dos principais pólos de atração da migração no estado do Mato Grosso devido a expansão da cana-de-açúcar.

Veja o quadro da evolução do número de habitantes no município de Barra do Bugres.

Quadro 5 - População por situação de domicílio nos períodos de 1991 e 2000

Ano	1991	2000
População Total	25.047	27.460
Urbana	17.323	21.142
Rural	7.723	6.318
Taxa de Urbanização	69,16%	76,99%

Fonte: PNAD/ ATLAS por João Carlos Vicente Ferreira. (<http://www.matogrossoeusemunicipios.com.br> acesso em 12 de Março de 2009)

No período de 1991 a 2000, a população teve uma taxa média de crescimento anual de 1,07%, passando de 25.047 para 27.460. E a taxa de urbanização cresceu de 69,16% para 76,99%. Em 2000, a população de Barra do Bugres representava 1,10% da população do estado, e 0,02% da população do país.

De acordo com o IBGE, na contagem de 2005, a população de Barra do Bugres era de 31.923 e em 2007 passou a 32.490 habitantes, sendo que 26.303 pertencem à área urbana e 6.187 à área rural, apresentando taxa de urbanização de 80,96%.

Diante disso, um dos motivos do crescimento populacional da Barra do Bugres está relacionado à migração, porém, não podemos afirmar que a migração seja o único fator (a taxa de natalidade também influencia).

2.5 Síntese

As abordagens deste capítulo nos permitem concluir que o interesse para investimentos no setor sucroalcooleiro alavanca a produção e conseqüentemente a necessidade de maior quantidade de matéria prima e maiores áreas de plantio de cana. Com isso, há também a necessidade de mão-de-obra migrante de locais distantes.

Nesta dinâmica de trabalho surge uma disparidade entre sociedade industrializada e rica e sociedade tradicional e pobre, ou seja, estudar o desenvolvimento (por meio das

instalações das usinas em determinado lugar) é refletir o seu oposto, o subdesenvolvimento. Quando falamos em desenvolvimento e industrialização nesse modelo produtivo, é notória a necessidade da mecanização, porém atrelada à necessidade da mão-de-obra barata dos migrantes, é fato que com as técnicas modernas ocorre o excedente de mão-de-obra, logo, a industrialização não é desenvolvimento, mas uma aparência da modernidade.

Destacamos assim, a existência de dois Brasis, exemplo de sociedade dual: de um lado, o setor moderno, industrializado (urbano), e de outro, o setor arcaico, economia predominantemente agrícola e estilo de vida rural. Os aspectos evidentes nas migrações são anunciados pelo modo que se desenvolve o trabalho e a produção, pois em sua grande maioria, os migrantes são ou se transformam em trabalhadores em busca de emprego.

Este capítulo focou o processo histórico do estado do Mato Grosso e do município de Barra do Bugres, a chegada da usina, os produtos cultivados, a questão da distribuição imobiliária, regime de ocupação da terra e o tipo de migração que ocorre com os trabalhadores nordestinos, que migram para o trabalho na atividade canavieira na Barrácool, tendo influência no crescimento populacional do município.

Após a contextualização desse cenário, surge à reflexão de que as migrações no Brasil, de certa forma estão associadas a fatores econômicos, onde os trabalhadores migrantes têm contribuído significativamente para que este país se torne cada vez mais próspero. Como exemplo, as grandes exportações de açúcar e álcool que de certa forma são oriundos da mão-de-obra migrante.

CAPÍTULO 3 TRABALHADORES MIGRANTES NA ATIVIDADE DO CORTE DA CANA

3.1 Apresentação

O objetivo deste capítulo é mostrar o perfil dos trabalhadores migrantes que na safra 2009, prestavam serviços para a usina Barrálcool, na atividade do corte da cana queimada. Destacamos também as narrativas das Histórias de vida dos migrantes encontrados, evidenciando fatores como: Migração, Condições de vida, Trabalho, e Família.

Para explorar melhor essas variáveis, que foram apresentadas pelos trabalhadores, organizamos esse capítulo de forma que ao esmiuçar o item Migração e Condições de vida, classificamos os tipos de migrantes encontrados, o contato e a condição da viagem.

Ao referenciar o trabalho, englobamos a questão da qualidade de vida desses trabalhadores na colheita da cana, citando a representatividade do sindicato. Contextualizamos a questão da remuneração e as incidências de greves. Destacamos também, a importância da família para os migrantes, sendo que algumas já residem no Mato Grosso, outras ainda permanecem no Nordeste e há também situações de migrantes com constituição de famílias nos dois Estados. Finalmente, para concluir o capítulo, apresentamos a questão das relações de afinidade entre os trabalhadores e a segurança.

3.2 Perfil dos migrantes

Para descrever o perfil do migrante que se desloca para o estado do Mato Grosso, identificamos quem eram os trabalhadores, a idade, o sexo, a escolaridade, os Estados de origem, o trabalho na cana, número de safras no estado, número de safras na usina Barrálcool, a classificação entre migrante permanente, pendular, incerto/impreciso, a questão do alojamento no período da safra, e a condição da vinda (se trouxe a família ou veio sozinho).

O quadro a seguir ilustra em detalhes esses dados.

Quadro 6 – Perfil dos migrantes que trabalham na atividade da cana na usina Barrálcool em Barra do Bugres na safra-2009

Nº	Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Origem	Trabalha	Tempo de corte	Nº Safras	Nº safras	Migrante	Migrante	Migrante	Mora em	Mora em	Mora em	Trouxe	Vem
						no corte	(safras)	MT	Barrácool	Pendular	Perman.	Incerto/ impreciso	aloj Usina	aloj. Gato	aloj. Avulso	familia	sozinho
1	Jair Gomes	26	M	7ª série	Piauí	Sim	2	2	2	1					1		1
2	Francisco Dias	30	M	1ª série	Piauí	Sim	3	3	3	1					1		1
3	José Aquino	37	M	4ª série	Piauí	Sim	2	2	2	1					1		1
4	Valdecir Mateus	32	M	8ª série	Piauí	Sim	2	2	2	1					1		1
5	Francisco Lira	19	M	2ª série	Piauí	Sim	1	1	1	1					1		1
6	Francisco Souza	23	M	6ª série	Piauí	Sim	1	1	1	1					1		1
7	Ancelmo Lopes	35	M	5ª série	Piauí	sim	3	3	3	1					1		1
8	Valdemir Santos	30	M	4ª série	Bahia	sim	4	3	3	1					1		1
9	Edivaldo Cavalcante	19	M	2ª série	Piauí	sim	1	1	1	1					1		1
10	José Pedro Lima	19	M	3ª série	Piauí	sim	1	1	1	1					1		1
11	Antonio Araújo	23	M	6ª série	Piauí	sim	2	2	2	1					1		1
12	João dos Santos	22	M	5ª série	Paraíba	sim	4	1	1	1					1		1
13	Fernando Campos	23	M	4ª série	Paraíba	sim	2	2	2	1					1		1
14	Viana Cordeiro	26	M	4ª série	Paraíba	sim	7	5	5	1					1		1
15	Josélio da Silva	19	M	7ª série	Paraíba	sim	2	1	1	1					1		1
16	Ivan de Melo	19	M	5ª série	Paraíba	sim	2	1	1	1					1		1
17	Reinaldo Santos	43	M	analfabeto	Pernambuco	sim	8	3	3	1					1	1	
18	Carlos Almeida	23	M	5ª série	Bahia	sim	5	5	5	1					1		1
19	José Nilton	34	M	4ª série	Bahia	sim	3	3	3	1					1	1	
20	Antonio Costa	26	M	4ª série	Bahia	sim	3	3	3			1			1		1
21	Antonio da Cruz	26	M	5ª série	Bahia	sim	2	2	2			1			1		1
22	Sandro Rodrigues	22	M	4ª série	Bahia	sim	2	2	2	1					1		1
23	Edivan Antonio	37	M	1ª série	Alagoas	não	3	8	8			1			1		1
24	José Alexandre	33	M	4ª série	Alagoas	não	1	6	6	1					1		1
25	Manoel Lima	31	M	5ª série	Alagoas	sim	1	1	1	1					1		1
26	Sebastião Santos	71	M	analfabeto	Alagoas	sim	13	13	13		1						1

27	José Carlos Silva	22	M	5ª série	Pernambuco	sim	3	3	3			1			1		1
Continua...		Idade	Sexo	Escolaridade	Origem	Trabalha no corte	Tempo de corte (safras)	Nº Safras MT	Nº safras Barrácool	Migrante Pendular	Migrante Perman.	Migrante Incerto/impreciso	Mora em aloj. Usina	Mora em aloj. Gato	Mora em aloj. Avulso	Trouxe família	Vem sozinho
28	José Carlos Alves	25	M	5ª série	Alagoas	não	1	3	3		1					1	
29	Reginaldo Pereira	53	M	6ª série	Bahia	não	1	8	8		1					1	
30	José Cicero Santos	23	M	7ª série	Bahia	não	1	1	1		1					1	
31	Eurides Conceição	47	F	3ª série	Bahia	não	0	0	0		1					1	
32	Severino dos Santos	22	M	analfabeto	Alagoas	sim	2	2	2	1					1		1
33	Francenildo Reis	24	M	2º grau	Bahia	sim	3	3	3	1					1		1
34	Adailson Souza	29	M	2º grau	Bahia	sim	4	4	4	1					1		1
35	José Francisco Silva	43	M	1ª série	Alagoas	sim	6	5	5	1					1		1
36	Manoel Messias	47	M	analfabeto	Bahia	sim	12	9	7	1					1		1
37	Edivaldo Lima	35	M	1ª série	Alagoas	sim	4	3	3	1					1		1
38	Idelson Dias	39	M	4ª série	Bahia	sim	3	3	3	1					1		1
39	Juarez de Lima	30	M	5ª série	Bahia	sim	7	7	7		1					1	
40	Amilton Carvalho	40	M	3ª série	Bahia	sim	16	16	14		1					1	
41	Juvenal Ribeiro	42	M	6ª série	Bahia	sim	21	21	21		1						1
42	Valdejane Pereira	21	M	1ª série	Maranhão	sim	3	2	1	1				1			1
43	Josias Cavalcante	27	M	4ª série	Maranhão	sim	7	7	4	1				1			1
44	Antonio Borges	27	M	3ª série	Piauí	sim	2	2	2	1				1			1
45	Luiz Carlos Cruz	29	M	2ª série	Maranhão	sim	3	3	3			1		1			1
46	Marques Pereira	29	M	8ª série	Paraíba	sim	6	6	6		1					1	
47	Maciel Lima	19	M	3ª série	Piauí	sim	1	1	1	1				1			1
48	Paulo Sérgio	27	M	2ª série	Alagoas	sim	2	2	2			1		1			1
49	José Rodrigues	22	M	8ª série	Bahia	sim	1	1	1	1				1			1

50	José Pereira Silva	24	M	8ª série	Maranhão	sim	4	4	4	1				1			1
Continuação...		Pereira	18	M	6ª série	Maranhão	sim	1	1	1	1			1			1
52	Ari Brito	32	M	2ª série	Maranhão	sim	7	7	7	1				1			1
53	Gilberto de Souza	27	M	4ª série	Maranhão	sim	9	2	2	1				1			1
Nº	Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Origem	Trabalha	Tempo de corte (safras)	Nº Safras	Nº safras	Migrante	Migrante	Migrante	Mora em	Mora em	Mora em	Trouxe	Vem
						no corte		MT	Barrácool	Pendular	Perman.	Incerto/impreciso	aloj. Usina	aloj. Gato	aloj. Avulso	familia	sozinho
54	Francisco Pereira	19	M	2º grau	Maranhão	sim	1	1	1	1				1			1
55	Leonardo Cavalcante	22	M	1º ano	Alagoas	sim	2	2	2		1					1	
56	Paulo Alves	21	M	5ª série	Maranhão	sim	3	1	1	1				1			1
57	Neilnaldo Coelho	24	M	2º grau	Bahia	sim	1	1	1	1				1			1
58	Francisco das Chagas	31	M	2ª série	Piauí	sim	3	3	3	1				1			1
59	Francisco Sena	23	M	2ª série	Piauí	sim	3	2	2	1				1			1
60	José Vânio	25	M	4ª série	Piauí	sim	2	2	2	1				1			1
61	Evandro Sena	30	M	2º ano	Piauí	sim	4	4	4	1				1			1
62	Leandro dos Santos	24	M	3ª série	Piauí	sim	2	2	2	1				1			1
63	Manoel Alves	49	M	2ª série	Piauí	sim	8	2	2	1				1			1
64	Eronaldo Guedes	32	M	6ª série	Maranhão	sim	9	4	4	1				1			1
65	Antonio Barbosa	39	M	analfabeto	Maranhão	sim	9	9	9	1				1			1
66	Francisco Lopes	41	M	6ª série	Piauí	sim	3	3	3			1		1			1
67	José Francisco	29	M	3ª série	Maranhão	sim	9	1	1			1		1			1
68	Raimundo Araújo	29	M	3ª série	Maranhão	sim	4	4	4	1				1			1
69	Antonio Francisco	20	M	7ª série	Maranhão	sim	2	2	2	1				1			1
70	Francisco de Souza	26	M	6ª série	Maranhão	sim	3	2	2	1				1			1
71	Edmilson Candido	38	M	3ª série	Alagoas	sim	5	1	1			1			1		1
72	Amaro Barbosa	53	M	3ª série	Alagoas	sim	9	1	1			1			1		1

73	José Renato Souza	42	M	2ª série	Alagoas	sim	15	15	12		1						1
74	José Marcelo Silva	23	M	2ª série	Alagoas	sim	3	3	3		1						1
75	Jailson Cunha	19	M	7ª série	Bahia	sim	1	1	1	1					1		1
Continuação...		49	M	5ª série	Maranhão	sim	12	12	8		1						1
77	Maria Leal	63	F	5ª série	Maranhão	não	0	0	0		1						1
78	Egnaldo Araújo	23	M	6ª série	Piauí	sim	3	2	2		1						1
Nº	Nome	Idade	Sexo	Escolaridade	Origem	Trabalha	Tempo de	Nº Safras	Nº safras	Migrante	Migrante	Migrante	Mora em	Mora em	Mora em	Trouxe	Vem
						no corte	(safras)	MT	Barrácool	Pendular	Perman.	Incerto/impreciso	aloj. Usina	aloj. Gato	aloj. Avulso	familia	sozinho
79	Ivanildo de Oliveira	19	M	5ª série	Bahia	sim	1	1	1	1					1		1
80	Adalício de Oliveira	23	M	4ª série	Bahia	sim	3	3	3	1					1		1
81	Luciana Evangelista	15	F	7ª série	Paraíba	não	0	0	0		1					1	
82	Egídio da Silva	45	M	2ª série	Bahia	sim	11	11	11	1					1		1
83	Edmilson da Hora	48	M	4ª série	Bahia	sim	11	11	11	1					1		1
84	Pedro de Matos	32	M	2ª série	Bahia	sim	4	4	4	1					1		1
85	Maria Cícera	26	F	1ª série	Alagoas	não	7	2	0		1					1	
86	Maria José Silva	42	F	analfabeta	Alagoas	não	5	0	0		1					1	
87	Lucinete Carneiro	44	M	8ª série	Bahia	sim	4	2	2		1						1
88	Valdinei Silva	23	M	5ª série	Bahia	sim	1	1	1	1					1		1
89	José Ivo de Souza	49	M	4ª série	Pernambuco	sim	3	3	3			1				1	1
90	Raimundo dos Santos	34	M	3ª série	Pernambuco	sim	3	3	3			1				1	1
91	João Amaro	36	M	8ª série	Bahia	sim	19	13	11			1				1	1
92	Solange Oliveira	31	F	4ª série	Bahia	não	0	0	0			1				1	1
93	Emerick Amorim	37	M	2º grau	Alagoas	sim	4	3	3	1						1	1
94	Sueli Maria Silva	34	F	4ª série	Alagoas	não	0	0	0	1						1	1
95	Marcos Ferreira	23	M	6ª série	Paraíba	sim	3	2	2			1				1	1

96	Raimundo Nonato	24	M	4ª série	Maranhão	sim	4	4	4	1					1		1	
97	Luiz dos Santos	21	M	2º grau	Maranhão	sim	2	2	2	1					1		1	
98	José de Lima	26	M	4ª série	Maranhão	sim	2	2	2	1					1		1	
99	Raimundo Emídio	38	M	4ª série	Piauí	sim	4	2	1			1	1				1	
100	João Cícero Silva	32	M	4ª série	Alagoas	sim	1	1	1	1			1				1	
101	Lorismar dos Reis	30	M	analfabeto	Piauí	sim	2	2	2	1			1				1	
102	Genivaldo Simão	31	M	8ª série	Piauí	sim	4	2	1	1			1				1	
103	Francisco Cláudio	40	M	4ª série	Maranhão	sim	5	2	2	1			1				1	
Continuação...																		
		Idade	Sexo	Escolaridade	Origem	Trabalha no corte	Tempo de corte (safras)	Nº Safras MT	Nº safras Barrálcool	Migrante Pendular	Migrante Perman.	Migrante Incerto/impreciso	Mora em aloj. Usina	Mora em aloj. Gato	Mora em aloj. Avulso	Trouxe família	Vem sozinho	
104	João Murilo Nascim.	28	M	2ª série	Bahia	sim	3	3	2	1			1				1	
105	Giliano Gonçalves	20	M	8ª série	Pernambuco	sim	1	1	1	1			1				1	
106	Jandil Pedro Silva	24	M	6ª série	Alagoas	sim	2	2	2	1			1				1	
107	Francisco João Santos	34	M	3ª série	Piauí	sim	3	2	2	1			1				1	
108	Francisnaldo Ferreira	20	M	1º ano	Piauí	sim	1	1	1	1			1				1	
109	André da Silva	27	M	4ª série	Pernambuco	sim	3	2	2	1			1				1	
110	Paulo Sérgio Santos	29	M	5ª série	Pernambuco	sim	3	3	3	1			1				1	
111	Mauricelmo de Souza	20	M	5ª série	Piauí	sim	1	1	1	1			1				1	
112	José Paulo Vieira	24	M	2º grau	Alagoas	não	0	0	5		1					1		
112	TOTAL									76	20		16	13	27	52	22	90

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Legenda

1	Possui uma família no Mato Grosso e outra na Bahia
---	--

1	Não corta cana, mas trabalha na usina como mecânico
5	Não corta cana, mas trabalha na usina na irrigação com vinhaça
6	Não corta cana, são mulheres e/ filhas de cortadores de cana
99	São homens e cortam cana na usina Barrálcool.

Dos 112 migrantes entrevistados, 06 são mulheres e 106 são homens. Dentre os homens, 99 trabalham no corte da cana queimada, 05 na irrigação da cana com vinhaça e 01 é mecânico.

Do total dos trabalhadores homens, 68 deles possuem idade entre 18 a 30 anos, 29 estão entre 31 a 45 anos e 08 deles possuem acima de 45 anos.

Quanto à identificação da origem dos migrantes, os resultados apresentam 26 trabalhadores oriundos do Piauí, 29 da Bahia, 08 da Paraíba, 07 do Pernambuco, 21 de Alagoas e 21 do Maranhão.

Em relação à escolaridade dos trabalhadores migrantes, 07 deles são analfabetos, 87 não concluíram o 1º grau, 08 possuem o 1º grau completo, 03 não concluíram o 2º grau e 07 possuem o 2º grau completo. Acerca da classificação da migração desses trabalhadores, 76 se dispõem como migrantes pendulares que veem e voltam ao final de cada safra, 20 se classificam como migrantes permanentes, devido à fixação de moradia no local, 16 dentre eles consideram-se migrantes imprecisos por não definirem o retorno para o local de origem nos finais de safra, podendo trabalhar em safras consecutivas.

Quanto à questão dos alojamentos, do montante dos 112 migrantes entrevistados, identificamos que 13 trabalhadores se alojavam nas instalações da usina Barrálcool, 27 estavam em alojamentos dos “gatos” e 52 em alojamentos avulsos espalhados pela cidade de Barra do Bugres.

Foi possível ainda definir dentre eles, um total de 22 trabalhadores que trouxeram a família para o estado do Mato Grosso, porém, nem todos eram permanentes no local e mesmo assim arriscaram trazer a família, sem qualquer estabilidade de fixação de moradia. Dentre os 22 trabalhadores, 16 eram migrantes permanentes, 02 eram migrantes incertos e 04 eram pendulares.

Para finalizar, evidenciamos que os migrantes que possuíam o menor número de safras trabalhadas no corte da cana queimada, eram aqueles que não possuíam experiência e mesmo assim foram contratados pela primeira vez na safra de 2009 pela usina Barrálcool. E o migrante com maior número de safras trabalhadas no Mato Grosso, em específico na usina Barrálcool, é o Sr. Juvenal (nº 41 do quadro), com 42 anos de idade e com 21 safras na usina Barrálcool.

Os migrantes oriundos dos Estados do **Maranhão**, são das regiões de Colinas, São Domingos e Coelho Neto; **Alagoas**, são das regiões de Murici, Maragugi, Maribondo, Matriz de Camaragibe, Joaquim Gomes, Campo Alegre, Japaratinga, Rio Largo, Novo Lino, Maceió, São Luiz do Quitunde e Penedo; **Piauí**, são das regiões de Luzilândia, Curral Novo,

Paulistana e Caridade; **Bahia**, são de Capela do Alto Alegre, Camaçari, Gavião, Feira de Santana, Mederinetto, Retirolândia, Jacobina, Jacuí, Campo Formoso e Gandú; **Pernambuco**, são de Recife, Barreiros, Pesqueira, Petrolina e Águas Pretas; e por fim, os vindos da **Paraíba**, são oriundos das regiões de Imaculado e Coité.

Os trabalhadores que chegam ao estado do Mato Grosso para cortar cana, são originários da pequena produção familiar das áreas da agricultura de toco,¹⁵ que migram do nordeste para o norte matogrossense. O movimento destes trabalhadores é determinado pelas condições de reprodução, que em seus locais de origem estão comprometidas, e são denominados canavieiros por disponibilizarem sua força de trabalho durante os períodos de safra no corte de cana nas usinas.

As principais motivações que incitam os trabalhadores migrantes virem para o Mato Grosso está delineado no quadro.

Quadro 7 - Resumo das principais motivações da vinda dos migrantes para o Estado do Mato Grosso

MOTIVAÇÕES	Percentual
1 - Contrato - Carteira Branca	
Contratados sem experiência no corte	73%
Contratados com experiência em outros Estados	27%
2 - Remuneração	
De 18 a 30 anos R\$ 1.100,00	69%
De 31 a 45 anos R\$ 850,00	29%
De 45 anos acima R\$ 600,00	2%
3 - Garantia do seguro desemprego	100%
4 - Possibilidade de fixação de moradias em Bairros ou assentamentos	18%
5 - Realização de sonhos (Bens e imóveis)	32%

Total de Entrevistados: 112 trabalhadores - Amostra de análise: 99 homens inseridos na atividade do corte da cana queimada

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

3.3 As razões da partida: As condições de vida e a migração

Uma das movimentações da população de Barra do Bugres, conforme descrito se deu por incentivo da usina ao oportunizar trabalho. O fluxo migratório mais intenso, até os dias atuais, que ocorre nessa região é o dos trabalhadores nordestinos para atividades diversas na

¹⁵ Alves (2008, p.52) no livro “Migrantes” define como agricultura de toco, as terras que apesar de estarem limpas ainda possuem muitos tocos, por não possuírem tecnologia mecanizada e por serem terras novas. E assim denomina a agricultura praticada na região como agricultura de toco.

usina Barrálcool, sendo que dos 112 entrevistados, 88% deles trabalham no corte da cana queimada o que corresponde a 99 cortadores.

É comum perceber que, entre os administradores de usinas do estado do Mato Grosso, há preferência por contratos de trabalhadores migrantes por diversas questões. Uma delas é que os mesmos são dispostos ao trabalho, enquanto os trabalhadores locais são indiferentes, faltam muito e produzem menos, além da alta rotatividade. Além do mais, os trabalhadores locais não se interessam em trabalhar nas usinas, quando optam é porque se disponibilizam para setores secundários como escritório e oficinas. O que os técnicos muitas vezes chamam de fatores culturais, pode ser chamado de experiência ou estratégias de sobrevivência em uma situação de desvalorização e super exploração da força de trabalho.

Neste contexto, a movimentação do trabalhador nordestino para áreas de fronteira agrícola e o tempo de fixação do mesmo em cada região, são determinados pela dinâmica capitalista da agricultura brasileira, que por sua vez é dependente do processo industrial. Com a oferta de postos de trabalho, os trabalhadores se deslocam para as regiões agrícolas em busca do mínimo para a sobrevivência, independentemente de que atividade tenha que desenvolver. Muitas vezes, os trabalhadores na atividade do corte da cana, desconhecem como será feita a remuneração, pois a situação da submissão não está relacionada com a cultura e sim com as condições de sobrevivência desse trabalhador.

Os migrantes evidenciaram a questão do desemprego que é intenso em suas regiões, porém, a concentração de terras, atrelada ao desemprego, intensifica a expulsão do trabalhador do campo. De acordo com dados da pesquisadora Christiane Dabat, do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), fornecidos à Pastoral da Terra (28/05/2006), a concentração de terras na região do nordeste continuava intensa naquele período do estudo.

Como exemplo de concentração, essa mesma pesquisadora comparou o cadastro fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e concluiu que 85% dos imóveis em Joaquim Nabuco (PE), eram terras cultiváveis com mais de 100 hectares. De acordo com especialistas na questão fundiária, 10 hectares *de terras agriculturáveis* equivaleriam à área ideal do tamanho mínimo para evitar a migração e garantir a sobrevivência.

Mas, enquanto tal medida não acontece por ineficiência das políticas públicas, 68% dos trabalhadores pendulares continuam os deslocamentos com uma movimentação contínua, pois normalmente, nos períodos de entressafra, retornam para suas casas.

A mudança nem sempre representa desenvolvimento. A estagnação é um dos fatores responsáveis pelos deslocamentos dos indivíduos, pois em determinada circunstância, a mudança e a estagnação aparecem interligadas. Pode ser encontrado o arcaico e o contemporâneo, o dinâmico e o estagnado, o plantio de subsistência e a empresa exportadora. Exemplificando: a ocupação das terras mais férteis pela agricultura, realizada em bases empresariais, leva ao deslocamento da agricultura de subsistência para áreas menos produtivas, às vezes mais distantes. As terras agriculturáveis, geralmente são mais caras e são usadas para a agricultura de exportação, que, na sua expansão, engloba as pequenas produções, expulsando os trabalhadores rurais para mais longe.

Percebe-se assim, que há áreas que se modernizam e apresentam maior produtividade com o apoio de mudanças técnicas, outras, entretanto, entram em retração (os pequenos produtores), e, impotentes diante da concorrência, se rendem à empresa agrícola.

Os trabalhadores nordestinos são expulsos da sua terra pelo avanço do agronegócio que implica na migração, enquanto estratégia de sobrevivência. Ocorre à intensificação pela busca de lugares onde há fonte de trabalho, incluindo regiões canavieiras, como é o caso da cidade de Barra do Bugres.

Em se tratando de condições de vida, as falas da realidade da vinda parecem ser unânimes: o local de origem não oferece perspectivas de melhoria, onde as condições de sobrevivência são mínimas. Apesar de possuírem propriedades (pedaço de chão onde o plantio é de subsistência), não conseguem sobreviver. Alguns destes trabalhadores, quando possuem excedentes produtivos, não conseguem competir com a empresa agrícola. Outros nem conseguem produzir, por estarem em terras improdutivas, comumente as terras agriculturáveis estão em poder dos grandes latifundiários.

Então, o que lhes resta são as idas e vindas para as safras nos canaviais do país, o que inclui o estado do Mato Grosso. Os grupos sociais aprendem a se relacionar, estabelecem contato, acoplam a linguagem, e formam grupos nos alojamentos.

O convívio entre pessoas, nas formas mais elementares de vida, constrói um processo educativo, através das experiências individuais e coletivas. Não necessariamente está ocorrendo com a presença do professor e alunos, pois todos estão nas mesmas condições de igualdade (todos são cortadores de cana, oriundos do nordeste).

Há migrantes têm parentes (irmão, tio ou cunhado) ou conhecidos, trabalhando em usinas no estado do Mato Grosso. Como exemplo, um trabalhador citou que tem dois irmãos trabalhando em usinas neste Estado um deles em Jaciara e outro em São José do Rio Claro.

Os que ficam nos locais de origem, sofrem com a saudade, na espera do retorno desses trabalhadores. Estes, por sua vez, saem com a certeza no olhar de que a volta deverá ocorrer com os recursos que foram buscar. Observe em seguida um depoimento de um migrante que experimentou a cidade de São Paulo no processo migratório pendular:

“Seria melhor se a gente não precisasse vir para São Paulo, ficar todos lá cuidando da roça, ficando junto da família e da comunidade; e também as mães e as mulheres ficariam mais felizes se os homens ficassem por lá”. “Quando a gente se despede da mãe, ela não fica feliz”. (José Mendes de Almeida, 20 anos, vindo de Pintadas – BA) (Metrópoles – Cidadania e qualidade de vida- ALVES 1992, p.14).

Diante do depoimento desse migrante, é perceptível a dialética que o cerca, no entanto, compreender os anseios dos migrantes e a situação a que eles são submetidos, proporciona o conhecimento de vários elementos implícitos nessa abordagem.

Scott (1982, p.4), *apud* Menezes (2002 p.234), reforça a citação acima, demonstrando que a migração de retorno sempre existiu na migração nordestina, pois a idéia do retorno sempre permanece. Tanto o retorno para casa, como o retorno para a mesma atividade do corte no período da safra.

Por que então esses migrantes não trabalham em outras atividades já que acabam retornando para as cidades de origem? O problema é que ficar à espreita de um emprego diferente do corte de cana requer certo tempo e este período de espera representa um custo econômico a mais, além das exigências do mercado acerca da experiência profissional. Como não possui conhecimentos específicos em atividades diferentes do corte da cana, há uma dificuldade ainda maior acerca da empregabilidade desse migrante. Porém, no caso das usinas é diferente. Ao se dispor para a atividade do corte de cana, a contratação é bem mais fácil, já que há usinas como a Barrálcool, que não tem exigido experiência no corte da cana para contratar um trabalhador.

Esses migrantes são cientes de que a experiência com o trabalho pesado no roçado contribui para amenizar e suportar a atividade de cortar cana. Isso pode ser visto por muitos como negativo, mas para eles é uma oportunidade, devido à oferta de contratos temporários.

Cortador de cana - A gente vem pra essa região ganhar um dinheirinho a mais, porque lá no nosso nordeste, lá é muito sofrido, tanto que a gente vem pra cá para ganhar um dinheirinho a mais né, a gente deixa a nossa família lá, pai e mãe, mulher e filho né, então lá é a questão do sofrimento que a gente sofre lá. Quando tem emprego o que a gente ganha lá é salário mínimo. E aqui não, é por produção, vir para o Mato Grosso tem essa distância toda, mas tem essa compensação, por isso que a gente vem né. Aqui também eles dão oportunidade pra quem nunca cortou cana também. (Francisco Lira, 19 anos, Piauí). (2009)

Para os migrantes, há a supervalorização dessa atividade, por acreditarem estar garantindo assim, o retorno para casa, no fim de cada safra. O aprendizado é contínuo e árduo, pois na íntegra, de acordo com José Souza Martins, no seu artigo (Migrações temporárias – Problema para quem, p.5, as migrações têm seu lado negativo, porém em contrapartida, o trabalhador migrante cresce e aprende, ganhando novas perspectivas, adquirindo uma ampla visão do mundo e das relações sociais, e tomando consciência de si e dos outros.

Neste estudo defendemos a tese de que as migrações nordestinas, para o corte da cana, têm ocorrido pelo fator de expulsão, pois os nordestinos, impossibilitados de reproduzirem os meios de subsistência em seu lugar de origem, são obrigados a migrarem para qualquer região que lhes garanta a qualquer preço, a sua sobrevivência e a dos demais membros da família (mulher, mãe e filhos).

A migração pode ser considerada como o movimento no processo da transformação global da sociedade, onde o elemento motivador está circunscrito a partir de uma situação social. É o que acontece com as condições sociais dos migrantes nordestinos, já descritos acima, são forçados a migrar. E como a cana está em expansão, os mesmos acabam se deslocando mediante contratos firmados com agenciadores ou até mesmo, numa viagem clandestina sem qualquer garantia.

3.4 A vinda para o Mato Grosso: Contatos e condições da viagem

O meio de transporte mais comum para a vinda ao Mato Grosso e ao município de Barra do Bugres é a lotação. Os migrantes baianos citaram que na região de onde eles veem, que é Santo Amaro, é o Sr. Mutamba que faz a lotação. Os trabalhadores ficam sabendo de vagas nas usinas e como tem ônibus que vem sempre para essas regiões, há um intermediário que organiza o grupo de cortadores, tornando o preço da passagem mais barata.

Muitas vezes o responsável pela lotação acaba tendo que parcelar a passagem para receber nos dias em que ocorre o pagamento na usina, pois muitos deles não conseguem dinheiro para custear a vinda. Todos os meses, entre os dias 1º e 2º de cada mês, dia de pagamento, os credores aparecem em Barra do Bugres para receber. Além do Sr. Mutamba, os trabalhadores citaram a empresa Damitur, do Sr. Damião e o Moreira Tur que fazem linha para o Alagoas.

O trabalhador migrante na atividade canavieira encontra-se muitas vezes na condição de débito, pois logo de início, contrai dívidas com a compra da passagem e com os custos da viagem. Assim, antes mesmo de começar a trabalhar e a receber o seu salário, já está em

condição de endividamento, fato este que compromete sua reprodução e a de sua família, que passa a ser garantida apenas pelo dinheiro. Além do mais, está em uma terra desconhecida, distante dos familiares que dele dependem. Desta terra, onde não conhece ninguém, além de outros migrantes como ele, não pode retornar antes do final da safra, pois sem dinheiro, demonstraria publicamente o seu fracasso.

De uma dessas viagens, houve a oportunidade de fotografar a chegada do ônibus Moreira Tur à Barra do Bugres.



Figura 10 – Ônibus de lotação da empresa Moreira Tur
Fonte: Pesquisa de Campo (2009)

Esta foto mostra a chegada da filha de um migrante, de uma visita a parentes em Alagoas. Há lotação todos os meses, indo e vindo para as regiões nordestinas, o que facilita a movimentação dos trabalhadores em Barra do Bugres. Porém, durante a pesquisa, não foi possível verificar a legalidade desse meio de transporte.

Os migrantes de origem do município de Imaculado na Paraíba (PB), ao falarem da vinda para o Estado, disseram que para chegarem ao Mato Grosso gastaram quatro dias de viagem e desembolsaram trezentos e trinta reais (R\$330,00) para as despesas individuais e transporte, e ao incluírem alimentação, totalizou uma quantia de quinhentos e cinquenta reais (R\$550,00). Convém ressaltar aqui, que este meio de transporte não lhes garante a contratação pela usina, exceto àqueles em que a lotação é feita pelo próprio intermediário.

Os migrantes temem em apontar os intermediários. A preservação dos nomes dos “gatos” lhes garante vaga nesse tipo de trabalho nas safras subsequentes.

Ao aludirem acerca do modo como se estabelece o contato e a dinâmica da viagem que os conduz ao estado do Mato Grosso, é perceptível a omissão por parte desses trabalhadores, por cautela, pois conhecem as pessoas que trabalham recrutando-os para as usinas. O receio em falar sobre os intermediários é comum entre os alojados na usina e nas cidades, pois

relatar a realidade deste procedimento poderia comprometer o trabalho dos “gatos”, o que ocasionaria denúncias envolvendo as usinas que comumente possuem vínculos com esses intermediários de forma indireta e conseqüentemente comprometeria o círculo vicioso da migração (as idas e vindas) desses trabalhadores.

Perguntei-lhes como se estabelece o contato, a dinâmica da viagem e a garantia da vaga.

Cortador de cana- Na Barrálcool é diferente da Libra (outra usina no Mato Grosso) na Libra eles mandam buscar a gente lá, a Barrálcool não, aqui é outra coisa, cada um tem que vir por conta, com ônibus de lotação feito por amigos, quanto a garantia da vaga, é garantida por quem faz a lotação, quem faz a lotação sempre está em contato com a usina que fala as vagas que tem aqui. **(João dos Santos, 22 anos, Paraíba). (2009)**

Cortador de cana – Um colega meu tinha trabalhado aqui e falou que era bom. Aí, meti a cara e vim também, ele falou que era bom, dava pra eu arrumar um emprego bom, aí me trouxe pra conhece e aí deu certo. Mas cortar cana não é bom não, dona menina, só cortei só um mês só aí me passaram pra trabalhar na irrigação. **(José Alexandre, 33 anos, Alagoas). (2009)**

Ao perguntar sobre as pessoas que os trazem, quem são os responsáveis e as condições da viagem, os trabalhadores desconversaram:

Cortador de cana: Moça ó, os responsáveis a gente não tem conhecimento, não temos intimidade com esse povo não, eu vim por causa de outros amigos que estavam vindo, não conheço bem não. Na verdade eles não dão licença pra gente falar, por isso que a gente tem receio em falar. **(Ivan de Melo, 19 anos, Paraíba). (2009)**

O desemprego nas regiões mais pobres estimula a vinda desses nordestinos para o canavial, mesmo que não tenham experiência. Logo, o transporte ocorre de várias maneiras, dentre elas, através das empresas de ônibus que trazem pessoas de muitos Estados do país como se fossem companhias de turismo, dificultando a ação dos fiscais.

Comumente é a busca pela sobrevivência que leva os cortadores de cana nordestinos a caírem nos esquemas de aliciamentos. Com promessas que jamais se realizam e como são levados por aliciadores, quando não são contratados pelas usinas, não têm a quem recorrer em busca dos seus direitos, além de ficarem devendo o empréstimo que fazem para pagar a viagem. Observe o relato sobre um grupo de migrantes que foram aliciados e vieram de forma clandestina em busca de emprego no Estado.

Recorrem ao sindicato pra tentar obrigar a usina a pagar a passagem de volta, já que o grupo havia sido levado pelo “gato” após certo feito com a empresa. José Mariano da Silva, 39, o agenciador, repetia o tempo todo que teve a autorização da Barrálcool para recrutar os trabalhadores para Mato Grosso. Mas a relação de forças era desigual demais. Era a palavra de um “gato” contra a da usina. Sem nenhum documento formal que comprovasse a ligação, o desfecho já era esperado. A Delegacia Regional do Trabalho (DRT), em Cuiabá, disse que não podia fazer nada, porque não tinha como responsabilizar a empresa. O sindicato, a mesma coisa. Restava aos migrantes pernambucanos conseguir por conta própria o dinheiro para voltar para casa (ESPECIAL JC, 2006, p.4-5).

O fato de virem de forma ilícita, por aliciamento, compromete o retorno dos migrantes às suas origens. A defesa da DRT, é que com o transporte clandestino, a delegacia não tem como atuar no processo de trabalho escravo, a não ser por meio de denúncias. O Jornal também entrevistou a socióloga Suzanna Sochaczewski (coordenadora de projetos no Dieese, em São Paulo), que se manifestou apresentando a visão de que o trabalho deve sempre produzir vida e o trabalhador rural temporário não tem condições de requerer seus direitos e nem de combater essa situação. Aos olhos dos sindicatos eles parecem acomodados. No entanto, Suzanna Sochaczewski apresenta uma explicação sociológica:

Quando você está muito perto da luta pela sobrevivência imediata, e esses migrantes estão, você vai perdendo a necessidade das outras coisas. O que é importante pra você é o pão de hoje, no máximo, pelo pão de amanhã. O instinto é de sobrevivência. As outras necessidades, que ajudariam nessa mobilização para sair do nível mais baixo da vida, simplesmente não existem. Perde-se a necessidade da beleza, do descanso, da convivência familiar, do riso. (ESPECIAL JC, 2006, p.6).

Em Mato Grosso, os trabalhadores encontrados durante a pesquisa, trabalhando para a usina Barrálcool nos canaviais, é composta por migrantes nordestinos, e isso aumenta a vulnerabilidade. Eles veem de longe, deixam a família e fazem empréstimos para custear a viagem. Não podem nem cogitar perder o emprego, não importando em que condições, confirmando a percepção da socióloga.

Vejamos mais uma denúncia ocorrida no Mato Grosso:

Atraídos pela promessa de emprego em uma fazenda no Mato Grosso, 41 trabalhadores dos estados de Maranhão e Piauí acabaram vítimas de um golpe. Dois aliciadores - que teriam informado ao grupo que a suposta contratação já estava acertada com a usina - cobravam R\$ 190 de cada um, a título de pagamento para o transporte até Mato Grosso. Do valor cobrado, R\$ 150 teria sido repassado à empresa de ônibus. Ao chegarem ao estado, depois de terem sido orientados a informar que estavam viajando por conta própria - caso o ônibus fosse parado pela fiscalização - os trabalhadores foram encaminhados ao Sistema Nacional de Emprego (Sine) de Várzea Grande, onde foram informados que as vagas não estavam disponíveis. Apesar de contar com 200 vagas abertas, a usina não contratou as vítimas do golpe por entender tratar-se de crime de aliciamento, sujeito à pena de um a três anos e multa, segundo o Código Penal Brasileiro. Sem emprego e sem condições de retornarem às suas localidades de origem, os trabalhadores ficaram instalados de forma precária em um salão cedido pela proprietária de um hotel.

Audidores fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso (SRTE/MT) foram ao local e providenciaram a passagem de volta para os trabalhadores aliciados. O Sine de Várzea Grande intermediou o emprego para 28 dos 41 trabalhadores vítimas do golpe. (M.T.E 18 de Novembro de 2008). (<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/203537/falsa-promessa-de-emprego-em-fazenda...> 10/03/2009)

Schneider (2001) já alertava sobre a capacidade que a nova configuração econômica teria em tentar impedir o crescimento da informalidade e do desemprego estrutural, fatores que afetam as áreas economicamente mais desenvolvidas do país, e que também poderiam se tornar uma realidade no Centro-Oeste.

3.5 O processo de trabalho e a qualidade de vida dos migrantes na colheita da cana

O trabalho é uma condição natural do homem. A natureza e o processo de trabalho é uma atividade que consome certa capacidade de força humana, transformando o objeto de trabalho, através dos instrumentos em produto. Logo, a organização do trabalho é um conjunto de práticas articuladoras do complexo de processos de trabalho incorporado à força de trabalho ao capital (EID, 2009).

O corte da cana é uma atividade que exige elevada capacidade física de um indivíduo, que talvez pudesse ser descartada, ser totalmente mecanizada. Entretanto, há trabalhadores que já estão preocupados com a mecanização, tendo em vista o fato de não possuírem outra habilidade. Como exemplo, temos os dois irmãos baianos, que antes de virem para o estado do Mato Grosso, experimentaram o trabalho na colheita da laranja em São Paulo, mas consideraram baixa a remuneração nos laranjais.



Figura 11- Irmãos baianos em dia de folga
Fonte: pesquisa de campo (2009)

Na Bahia é comum o trabalho da família na roça, colhendo sisal¹⁶ (sevam a palha, secam e vendem); os fios desse produto servem para fazer roupas, tapete, e outros artigos. Entretanto, este produto é muito barato, e desse modo, o que ganham garante apenas a sobrevivência no lugar.

Os irmãos citados anteriormente trarão na próxima safra, o irmão caçula para trabalhar na Barrácool. Assim como eles, o irmão já concluiu o segundo grau, mas não consegue emprego, por isso terão que trazê-lo também.

Cortador de cana - Aqui no Mato Grosso é bom, mas vai acabar por causa dessas máquinas, vai acabar os cortadores de cana, e aí vai aumentar a dificuldade pra gente. A não ser que a gente faça outra coisa antes que acabe o trabalho de cortar cana, igual a meu primo, veio pra cá em 2004 e ficou direto até 2007, cortava cana e abriu um cabaré, ganhou dinheiro e voltou pra Bahia. Lá ele abriu um bar familiar e vive há dois anos lá com a mulher que levou daqui do Mato Grosso. (**Francenildo Reis, 24 anos e Adailson Souza, 29 anos, Bahia**). (2009)

¹⁶ De acordo com a Wikipédia, a enciclopédia livre, o sisal é cultivado em regiões semi-áridas. No Brasil, os principais produtores de sisal são os estados da Paraíba e da Bahia. Dessa planta, utiliza-se principalmente as folhas que, após o beneficiamento, são destinadas à indústria de cordoaria (cordas, cordéis, tapetes, etc). Pode ser colhido durante todo o ano, pois trata-se de uma planta resistente à aridez e ao sol intenso do sertão nordestino.

A fala do trabalhador evidencia a preocupação com os postos de trabalho no corte da cana. Para muitos cortar cana é melhor que ficar sem trabalhar.

Os estudos sobre o migrante nordestino na atividade do corte da cana queimada, têm tido grande repercussão, registros de autores como Alves (2008), no livro *Migrantes*, são referências de análises das dificuldades enfrentadas por trabalhadores migrantes no Complexo Agroindustrial Canavieiro Paulista, onde os mesmos buscam sobrevivência e dignidade.

Sem permissão para acompanhar as atividades dos trabalhadores nos canaviais da usina Barrálcool, subsidiamo-nos em Alves (2008), por meio da revista “Agro combustíveis solução? A vida por um fio no eito dos canaviais.”, um serviço desenvolvido pela Pastoral dos Migrantes, para esmiuçar o processo de trabalho na colheita da cana. E ao mesmo tempo, nas entrevistas com os trabalhadores e com o presidente do sindicato que os representam, comparamos a sequência da atividade no estado do Mato Grosso.

A realização da colheita da cana exige três atividades essenciais, que são: o corte, o carregamento e o transporte. A fase da colheita contempla a retirada da cana do solo e em seguida a disposição da mesma para o carregamento. Tal fase, ainda nos dias atuais, é parcialmente manual.

As usinas localizadas no norte matogrossense, utilizam simultaneamente o corte manual e o mecanizado, pois nas áreas de declividade o custo de manutenção e consumo da máquina é maior, requerendo assim, como menor custo, a mão-de-obra braçal.

A usina Coprodia, em Campo Novo do Parecis, possui índice de mecanização de 65%; a usina Itamarati, localizada em Nova Olímpia, apresenta um índice de 96%; e na usina Barrálcool, instalada em Barra do Bugres, há um índice de 50%. Convém ressaltar, entretanto, que estas usinas ainda utilizam trabalhadores migrantes para a atividade do corte da cana queimada.

Os trabalhadores desenvolvem outras atividades além do corte, como, capinas, aceiros, plantios entre outras. Mesmo sendo remunerados por produção, essas outras atividades agregam quantias extra o montante do salário, sendo remunerados por diária.

Diferente da atividade mecanizada, a atividade do corte de cana exige maior controle no cumprimento das atividades prescritas, e assim, surge a figura do supervisor que utiliza como instrumento de trabalho a ação da coerção econômica como multas, suspensões, advertências verbais e/ou escritas. Com esse controle o supervisor garante a máxima produtividade dos trabalhadores.

Para a realização da atividade do corte de cana, as usinas ainda utilizam um conjunto de outros trabalhadores que fiscalizam o trabalho prescrito dos canavieiros. São eles: o “gato”

ou intermediário da mão-de-obra, que é responsável pela contratação da turma; o motorista do ônibus, que transporta a turma e que, em alguns casos é também o chefe, o feitor ou líder de turma; o apontador, que mede a produção dos trabalhadores e verifica a qualidade do trabalho; o encarregado, que dirige o processo de trabalho de um conjunto de talhões próximos; e o encarregado da frente de trabalho, que é o técnico da diretoria agrícola responsável por toda a frente de corte, manual e mecânico.

Às vezes, todas essas figuras podem estar representadas em uma única pessoa, tendo em vista o fato das usinas reutilizarem ao máximo suas mãos-de-obra, evitando assim, as terceirizações. No estado do Mato Grosso, os três intermediários mais citados pelos trabalhadores são: José da Areia, Marlon e Sanduca. Eles são funcionários da usina e exercem funções simultâneas, recebendo gratificações pelo comportamento e produtividade das turmas formadas pelos trabalhadores que eles trazem.

O Sr. José da areia é um paraibano que traz migrantes desde 2003 para trabalharem na usina Barrálcool e como também é funcionário da usina, ao final de cada safra sempre volta para casa na mesma lotação com os trabalhadores (sua família também reside na Paraíba). Já com o intermediário Marlon, não conseguimos contato e nem mesmo quaisquer descrições de onde ele tem recrutado os trabalhadores.

Quanto ao Sanduca, é um intermediário de 50 anos de idade, muito conhecido na região por trabalhar a tanto tempo para a usina na contratação de migrantes no local de origem. Sanduca veio de Gavião, Bahia (BA), para o estado do Mato Grosso no ano de 1987, cortou cana, mas ao mesmo tempo trabalhou como “gato”, trazendo em torno de 400 homens a cada safra para usina Barrálcool.

Além do estado da Bahia, o Sanduca continua trazendo pessoas dos estados do Maranhão, Piauí e Alagoas. Hoje em dia, faz este trabalho, mas com uma quantidade menor de pessoas por turmas. Não corta mais cana e trabalha no ônibus levando as refeições para os trabalhadores no campo. Atualmente reside no estado do Mato Grosso, em Barra do Bugres, e possui dois alojamentos: um pertence a ele e o outro está no nome da esposa atual.

Veja a foto do intermediário entre os trabalhadores:



Figura 12 - Intermediário Sanduca (vestido com uma camisa) junto aos trabalhadores
 Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Nos alojamentos pertencentes ao Sanduca, foram encontrados mais de cinquenta trabalhadores migrantes, porém foram entrevistados vinte e nove deles. Entre eles havia piauienses, maranhenses e alguns poucos baianos. Mesmo sendo de origem baiana, a maioria dos trabalhadores que esse intermediário recruta, são do Maranhão e do Piauí.

De acordo com as informações dos cortadores, o Sanduca recebe subsídio da usina para a construção dos alojamentos. Os trabalhadores reclamaram da superlotação e da dificuldade no uso dos tanques e sanitários. Porém, ao serem questionados acerca do porquê não reclamarem das más condições de alojamento ao locatário, a maioria dos migrantes preferiram se omitir.

É percebida certa coação por parte desse intermediário sobre os trabalhadores, devido à relação de poder que o mesmo tem com os encarregados na usina. Desse modo, os migrantes temem uma indicação, por parte do Sanduca, a uma lista de poda que a usina utiliza para reduzir mão-de-obra; temem que a indicação ocorra alegando mau comportamento ou baixa produtividade, o que dificultaria a contratação nas próximas safras. Sofrendo essas coações, os trabalhadores se calam, pois nenhum deles deseja ser demitido antes do término da safra, fato este considerado ruim para esses migrantes. Uma vez saído de casa, é preciso suportar toda a safra para que o dinheiro adquirido compense a vinda e a ausência da família. Voltar para casa sem dinheiro ou sem algum investimento é frustrante entre eles.

As bebidas mais consumidas por eles são a cerveja e o dom Camilo (um conhaque de gengibre), bebidas estas fornecidas no bar do próprio locatário, construído ao lado dos alojamentos. A construção do bar faz com que essa figura “o Sanduca” tenha maior rentabilidade, tendo em vista uma clientela certa, os próprios migrantes que ali se hospedam.

Evidencia-se neste contexto, a manipulação por parte deste locatário, que ao mesmo tempo exerce a função de intermediário sobre o comportamento dos trabalhadores. Neste ínterim, a obediência aos regulamentos, garante-lhes a permanência na atividade e a vaga na próxima safra.

A atividade de cortar cana não se limita à retirada da mesma do solo, mas envolve outras atividades, tais como: a limpeza; a eliminação da palha que ainda permanece; a retirada da ponteira; o transporte da cana cortada para a linha central do eito; a arrumação da cana depositada na terceira linha, em esteira ou em montes separados um do outro por um metro de distância.

Cada vez mais as empresas buscam redução dos custos e aprimoramento da qualidade do produto, e para isso cada usina desenvolve mecanismos variados.

Para que a redução de custos aconteça, desde o campo até a indústria, e para que o determinado seja executável, os trabalhadores, como recebem por produção (que é medida pela quantidade de cana cortada), são vítimas do próprio processo de trabalho. Assim, são forçados a gastarem mais energia e tempo, reduzindo o ganho salarial, pois poderiam aproveitar o tempo para cortar uma maior quantidade de cana, aumentando assim a renda. Ou seja, a atividade de cortar cana, não consiste apenas no corte, mas também em atividades adicionais subentendidas e não remuneradas.

Para a atividade do corte da cana queimada, são definidos inicialmente, retângulos, sendo que o cumprimento do trabalho está condicionado à capacidade individual, o que é observado ao final de cada jornada pelo apontador. O retângulo está contido em um retângulo maior, que é o talhão, assim como chamam os canavieiros.

No estado do Mato Grosso, o Acordo Coletivo 2009/2010 (firmado entre o Sindicato representante dos trabalhadores e a usina), a cláusula primeira, diz que os trabalhadores efetuarão o corte da cana de eito de 05 a 07 linhas, o que abre precedente para maior exploração.

Para cortar a cana, o trabalhador precisa abraçar um feixe de cana que contém entre três a dez unidades. Necessita curvar-se, flexionando as pernas para cortar a base da cana, pois é no pé dessa planta que se concentra a sacarose, e isso deve ser feito de forma que não comprometa sua raiz, prejudicando a rebrota. É necessário ainda, o cuidado com o manuseio

do podão, que além de poder atingir a raiz da planta, pode, em situações mais graves, atingir o pé ou pernas desse trabalhador.

Na sequência há ainda, a necessidade da retirada do pêndulo (ponta ou pendão), correspondente a parte de cima da planta onde existem folhas verdes. Este procedimento pode ser realizado em algumas usinas na fileira central, no ar ou no chão, no entanto, quanto à disposição da cana, é um processo obrigatório e imposto aos mesmos, que necessitam deixar a cana esteirada, disposta aos montes com distanciamento de um metro um do outro. É uma atividade adicional que requer dispêndio de energia desse trabalhador.

Para trabalhar nesta atividade é necessário ter resistência física. O gasto de energia é muito grande devido à realização exaustiva de atividades repetitivas, ao sol quente, recebendo fuligem, poeira, fumaça e calor.

Esses trabalhadores necessitam ainda usar roupas e instrumentos especiais, tais como: botina com biqueira de aço, perneiras de couro até o joelho, com revestimento de barras de metal, camisas de manga comprida e calças grossas de brim, mangote, luvas de raspa de couro, lenço no rosto e pescoço, óculos de proteção, chapéu ou boné, podão e lima.

Para melhor compreensão das vestimentas, observe a placa com as fotos de um cortador de cana em sua residência:



9- A



9 - B



9 - C



9 - D



9 - E



9 - F



9 - G



9 - H



9 - I



9 - J

Figura 13 – Vestimenta e acessórios utilizados no corte manual da cana-de-açúcar:
 9A – cortador de cana expondo as botinas; 9B – Ilustração de uma botina velha evidenciando a biqueira de aço;
 9C- Perneiras de couro; 9D – Óculos de proteção; 9E – Mangote; 9F – Luvas de couro; 9G – Podão – ferramenta usada para cortar a cana; 9H – Lima – ferramenta usada para afiar o podão; 9I – Vestimenta completa com boné;
 9J – Botinas e garrafa de água

Fonte: Pesquisa de campo- Fotos autorizadas pelo cortador de cana, Carlos Vieira da Silva, funcionário da usina Itamarati S.A, em sua residência em Arenópolis – MT, em Agosto/2009

Os equipamentos de proteção são conquistas dos trabalhadores, mas muitas vezes, estão inadequados e com baixa qualidade. Estes itens, a princípio, têm o objetivo de oferecer segurança, mas por outro lado proporcionam desconforto.

Novaes e Alves (2007) relatam que devido à exposição ao sol abundante, com essa vestimenta e os equipamentos, os trabalhadores suam muito, perdendo sais minerais, levando-os a desidratação e câimbras frequentes.

Essas câimbras geralmente começam pelas mãos e pés, avançam pelas pernas e chegam ao tórax, sendo chamadas de “birola” ou “canguru”, pelos trabalhadores. Este tipo de câimbras provoca fortes dores e parece que o trabalhador está sendo acometido por convulsões. (NOVAES & ALVES 2007) *apud* (ALVES 2008 p.33)

O período comum de trabalho é de oito a doze horas, período este em que o trabalhador precisa despender até catorze golpes num metro de cana que provavelmente possua catorze pés de cana.

No acordo coletivo de trabalho 2009/2010 firmado, de um lado, pelo Sindicato dos trabalhadores Rurais de Barra do Bugres em conjunto com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Mato Grosso (FETAGRI), com sede em Cuiabá, e do outro lado a

Barrálcool Destilaria da Barra Ltda, determina sobre a jornada de trabalho, conforme Anexo D:

A jornada de trabalho dos trabalhadores abrangidos neste acordo coletivo durante o período da safra que compreende o período de corte da cana-de-açúcar, será no sistema 5x1, ou seja, trabalharão cinco dias consecutivos e gozarão o Descanso Semanal Remunerado (DSR) no sexto dia. Sendo que o horário de trabalho será das 6:00 horas as 14:20 horas, sempre precedido de uma hora para refeição e descanso. Sendo que serão considerados como horas extraordinárias somente aquelas que ultrapassarem a jornada diária de oito horas, independentemente do dia da semana em que ocorrer o trabalho. No período de entressafra, ou seja, o período compreendido fora do período de corte da cana-de-açúcar, a jornada de trabalho será de segunda a sexta-feira das 6:00 às 15:00 horas, com intervalo mínimo de uma hora para refeição e descanso, e aos sábados das 6:00 às 10:00 horas. (ACORDO COLETIVO, Cláusula décima, p.5)

Porém, nem sempre o que é acordado é cumprido. Alves (2008) discorre sobre a contradição, mostrando as duas principais vertentes do problema:

- a) a dificuldade política e econômica da mudança do processo de trabalho;
- b) a contradição entre segurança e conforto versus exigência de produtividade do trabalho.

A forma como são incorporadas as modificações no processo de trabalho, geralmente se desvirtua do que foi desenvolvido cientificamente, pois são incorporados na dinâmica do trabalho mediante interesses capitalistas que almejam maior valorização do capital vislumbrando maiores lucros.

3.5.1 Representatividade do Sindicato

Ao surgirem os questionamentos acerca dos subsídios oferecidos pelo sindicato, da representatividade junto aos trabalhadores no campo e das condições de moradia e alimentação, um migrante de 28 anos de idade se manifestou dizendo que veio em 2007 da Bahia para trabalhar na usina Barrálcool, porém, em 2008, ao atravessar a pista, voltando do bar para o alojamento da usina, foi atropelado por uma moto.

Na época do acidente a usina deu suporte, mas esperou que o trabalhador se recuperasse para demiti-lo, pois havia percebido que o mesmo não era mais tão produtivo após o acidente, logo, não o contratou mais. Desempregado e morando de aluguel, não quis voltar para Bahia. Almeja voltar para casa após resolver a questão com a usina, pois se sente lesado por acreditar que deveria ter sido indenizado pela mesma. Diz ter pedido ajuda ao sindicato para a resolução dessa questão, pois tem conhecimento de que o sindicato disponibiliza advogado para auxiliar os trabalhadores em questões semelhantes.

No que tange ao caso desse trabalhador, fica aqui registrada a situação como um desabafo, não buscamos averiguar junto ao sindicato o registro desse fato, tendo em vista que a pesquisa não vem apresentar soluções em cada particularidade evidenciada, mas demonstrar as motivações da vinda desses migrantes para esse Estado.

Para os trabalhadores, o trabalho do sindicato é incipiente, pois desconhecem quem os representa.

Cortador de cana – a gente não sabe moça, nem sé é homem ou se é mulher o pessoal do sindicato que nos representa, na verdade é dominada a região aqui, eles vêm, mas fazem reunião somente com os donos da usina mesmo. Seria o direito de o sindicato chegar no campo e conversar com os trabalhadores né, mas isso não acontece aqui não, só conversa com os nossos encarregados que trabalha pra usina. Eu vim moça, porque uns amigos meus me falaram que é bom pra ganhar dinheiro, mas depende muito da cana e da sorte sabe. Eu mesmo espero que Deus me ajude que seja a primeira e derradeira vez de vir pra cá, aqui é um cativo dona, aqui é uma servidão, aqui não tem acordo com ninguém né, aqui não tem combinação com nada. Se quiser trabalhar, trabalha. De vez em quando tem uma greve aqui, aí eles mandam embora, a gente sempre segura um pouco né, pra garantir o seguro desemprego. **(Francisco Chagas, 40 anos, Maranhão). (2009)**

De acordo com o presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Bugres (STRs), o Sr. Valdineis Ferreira da Silva, em entrevista conforme roteiro em Apêndice C, as reclamações mais comuns entre os trabalhadores no corte são: o preço da cana cortada e a alimentação.

Cortador de cana - A comida aqui é fraca, pro corte de cana é fraca, 10 horas tem gente tremendo já, tem uma merendinha 7:00 horas, começamos cortar cana 5:30, 6:00 horas da manhã e depois a gente só para pro almoço, e depois para 14, horas, não tem outro lanche não, pro corte de cana a comida é fraca. Tem gente que caiu no meio da roça, e não é devido a falta de experiência não, sou experiente e nessa semana também passei mal, tontura, câimbras, acho que é devido a comida fraca e a quentura também, aqui no Mato Grosso é muito quente. Cai mesmo, dá tontura, câimbra e aí a gente cai mesmo. **(Paulo Sérgio dos Santos, 29 anos, Pernambuco). (2009).**

O outro representante do sindicato, o tesoureiro Sr. Sebastião, diz que na competência do sindicato, os alojamentos são vistoriados no início e final da safra para garantir condições de moradia a esses trabalhadores. E a preferência dos nordestinos em alojarem-se nas cidades, ocorre devido à liberdade para fazerem a refeição noturna (a janta) de acordo com o costume da origem nordestina.

Representante do sindicato – Eles gostam muito de um sistema de mistura com fubá de milho, uma coisa que eles fazem lá, esqueci o nome agora... é o cuscuz. Eles têm um sistema né, e a região aqui tem outro sistema totalmente diferente deles.

Nos alojamentos privados, o produto mais consumido pelos nordestinos é o flocão, conforme foto abaixo, um farináceo a base de milho. Os trabalhadores utilizam esse produto

para fazerem cuscuz e bolo de fubá, além de outros pratos característicos da região. Os migrantes acreditam que a comida em que se utiliza a farinha e o milho, oferece maior sustentabilidade física para suportar a jornada de trabalho no corte da cana, confirmando a situação elencada acima pelo representante do sindicato (Sr. Sebastião) sobre a questão da alimentação.



Figura 14- Foto do produto Flocão, farináceo consumido entre os nordestinos
Fonte: Pesquisa de campo (2009)

O produto da foto acima é utilizado pelos nordestinos para complementar a alimentação, pois para eles a comida local é considerada fraca para a atividade de cortar cana.

Cortador de cana que reside no alojamento da usina – O sindicato não tem como determinar não, o sindicato é fraco e a firma é grande. E como a comida é fraca à noite a gente podia fazer nossa comida, mas não é permitido não, nem aquele o cabo quente, aquele negócio usado pra esquentar a água pra fazer café eles não deixam não, é elétrico. A comida para o corte de cana, moça, fraca, e tem que comer a que eles fazem. (Lorismar dos Reis, 30 anos, Piauí). (2009)

Apesar de não ter tido êxito na visita aos alojamentos da usina Barrálcool, a entrevista com os trabalhadores foi marcada por reivindicações e insatisfações. Foi uma única entrevista, mas houve denúncias. Apesar do receio em serem demitidos, os mesmos ressaltaram a ausência do sindicato e o poder de coação e dominação utilizado pela usina no município, conforme relato.

A discrepância entre os fatores de produção é evidente na atividade da cana. O trabalho em sua essência é uma atividade humana, sendo dividido em três processos: objeto de trabalho que é a matéria prima ou insumos, os instrumentos de trabalho que são os

equipamentos e maquinários, e a capacidade de trabalho, que ocorre com a força de trabalho do empregador versus empregado.

Ao elaborar a composição orgânica do capital, o único componente que permite manipulação direta por parte do empregador é o capital variável, composto pela força de trabalho. É na manipulação da força do trabalho que as empresas, ao molde do capitalismo, adquirem lucros. E assim podemos concluir com a percepção de Paiva (1987, p.11), que diz: “se alguém tem mais em dada circunstância é porque alguém tem menos”.

A intensificação do trabalho no corte da cana traz agravos à saúde do trabalhador e para amenizar o desgaste físico, as usinas disponibilizam soro via oral e suplementos energéticos.

Nas usinas do Mato Grosso foram identificados dois tipos de soros oferecidos aos trabalhadores. Na usina Itamarati há a oferta do “prati-sal”, composto por cloreto de sódio, potássio, sódio e glicose. Já na usina Barrácool, há a oferta do “Sudrat”, composto por carboidratos, sódio, cálcio, cloreto, magnésio, potássio e vitamina C.

Veja as fotos:



Figura15– Suplemento alimentar oferecido na Usina Itamarati S.A – Nova Olímpia, Agosto/2009
Fonte: Pesquisa de campo (2009)



Figura 16 - Suplemento alimentar oferecido na Usina Barrálcool S.A, Barra do Bugres, Setembro/2009
 Fonte: Pesquisa de campo (2009)

O Sudrat apresenta registro no Ministério da Saúde e o Prati-sal apresenta o registro da notificação da ANVISA.

A preferência por este soro é variada entre os trabalhadores. Alguns deles gostam e até acreditam no aumento da capacidade de trabalho e do desempenho sexual, outros se recusam a tomar porque não se sentem bem, e outros porque desconhecem a composição do soro.

Comumente os trabalhadores reclamam de dores no corpo (lombalgias) e por este motivo faltam ao trabalho para atendimento médico, justificando depois com o atestado e comprovante de compra dos medicamentos. Nos dias em que há faltas justificadas, os cortadores são remunerados pela diária.

No caso de acidentes de trabalho ou mau súbito, de acordo com a décima quinta cláusula do acordo coletivo, a empresa deve comprometer-se em providenciar o imediato socorro, transportando o trabalhador ao hospital mais próximo da cidade, credenciado pela Previdência Social, pela empresa ou pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Bugres. Caso o problema não seja resolvido em hospitais da rede pública e ou credenciados pela empresa ou pelo Sindicato, o empregado poderá ser transferido para o hospital particular mais próximo.



Figura 17 – Cicatriz na perna de um cortador de cana em acidente com o podão
Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Cortador de Cana em dia de folga - No caso de acidente de trabalho tem vez que a gente sofre muito... Até chegar a ambulância a gente fica até 2 horas esperando, esse acidente mesmo, fiquei lá esperando e nada, nem primeiros socorros teve, nada pra estancar o sangue, eu também não tinha experiência no corte da cana, vim pela primeira vez e aí o podão pegou um pouquinho pra cima da caneleira e aí me machuquei. (Giliano Gonçalves, 20 anos, Pernambuco). (2009)

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), todo ano acontecem cerca de 270 milhões de acidentes de trabalho em todo o mundo e dois milhões de trabalhadores acabam indo a óbito. A OIT cita ainda que o agronegócio é um dos setores que tem oferecido os maiores riscos de doenças e acidentes no trabalho, incluindo riscos relacionados com a utilização de agrotóxicos, máquinas e equipamentos agrícolas, tratores, contatos com animais, incluindo os peçonhentos, exposição prolongada ao sol, entre outros. Fatores estes que causam acidentes, doenças, e até mortes¹⁷.

3.5.2 A remuneração

Ao discorrermos sobre a forma de pagamento dos trabalhadores no corte da cana, é possível entendermos o porquê do ritmo de produção. É conveniente ainda lembrar, que o ganho obtido na safra precisa garantir o sustento da família durante o período de oito meses,

¹⁷ Sobre mortes dos cortadores de cana, consultar os artigos:

ALVES, Francisco José da Costa. Por que morrem os cortadores de cana? Revista Saúde e Sociedade, nº3, vl.15, Set/ Dez 2006, pp 90-98;

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Trabalho e morte dos “Severinos” nos canaviais paulistas. Direitos Humanos no Brasil 2006: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2006; e o artigo

_____. A morte ronda os canaviais paulistas. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, nº2, vl. 33, Agost./Dez. 2006, pp 111-114

mais os quatro meses da entressafra, pois muitos deles não conseguem desempenhar outra função além desta.

No estado do Mato Grosso o valor da diária é de R\$ 18,02 (dezoito reais e dois centavos) e para os trabalhos de aplicação de herbicida, a empresa deve pagar a diária de R\$ 31,80 (trinta e um reais e oitenta centavos), e o piso salarial da categoria dos trabalhadores na lavoura da cana é de R\$ 540,60 (quinhentos e quarenta reais e sessenta centavos). Caso haja aumento salarial fixado pelo governo federal, as partes, em comum acordo, reservam-se o direito de discutirem o percentual de aumento.

Os trabalhadores que apresentam baixa produtividade normalmente são os mais velhos e as mulheres. Habitualmente estes são transferidos para a bituca, pois são considerados fracos, e recebem em torno de R\$ 600,00 (seiscentos reais) líquido/mês. Já os trabalhadores que apresentam maior produtividade são os mais jovens (com idade entre 18 e 30 anos, conforme demonstramos no quadro acima), com maior resistência física. Apenas homens recebem salários de até R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) líquido/mês.

Fazendo a média salarial desses trabalhadores obtemos um valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais) o que equivale a 1,57 salários mínimos. Este resultado corresponde a um índice melhor que o oferecido pelos estados de São Paulo, Goiás e Pernambuco.

Porém, ao comparar a tabela de diárias dos cortadores de cana dos estados citados, e ao fazer a média com o salário mínimo, o valor decresce por não ser considerada a média entre o menor e o maior salário. É necessário lembrar ainda, que os dados do estado do Mato Grosso referem-se ao ano de 2009, enquanto os demais ainda não tinham sido atualizados. Supomos então, que haveria um distanciamento para baixo ainda maior da remuneração oferecida pelas usinas do estado do Mato Grosso em relação aos demais estados. Observe essa comparação conforme quadro:

Quadro 8 - Salários dos cortadores de cana em SP, GO, PE e MT (2005/ 2007 e 2009)

São Paulo				
Ano	Valor da diária *	Valor do salário mensal*	Valor do SM*	Valor em SM**
2007	12,67	460	380	1,21
Goiás				
Ano	Valor da diária *	Valor do salário mensal*	Valor do SM*	Valor em SM**
2007	16,0	480	380	1,26
Pernambuco				
Ano	Valor da diária *	Valor do salário mensal*	Valor do SM*	Valor em SM**
2005	10,5	315	300	1,05
Mato Grosso				
Ano	Valor da diária *	Valor do salário mensal*	Valor do SM*	Valor em SM**
2009	18,02	540,6	510	1,06

LEGENDA: SM – Salário mínimo - * Valores em Reais ** Valores em Fração.

Fonte: NEAD – Estudos sobre as Convenções Coletivas da Categoria Canavieira de São Paulo, Pernambuco e Goiás (2005 e 2007), disponíveis em Alves, *apud* Silva (2008) - adaptações pela pesquisadora incluindo MT 2009.

Em relação aos contratos de trabalho, em São Paulo é comum o contrato safra, onde está definida a data do início e do término da safra. Normalmente acontece num período de oito meses, o que garante ao trabalhador férias e FGTS proporcionais, mas não há o direito ao seguro desemprego.

No estado do Mato Grosso é diferente. O advogado José Antonio Dutra, que representa os trabalhadores rurais pelo sindicato em Barra do Bugres, e já atua em causas trabalhistas há 17 anos na região, jamais conseguiu ter acesso a um contrato de trabalho dos cortadores de cana. O que se percebe é que as usinas utilizam vários tipos de contratos (às vezes até mais de um com o mesmo trabalhador), adotando o mais apropriado em casos de alguém entrar com alguma ação trabalhista contra a usina. O advogado disse que há os contratos safras, que normalmente iniciam em fevereiro e encerram em novembro, perfazendo um montante de nove meses trabalhados, o que garante ao trabalhador o seguro desemprego.

A legislação trabalhista, garante ao trabalhador que tenha trabalhado pelo menos seis meses, o direito ao seguro desemprego, desde que o mesmo não tenha recebido seguro num período que anteceda 16 (dezesseis) meses. O que diferencia nestes casos, é a quantidade de parcelas recebidas (quem trabalhou de 6 a 11 meses receberá três parcelas e aqueles que trabalharam 12 meses ou mais, receberão quatro parcelas). Há ainda situações em que as

usinas firmam contratos para a efetivação do trabalho sem definição de término (para os casos em que as safras ultrapassem os oito meses).

Já o tesoureiro do sindicato dos trabalhadores rurais de Tangará da Serra, o Sr. José Joaquim, exemplifica que a questão do seguro desemprego, é um fator de preferência do trabalhador nordestino pelo corte da cana no Estado. Acredita ainda que ocorra intensificação e aumento da produtividade nos três meses que antecedem o término da safra, tendo em vista que os trabalhadores sabem que o seguro desemprego é calculado sobre a média dos três últimos meses trabalhados em carteira.

Para efetuar uma simulação do cálculo do número de parcelas e os valores do seguro desemprego, o representante do sindicato, Sr. José Joaquim (o Zezinho), indicou o site cujo endereço eletrônico é:

http://www.argumentadum.com.br/segurodesemprego/cálculos_seguro_desemprego.asp

Com muita presteza e cuidado ao dar as informações, o Sr. José Joaquim, anunciou também que o teto máximo da parcela do seguro desemprego é de R\$ 870,01 (oitocentos e setenta reais e um centavo), porém, se a média salarial dos três últimos meses for abaixo de um salário mínimo, o trabalhador terá direito a parcelas com o valor do salário mínimo.

A questão do seguro desemprego oferecido pelas usinas no estado do Mato Grosso é um fator relevante e evidenciado por 100% dos trabalhadores, o que para muitos representa a possibilidade de vir trabalhar na região em safras alternadas (tendo como opção um ano de descanso nessa atividade).

Cabe lembrar que a atividade na cana é considerada um meio complementar de sobrevivência da família de pequenos produtores que cultivam terras próprias no Nordeste. Esta atividade pode então ser vista como um viabilizador de melhorias na qualidade do roçado no período que não retornam, pois estão com os recursos adquiridos e acumulados durante toda a safra e ainda gozando do seguro desemprego.

No período da entressafra, conseguindo voltar ao nordeste, os cortadores de cana buscam possibilidades de renda com os produtos de subsistência (os que possuem terras), ou vendendo sua força de trabalho a valores muito baixos (os que não possuem terras). E para esses últimos, o anseio é intensificar o trabalho durante a safra, haja vista que a possibilidade de conseguir trabalho na entressafra é muito rara.

Por isso, acumular recursos é de extrema relevância para esses migrantes, cujos anseios são inúmeros, abrangendo desde a melhoria nas condições de vida na terra natal, até a realização de alguns sonhos, como: terminar a construção de uma casa, sonhos de consumo

como a compra de roupas, geladeira, lavadora de roupas, aparelho de som, televisão, DVD e até mesmo motocicleta.

Normalmente, o fluxo monetário dos cortadores consiste em: **Entradas**, que são quinzenais e **Saídas**, com despesas com o aluguel do alojamento, pagamento da comida e gastos com higiene pessoal. O que resta é gasto conforme discutido acima (subsistência da família compra de bens e ainda sobrevivência na entressafra).

Pelas falas dos trabalhadores, evidencia-se um gasto mensal entre R\$ 100,00 a R\$ 300,00 (cem a trezentos reais). Os que despendem maiores gastos são os trabalhadores solteiros que realizam passeios noturnos em busca de algum tipo de diversão.

Quanto aos casados, se esforçam ao máximo para não gastarem dinheiro sem planejamento, tendo em vista, que todo mês enviam dinheiro para a família. Além do mais, aparece subentendido o respeito pelos membros da família que o esperam ao final da safra, acreditando que, com o recurso adquirido, haverá melhorias e um período de tempo estável de sobrevivência.

Cortador de cana casado – Está eu mais dois colegas num quarto, a gente divide, faz as compras, e eu não saio pra rua não, o dinheiro é sofrido pra gastar. Tem mês que varia, um mês gasta menos, outro gasta mais, mas no geral é por volta de R\$ 200,0 minha despesa mensal. (**Valdemir Santos, 30 anos, Bahia**). (2009)

De acordo com o presidente do sindicato, a remuneração é o que incita os trabalhadores a intensificarem o trabalho no corte da cana.

Presidente do sindicato Rural – [...] nenhuma usina aceitaria a remuneração fixa, e para o trabalhador seria bem melhor que não precisariam se esforçar tanto, se matar no trabalho. Hoje esses cortadores de cana tudo mais velho, tudo estão com problemas na coluna, vários tipos de problemas.

Devido às competições que surgem entre os cortadores, nesse processo de trabalho onde a remuneração é por produção, a lógica da dominação fica invertida, pois é interesse individual aplicar com maior intensidade possível a força de trabalho por parte dos trabalhadores, pois com isso haverá um aumento salarial.

Na usina Barrálcool, a utilização do método de pagamento é por produção. De acordo com o sindicato é a forma mais aceita entre os trabalhadores, porque na visão dos mesmos, quanto mais intensificarem o corte da cana, maiores serão os seus salários.

Um exemplo de intensificação do trabalho é o cortador de cana conhecido como Egnaldo, de 23 anos de idade, que estudou até a 6ª série, vindo de Simões, próximo a Cural Novo, Piauí. Chegou ao estado do Mato Grosso em 2007 e permanece até a safra de 2009. Tentou mudar de profissão, optando por trabalhar em um frigorífico em Tangará da Serra,

mas como recebia um salário de R\$ 800,00 (oitocentos reais) achou que fosse insuficiente e por este motivo retornou para a cana. Isso porque trabalhando na usina, no corte da cana, consegue um salário de R\$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais) líquido/mês.

Semelhante ao Egnaldo há também o baiano Carlos de 23 anos de idade, que acredita que cortar cana neste Estado também tem sido positivo. Desde que veio, no ano de 2005, alcançou algumas conquistas, comprou uma motocicleta e pagou apenas R\$ 200,00 (duzentos reais) para o motorista da lotação levá-la até o seu Estado, e construiu uma casa na Bahia, para onde sempre volta ao final de cada safra. Casou-se em 2007, em seu Estado, e agora já possui dois filhos. Em 2008, trouxe a esposa para conhecer o estado do Mato Grosso, mas a mesma não gostou do lugar e por este motivo precisa retornar à Bahia a cada safra. Além do Carlos há outros migrantes que também adquiriram motocicletas neste ano.

Veja as fotos das motos dos migrantes no alojamento privado no Bairro São Domingos.



Figura 18 – Motos adquiridas pelos migrantes em frente do alojamento privado
Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Cortador de cana: A falta de emprego, né moça, que ocasiona a falta de dinheiro. Trabalho lá tem muito em nosso roçado, mas o que produzimos dificilmente dá dinheiro, só pra nós viver dá, mas se precisar de algum dinheiro não temos. Trabalhando aqui dá pra juntar um dinheirinho até bom, qualquer trabalhador que juntar durante uma safra e não gastar a toa dá até para comprar uma moto aqui que é mais barato do que lá. (Carlos Almeida, 23 anos, Bahia). (2009).

Porém, nem todos os trabalhadores conseguem prosperar. Do total de 99 trabalhadores 17 deles vieram pela primeira vez e não possuem experiência no corte da cana. Estes trabalhadores não desejam permanecer nem retornar a este Estado, por considerarem muito longe de casa, pelas condições de trabalho e pelo clima excessivamente quente.

Entre os demais trabalhadores há aqueles que trabalham uma safra no Mato Grosso, outra em São Paulo e outra em Goiás. Alguns destes trabalhadores (69%) têm preferência pelo estado do Mato Grosso, mesmo sendo mais quente, pois conseguem ganhar um pouco mais que em outras regiões. Outro motivo evidenciado por 73% dos migrantes, é que as usinas do Mato Grosso contratam trabalhadores mesmo com carteira branca¹⁸, enquanto que as usinas de São Paulo não contratam trabalhadores que não tenham experiência pelo menos em uma safra.

As manifestações de êxito não são unânimes entre os migrantes, muitos recorrem a essa atividade porque não conseguiram alternativa de trabalho diferente do corte da cana. Sendo assim, 68% se apresentaram revoltosos e indignados com a condição de trabalho, porém, sentem-se impotentes nas reivindicações. Nem todos os trabalhadores aceitam as imposições das usinas e uma das formas de contraporem-se às condições desumanas sofridas, cientes da ineficiência dos sindicatos, é a organização dos mesmos em grupos de lutas através da participação das greves.

3.5.3 A greve

Algumas entrevistas foram marcadas pelo medo, pois é comum entre os trabalhadores o receio de “falar”. Sabíamos desde o início da pesquisa que, em 23/06/09, a usina havia demitido vários trabalhadores que reivindicaram alguns direitos (melhoria nas condições de trabalho e pagamento). Tal ato causou indignação entre os trabalhadores que iniciaram uma greve, perdurando até o dia 27/06/2009.

Aproximadamente 50 cortadores de cana se rebelaram no último sábado contra a empresa Barrácool e fecharam a usina. Segundo Informações dos próprios cortadores de cana, a revolta se deu devido a 50 demissões que eles consideraram como injustas. Eles só pretendiam liberar as entradas se a empresa desconsiderasse as demissões. A Polícia Militar e todo efetivo esteve em Barra do Bugres. Foi solicitado mais policiais do Comando Regional VII. A situação foi controlada ainda no Sábado. Durante a noite, os trabalhadores garantiam que pretendiam resistir e que iriam permanecer no local durante todo o domingo, segunda e terça feira, ou até que fossem atendidas as suas reivindicações. (JORNAL BARRA DO BUGRES NEWS, 23/06/2009)

Embora o jornal tenha citado o fechamento da usina, apenas alguns trabalhadores do corte haviam parado de trabalhar, situação esta que foi resolvida ainda no sábado. Este

¹⁸ Carteira Branca, de acordo com os trabalhadores, é o nome dado à carteira de trabalho que ainda não teve nenhum registro.

episódio acarretou no desligamento da empresa, dos trabalhadores que participaram do manifesto.

Uma greve com maior teor ocorreu em Junho/2007. Nesta ocasião, os cortadores de cana, bloquearam com pneus um trecho da MT-358 Nova Olímpia/ Barra do Bugres, impedindo o tráfego de caminhões que é constante na mesma. Diante deste fato, ocorreu um congestionamento, acarretando em uma fila que ultrapassou cinco quilômetros.

Ainda com os ânimos alterados, os cortadores de cana-de-açúcar incendiaram o lado direito do canavial. As chamas alcançaram aproximadamente oito metros de altura e como a maior parte do congestionamento era formada por caminhões, havia entre eles, alguns carregados de produto inflamável. A situação tornou-se perigosa com riscos de explosão.

As principais reivindicações desses trabalhadores estão transparentes no depoimento do cortador desabafando à imprensa:

“A empresa Barrálcool, está nos tratando “como animais”. Estamos revoltados com a situação e queremos os nossos direitos. Hoje estão nos pagando por dia oito reais, onde o mínimo para o cortador de cana é 12 reais. Enquanto não vir alguém do Governo Federal e assinar um documento na nossa frente “o bicho vai pegá”. Em relação à alimentação. Temos que pagar R\$ 140 por mês e nos dão comida fria e sem sabor. “Ontem, um colega achou um cabelo no arroz”. (DIÁRIO DA SERRA, data do arquivo: 18/6/2007)

Essa greve durou vinte e quatro horas e resultou no atendimento das solicitações que previam melhorias aos trabalhadores no corte da cana. Não houve demissões, diferentemente da última greve, em 2009 e por se tratar de um acontecimento recente, os entrevistados temiam que a usina estivesse mapeando os trabalhadores revoltosos e insatisfeitos para demiti-los.

Os trabalhadores esperam que as implantações do avanço tecnológico proporcionem mudanças que reduzam o dispêndio de energia física e mental, o que não tem acontecido até os dias atuais. Apesar dos avanços com a mecanização da colheita da cana crua, tal medida não vem melhorar atividade desses trabalhadores, ao contrário, são substituídos.

Na análise do trabalhador no corte da cana, Alves (2008) defende a mecanização total do corte atrelada às políticas públicas compensatórias; o mesmo defende também, a inserção do indivíduo e não a sua total exclusão, pois não se pode descartar a contribuição do passado, os métodos rudimentares ainda utilizados, mas avaliar as vantagens e desvantagens dessas inserções de mudanças nesse ambiente de trabalho braçal.

E assim, o processo de trabalho nos canaviais se repete nas inúmeras usinas espalhadas no Brasil, incluindo a usina Barrálcool, no estado do Mato Grosso. Porém é inquietante conceber que, apesar das descobertas e invenções diárias, além da criatividade que está no

auge nas grandes empresas, ainda não aperfeiçoaram o trabalho do corte de cana que continua tão arcaico desde os tempos de colônia. Hoje, muitos trabalhadores continuam sendo escravizados, mas com uma nova roupagem, a da remuneração por produção.

3.6 Classificação dos migrantes

Em Barra do Bugres foram encontrados três tipos de migrantes trabalhando para a usina Barrálcool: 18% são **os permanentes** ou (definitivas), (que vieram e ficaram), 68% são **os pendulares** ou (temporários), (que veem, mas sempre voltam ao final de cada safra para as suas regiões de origem), e **14% são os incertos** ou (imprecisos), (que fica por certo tempo, às vezes até três safras seguidas, mas depois retornam para os locais de origem). Este último grupo fica um tempo no Nordeste, mas acaba retornando ao Mato Grosso. Quando voltam a este Estado, terminam por trabalhar em atividades diversas, e nem sempre firmam contratos na mesma usina. Essa última categoria é uma denominação proposta pela pesquisadora para agrupar os migrantes de acordo com as categorias de deslocamentos.

3.6.1 Migrantes permanentes

Um exemplo de migrante permanente é o Sr. José Carlos que está com 25 anos de idade e estudou até a 5ª série. Nascido em Penedo, Palmeira Alta – Alagoas (AL). Veio para o estado do Mato Grosso em 2004, ocasião em que cortou cana apenas durante um mês. Trabalha na usina Barrálcool com a irrigação da cana que é feita com a vinhaça. O horário de trabalho é noturno, trabalha uma noite e folga a outra. No final do mês totaliza quinze dias trabalhados e consegue salário fixo de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) líquido/mês. Casado há quatro anos, não possui filhos. Ao ser questionado sobre a família no local de origem, o mesmo respondeu que conseguiu trazer todos para essa região.

Trabalhador – Minha família é o seguinte “moça”, nós adquirimos aqui uma terra, tá entendendo, aí minha família tinha o sonho de conhecer o Mato Grosso, aí vieram, deu certo e tá todo mundo aqui, no assentamento João e Maria. Têm nordestinos lá, mas tem muito cuiabano lá também. (José Carlos Alves, 25 anos, Alagoas). (2009)

A terra conseguida no assentamento foi através do esforço de José Carlos. A propriedade é de cinco hectares. Ao perguntar o número de pessoas na família e se todos residiam juntos no assentamento, ele coçou a cabeça e até sorriu, mas respondeu:

Trabalhador – Ó moça, nós somos quinze, contando com o pai e a mãe, mas todo mundo trabalha, não tem criança pequena não. Minhas irmãs estão tudo pra Tangará, trabalham nos frigoríficos lá, na Anhambi e no Marfrig¹⁹. (José Carlos Alves, 25 anos, Alagoas). (2009)

José Carlos relata ainda que a migração para o estado do Mato Grosso é um sonho realizado, pois o mesmo tinha a esperança de uma vida melhor. E para esse migrante, morar neste Estado, até o momento, está sendo bom, devido às oportunidades de emprego para toda a família. Relatou ainda as experiências vividas como migrantes pendulares, antes da fixação em Barra do Bugres.

A primeira movimentação da família de José Carlos foi para a cidade de Santo Amaro, São Paulo. Porém, esse migrante considera que para prosperar em São Paulo, as pessoas precisam estudar muito. Ele relata que seu pai havia ido antes, trabalhar como eletricista, depois vendeu a propriedade no Alagoas e levou toda a família. Em São Paulo, apenas o pai e um irmão mais velho trabalhavam para sustentar a família composta por quinze pessoas, portanto, a renda era insuficiente. Considerou também como fator negativo a violência que presenciavam constantemente na cidade de Santo Amaro. Então, retornaram para o estado de Alagoas, mas a situação econômica era muito difícil, devido o trabalho ser apenas em terras próprias para subsistência, e a insuficiência de empregos naquela região. Inconformado com a situação precária de sobrevivência, José Carlos resolveu ir para o Mato Grosso, e posteriormente conseguiu um “pedaço de chão” no assentamento, levando toda a família para residir em Barra do Bugres.

Outro exemplo de migrante permanente é a família do Sr. Reginaldo e da Dona Eurides, conforme foto abaixo. Os mesmos vieram da Bahia para o Mato Grosso em 2001. Ele cortou cana até o ano de 2005 e desde 2006 foi promovido para trabalhar na irrigação, continuando até a safra presente (2009).

¹⁹ Anhambi : frigorífico de frango da região
Marfrig: frigorífico bovino da região



Figura 19- Foto de casal migrante
Fonte: Pesquisa de Campo (2009)

Observe na foto, que o Sr. Reginaldo está com um prato cheio de mingau de maisena. Todos os dias ele precisa comer esse mingau antes da refeição, pois está com um problema no estômago, parece ser gastrite. Dona Eurides acredita que isso ocorreu devido ao longo período de exposição ao cheiro forte da vinhaça.

Quanto ao filho, José Cícero, atualmente com 23 anos de idade, está estudando a 7ª série. O mesmo trabalhou no corte da cana quando chegaram, mas na safra atual está somente estudando. Sua mãe, Dona Eurides, trabalha de doméstica e ajuda a pagar um curso de informática para o filho. Apesar das dificuldades sofridas na Bahia, todos têm saudades da terra de origem, devido à lembrança dos avôs e amigos.

Encontrar esses migrantes oportunizou descobertas interessantes. A visão em relação à ideia de retorno para esses migrantes foi alterada. Nem todos desejam voltar para morar, anseiam apenas passear.

Os migrantes encontrados e caracterizados como permanentes, perfazem um total de 18% dos entrevistados, e estão buscando e conseguindo meios para reprodução. A intenção de fixar moradia, significa que a região tem oferecido melhores condições que o local de origem. Além de fixar moradia, conseguem investir em imóveis com os recursos obtidos no corte da cana, como é o caso do baiano Juvenal.

O Sr. Juvenal, camiseta amarela na foto abaixo, com a atual esposa matogrossense, está apostando na construção de alojamentos, devido à expectativa de que a atividade do corte

manual da cana queimada na usina Barrálcool se prolongue. E assim, acredita que na safra do ano de 2010, muitos companheiros da Bahia desejem vir para Barra do Bugres, podendo então alugar os quartos para os trabalhadores conterrâneos. Esse alojamento é o único encontrado em que o proprietário ainda trabalha no corte da cana. Localizado no Bairro Maracanã esse alojamento possui oito quartos e hospeda quinze pessoas.

Juvenal veio de Retirolândia (BA), para o Mato Grosso em 1988. Com seus 42 anos de idade estudou até a 6ª série e não se arrepende de ter vindo. Possui um filho com 20 anos de idade e duas filhas adolescentes na Bahia. Divorciado no local de origem, há um ano convive com a nova esposa, conforme foto abaixo.

Mesmo divorciado, o Sr. Juvenal precisa enviar dinheiro para pagar pensão aos filhos menores. Esse também foi um dos motivos que incitou o Sr. Juvenal a investir na construção de alojamentos. De acordo com a percepção do migrante, o investimento tem dado certo e pretende continuar investindo em construção.

O Sr. Juvenal tem um irmão que também trabalha no corte de cana na usina Barrálcool, e nos dias de folga trabalham juntos nas construções dos alojamentos. Observe na foto que há uma parede sem reboco, aguardando a próxima folga para trabalharem com afinco no término da mesma.



Figura 20 - Sr. Juvenal e esposa matogrossense
Fonte: Pesquisa de Campo (2009)

O Sr. Juvenal falou que não resignou totalmente a Bahia, mas não quer retornar por enquanto. Tem investimentos na região de Retirolândia como, o roçado e uma casa que aluga a terceiros. Ainda assim, quando sobra algum recurso, investe nos bens que tem lá.

Apesar da idade, este trabalhador tem suportado o trabalho no corte da cana, mas tem ciência de que os investimentos realizados são possíveis garantias de fonte de renda, para o momento em que não for mais capaz de cortar cana. Diz estar satisfeito com a região por ter encontrado a oportunidade de melhorar suas condições de vida. O dinheiro ganho tem estimulado o mesmo a fixar moradia no lugar e a investir em imóveis.

Os bairros Alvorecer e Nova Esperança são os lugares onde se identificou a maior concentração de migrantes nordestinos que fixaram moradia. Encontramos também, a presença de mulheres trabalhando no corte da cana para sustentarem a casa.

Por fim, em se tratando dos migrantes permanentes, a fixação dos mesmos auxilia no crescimento demográfico da região. Incitados por uma estrutura fundiária concentradora e a inexistência da Reforma Agrária, esse segmento da população, “os trabalhadores rurais”, são obrigados a migrarem em busca de condição de vida. Para muitos trabalhadores, migrar representou e continua representando a sobrevivência, através da venda da força de trabalho.

3.6.2 Migrantes pendulares

Dos 99 trabalhadores entrevistados, 68% são denominados pendulares e 27% possuíam experiência no corte da cana em usinas do estado de São Paulo. Um deles já havia cortado cana em 2003 na usina Santa Izabel e em 2004 na usina São Domingos. Após 2005 esse mesmo migrante sempre vai e volta para o Mato Grosso para trabalhar na usina Barrácool. Alguns citaram terem trabalhado na usina Cerradinha em Catanduva.

O motivo da preferência por essas regiões, é que a cada final de safra eles podem retornar para casa e receber seus direitos trabalhistas. Em São Paulo, nas usinas que eles tiveram experiência, exigia-se contrato de três anos para somente depois receberem o seguro. Além do mais, disseram que no estado do Mato Grosso, conseguem remuneração um pouco melhor que em outras regiões.

Como 80% dos migrantes são casados e têm filhos, o interesse em voltar para casa sempre é enorme. E mesmo quando há trabalhadores solteiros, os mesmos expressam a vontade de retornarem para suas casas ao final da safra.

Cortador de cana - Trabalhando direitinho, a usina sempre contrata, eles já nos conhece, e com o apoio do Sr. José da Areia (o intermediário) sempre vamos ter trabalho por aqui... na entressafra é bom a gente voltar pra casa, ver a mulher e os filhos, a família da gente. O seguro ajuda bastante... a mulher trabalha como merendeira numa escola e ajuda na renda também lá. Não tenho vontade de vir morar pra cá não. Quando volto pra casa, trabalho nas terras da gente mesmo. **(Fernando Pereira Campos, 23 anos, Paraíba). (2009)**

Outro exemplo de migrante pendular é o Sr. Idelson, conforme foto:



Figura 21 – Trabalhador migrante em dia de folga em frente ao alojamento privado
Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Conversando com o Sr. Idelson, na frente do alojamento que aluga na cidade, cuja localização é a Avenida Castelo Branco, nº 975, no Bairro São Domingos, foi possível perceber que o mesmo estava em dia de folga. Com 39 (trinta e nove) anos de idade, estudou até a 4ª série, veio de Campo Formoso na Bahia (BA). Sua primeira vinda para o estado do Mato Grosso foi em 2007, tem experiência em três safras, mas sempre no final de cada safra volta para casa. É casado e tem dois filhos, tem casa própria e veio para o Mato Grosso porque lá não tem emprego e na usina Barrálcool tem conseguido ganhar R\$ 800,00 (oitocentos reais) líquido/mês.

Demonstrou muita ansiedade em voltar para sua terra, pois a informação que recebeu é que a safra de 2009 terminará somente no dia 06 de dezembro enquanto que nas anteriores ele retornou para sua terra em novembro.

3.6.3 Migrantes incertos/ imprecisos

Os migrantes incertos/ imprecisos perfazem 14% dos entrevistados e não conseguem planejar o tempo de fixação no estado do Mato Grosso e nem mesmo organizar o retorno para o local de origem. São sempre duvidosos, como é o caso do Sr. Edmilson de Barros, com 38 anos de idade e aparência de 45, (conforme foto). Estudou até 3ª série e veio de Maragüi,

Alagoas. Desde o ano de 2005 corta cana, porém, em 2008 trabalhou no próprio roçado, e nessa safra retornou para o Mato Grosso. A dinâmica de onde ele pode estar a cada nova safra é marcada pela necessidade de uma melhor remuneração que o local de origem. A região que oferecer melhor ganho é onde o Sr. Edmilson procura empregar a sua força de trabalho.



Figura 22 – Cortador de cana recém chegado da jornada de trabalho nos canaviais.
Fonte: Pesquisa de campo (2009)

O amigo de quarto do Sr. Edmilson estudou até a 3ª série. Vindo da mesma região no Alagoas, tem 53 anos de idade e tem experiência no corte da cana há cinco safras no Espírito Santo, trabalhando nos anos de 2001 e 2002, de 2005 a 2007. No período que não cortou cana, trabalhou em suas próprias terras, mas o dinheiro era mínimo, valor este que lhe garantia apenas o básico para a sua subsistência e a de sua família.

No ano de 2009 veio para o estado do Mato Grosso devido à informação obtida através de um amigo que já conhecia a região e falou da remuneração. Assim, resolveu vir para o Estado, na expectativa de retornar para casa no final da safra, com mais dinheiro do que o adquirido nas safras que trabalhou no Espírito Santo. Porém, o retorno desse migrante está condicionado à expectativa da remuneração que veio buscar, caso receba abaixo do esperado, terá que trabalhar por mais um tempo na região e voltar para casa somente com o valor que veio buscar para investir no roçado.

Os migrantes incertos/ imprecisos atrelam a sua movimentação à questão da remuneração, criando expectativas de um montante adquirido ao final da safra. O fator remuneração os faz acelerar na atividade do corte, aumentando a produtividade em busca de

maior ganho, ocasionando o cansaço exaustivo, conforme ilustra a aparência do trabalhador na foto acima.

Outros exemplos de migrantes incertos/ imprecisos são os casais encontrados no alojamento localizado na Rua Alzirede, s/nº no Bairro Nova Esperança. No momento em que se realizou a pesquisa estavam no local o Sr. João e a esposa Solange, o Sr. Emerick e a esposa Sueli.

Observe foto de um dos casais de migrantes.



Figura 23 - Casal de migrantes no alojamento alugado na cidade
Fonte: Pesquisa de campo (2009)

O Sr. João com seus 36 anos de idade estudou até a 8ª série, vindo de São José do Jacuí na Bahia. Sua primeira vinda para o estado do Mato Grosso ocorreu em 1990, repetindo o que é comum entre os migrantes que cortam cana, a volta para casa ao final de cada safra. No ano de 2009 trouxe a esposa, Dona Solange, e a filha de quatro anos, e pretende continuar trabalhando na entressafra na usina. Caso seja demitido na redução, planeja encontrar outra atividade para fazer, pois não pretende retornar para a Bahia.

O Sr. João, ao narrar a sua trajetória no corte da cana, mostrou-se tranquilo e convencido de que o estado do Mato Grosso é o local onde ele sente-se conformado e acostumado com a atividade canavieira, afinal é onde ele conseguiu trabalho.

Em 1990 trabalhou na usina Itamarati (MT); em 1991 cortou cana no Espírito Santo; de 1992 a 1995 conseguiu vaga novamente na Itamarati, e todas essas vindas caracterizavam a volta para casa nos finais das safras. Em 1996 conseguiu vaga em Barra do Bugres, na usina

Barrálcool. De 1997 a 2002 não voltou para sua terra, apenas no final da safra de 2003. Em 2004 e 2005 ficou na Bahia, trabalhando no roçado. Porém, só ficou dois anos lá, suportando a escassez de recursos, e as poucas vezes que obteve excedente na produção, não conseguiu competir com os grandes produtores e mais uma vez sentiu-se obrigado a migrar.

Como o Sr. João já conhecia o estado do Mato Grosso não pensava em alternativa diferente que a volta para o corte de cana. Voltou então em 2006 e permanece até a safra atual, 2009. Dona Solange está ansiosa para retornar para Bahia, sente muitas saudades dos parentes, porém, o Sr. João disse que não tem previsão do retorno, devido às necessidades que tem passado lá.

3.7 A importância da família

*Fico muito aborrecido, quando eu vejo hoje em dia,
Muitas favelas lotadas, muitas colônias vazias.
É o homem deixando a terra, buscando a grande cidade,
Pra ver se ganha alguns cobres,
Mais tarde ele descobre quanto dói uma saudade.
Uma colônia vazia, sobre a colina aparece,
Um colar de pedras brancas, disposto em forma de S.
Cresce o capim no terreiro, num canto o pilão quebrado,
E no telhado sem dono, a coruja dorme um sono
Sobre o resto do passado.
Onde estão os moradores desta colônia vazia?
Que a noite nesse terreiro, tinha festa e cantoria.
Na porta, teia de aranha, na frente um portão caído.
Abandono e solidão,
Tudo lembra um tempo bom de um passado adormecido.
Muitos desses moradores estão nas grandes cidades
Sem dinheiro e sem emprego, passando necessidade.
Voltem pra vossa colônia, que ficou no pé da serra
E cubra o sertão de flores
Porque vocês lavradores são as raízes da terra.*

*(Música: “Colônia Vazia”, cantado
pelo Migrante e professor José Inácio e
sua esposa Elisa , moradores em Barra do Bugres).*

Essa música retrata a realidade de muitos migrantes espalhados pelo Brasil. E o preço que os mesmos pagam por ficar longe da família é muito alto, a saudade massacra tanto, que ao entrevistá-los, muitos se emocionaram ao falar da família.

3.7.1 Família no Mato Grosso

José Nilton, com 34 anos de idade, veio para o estado do Mato Grosso em 2007, com a esposa e os dois filhos. Não se desligou da usina nos finais de safra, e como não pretende retornar para a Bahia, está tentando realizar seus sonhos neste Estado. Ele e a família moram em duas peças alugadas por R\$ 120,00 (cento e vinte reais), aos fundos da casa que a própria irmã construiu. De acordo com José Nilton, sua irmã veio para Barra do Bugres em 2000 e conseguiu obter uma casa própria. Assim, sabendo que a irmã lhe daria subsídio, trouxe a família. A expectativa é que com mais uma safra já consiga construir a sua casa própria.

Este trabalhador deseja construir a sua casa no bairro “São Domingos”, para ficar perto da irmã e também por acreditar que o referido bairro está se desenvolvendo. Relatou que há outros migrantes adquirindo terreno e construindo nesse local. Mesmo não tendo estabilidade na fixação de moradia, José Nilton preferiu trazer a família, acreditando que obterá êxito na região. Ao contrário de José Nilton é a realidade da migrante Dona Olívia.

Dona Olívia, com seus 48 anos de idade, costureira de profissão, está sempre em contato com os cortadores de cana que moram no alojamento Carandiru, próximo ao seu ateliê, onde os mesmos a procuram para a prestação de serviços nos consertos das roupas de trabalho. Além de comprometida com o trabalho de costureira, se preocupa com as condições de vida dos migrantes, com o monopólio da usina sobre a mão-de-obra e com a estagnação que passa o município.



Figura 24 – Foto de Dona Olívia – Costureira migrante vinda de Natal
Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Dona Olívia – As mudanças dependem dos grandes... moro na Cidade Alta, mas não tem como crescer, pois estamos cercados por fazendas onde os donos não abrem mão das terras para a vinda de indústrias, pois são grandes proprietários que plantam cana pra usina, e crescer mesmo somente nos Bairros da Cidade Baixa. A prefeitura não tem poder sobre esses grandes proprietários. Tem os casos de assentamentos, mas é complicado... e esse povo vem pra Barra e a usina é a única alternativa pra eles, não tem ninguém interessado em melhorar as condições de vida dessas pessoas.

Ao questioná-la sobre o porquê da preocupação com os migrantes, Dona Olívia expõe:

Dona Olívia - Da minha parte, da minha empresa como costureira eu dependo das pessoas e pra mim depender dessas pessoas elas precisam estar bem, tem que ter trabalho digno, emprego, porque senão não tem como...não gera... o emprego gera emprego...o dinheiro gera dinheiro...se não tiver movimento para todo mundo não é...eu atendo desde juiz, advogado, delegado e cortador de cana.

A estagnação no desenvolvimento econômico do município sentida pela Dona Olívia, se dá por não haver iniciativas políticas para a geração de novos empregos. Com a instalação da usina, todo o comércio gira em torno da mesma que responde por 80% da arrecadação de ICMS do município. Diante dessa representatividade, ocorre o monopólio sobre a mão-de-obra nordestina. E como eles veem aos milhares, ao chegarem encontram apenas a opção do corte de cana, submetendo-se às condições que lhes são oferecidas. Muitos já veem contratados para essa atividade, outros são aliciados e perambulam pela cidade até conseguirem algum trabalho. Com as falsas promessas oferecidas pelos intermediários, e sem opção nos locais de origem, não têm como escolher. Uma vez chegando à Barra, vindos de longe, o retorno fica caro, logo, encaram o que aparece.

A percepção de Dona Olívia implica no bem-estar, segurança e oportunidades que poderiam ser criadas caso houvesse opções de trabalho no município. A estagnação implica na estabilidade dos membros da família, uma vez que a mesma também é migrante. Essa costureira cria uma sobrinha, filha do falecido irmão, e se preocupa com o futuro da mesma. Desabafa que as expectativas de melhores condições de vida, para os jovens barrenses que quiserem um futuro diferente ao dos migrantes nordestinos, ocorrerão somente com a migração dos mesmos, tornando assim, um círculo vicioso. A cidade possui universidades, porém, o mercado local não absorve a mão-de-obra que ali se qualifica, faltam empreendimentos que gerem empregos.

A moradora acredita que o ideal seria estabelecer normas de ordem pública que regulamentassem o uso da propriedade urbana em benefício do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos barrenses, em conformidade com o equilíbrio ambiental, incentivando a diferenciação das culturas, evitando assim, a expansão e monocultura da cana na região.

Essa migrante expressou também que percebe a fragilidade política diante do poder da usina.

Dona Olívia: A prefeitura não tem forças para negociar com os grandes latifundiários, mas as mudanças deveriam ser iniciadas pelos políticos que nós mesmos elegemos, deveríamos cobrá-los da responsabilidade e compromisso com o lado social do município e da criação de empregos sustentáveis.

O avanço da agroindústria tem trazido muita euforia, porém pouco se fala da questão da estrutura de produção da indústria sucroalcooleira, que necessita de controles, lembrando ainda, que a diminuição na produção de alimentos seja algo preocupante, além do mais, a expansão desordenada traz danos ambientais, sociais e econômicos (alguns problemas foram citados por Dona Olívia).

Desta forma há a necessidade de programas que minimizem esses impactos, contudo, quando se fala em definições de políticas fundiárias, mais do que nunca se faz necessária a elaboração de diagnósticos. Entretanto, como elaborar diagnóstico se não conhecemos claramente o diagnóstico de cada área, pois é sabido que para cada área de produção, há diferentes problemas.

O diagnóstico deveria apontar as principais dificuldades na estrutura fundiária, mas a ausência do mesmo só reforça a existência de falhas no programa de Reforma Agrária, considerando o Brasil de forma homogênea.

Isso leva-nos a crer que precisamos com urgência de um estudo abrangente que nos possibilite avaliar, com maior segurança, quais serão os limites naturais da monocultura da cana, que ações governamentais controlam e direcionam essa maciça produção, garantindo-nos a segurança alimentar²⁰.

No entanto, a realidade é outra, não temos uma política transparente de apoio aos pequenos agricultores. Logo, estamos vivendo o que aconteceu anteriormente “grandes concentrações de terras e de riquezas”, ou seja, o episódio de crescimento e a exclusão dos pequenos produtores, que mesmo tendo acesso às terras, não conseguem produzir nas mesmas.

Sem subsídio governamental ao pequeno agricultor, os mesmos não conseguem produzir e quando produzem, não conseguem escoar sua produção em competição com os agricultores que plantam em grande escala. Como consequência, há a intensificação dos

²⁰ Para melhor compreensão buscar em Alves et al (2008), Certificação Socioambiental para a Agricultura: Desafios para o Setor Sucroalcooleiro, onde os autores evidenciam as implicações da atividade canavieira correlacionando-a para uma produção sustentável com responsabilidade socioambiental. E o artigo de Carlos Prado, “Etanol e a destruição do Meio Ambiente” publicado em 31.08.2008.

fluxos migratórios. Há ainda, os pequenos produtores e as cooperativas que fornecem cana para as usinas, e ainda os assentados da Reforma Agrária, que arrendam suas terras aos grandes proprietários, o que exemplifica a contra-reforma.

O que requer neste contexto, é que haja contratos que incluam questões sociais e ambientais, tentando assim, aliviar a questão da monocultura, porque esse modo de produção reflete diretamente na condição do trabalho e da sobrevivência humana.

3.7.2 Família no Nordeste

Os trabalhadores migrantes fazem contatos com a família através do telefone celular ou orelhão. Muitos preferem deixar a família no Nordeste, por acreditarem que não têm garantia de trabalho em safras consecutivas, podendo comprometer ainda mais, a condição de vida de todos. Além do mais, os que ficam são responsáveis por cuidar do roçado e do gado. Todos os meses os trabalhadores migrantes enviam parte do recurso para o nordeste, para auxiliar a família que lá ficou.

Quando e por que você veio do Nordeste para cortar cana nessa região do Mato Grosso?

Cortador de cana – Vim em 2001 e até 2006 cortei cana, agora trabalho na irrigação. Cortei cana pela primeira vez aqui, lá no nordeste nunca cortei cana não, mas não achei ruim não, foi a oportunidade que eu tive onde eu ganhava meu salário pra sobreviver eu achei bom. Lá eu trabalhava em fazenda mexendo com gado pro meu pai mesmo, tinha um sitio, mas quando vendia o gado, o dinheiro não dava, era muito filho...somos em oito, aí eu vim pra cá com um colega meu, gostei e estou até hoje. Na época eu vim na empresa Tut, que fazia linha pra cá. Agora só de lotação. Meus pais ainda estão lá, aqui só tá eu e mais três primos meus. Meus irmãos estão tudo espalhado, uns estão pelo Rio, outros estão na Bahia ainda, tudo espalhado. Vim pra cá porque na minha região chamada Santo Amaro, o serviço é mais pouco e é muita gente. Aqui tem serviço e o salário é melhor do que lá aonde a gente mora. ...Mesmo longe da família dá pra gente ir levando, é muito melhor que trabalhar na roça, hoje eu tiro R\$600,00 R\$ 700,00. E agora sou casado aqui e não tem precisão de mandar dinheiro pra lá não. Moro de aluguel, me casei aqui e tenho um filho que está fazendo 10 dias hoje, mas moro aqui nesse alojamento de aluguel. Minha família lá ta com três anos que não vou lá. Só vou visitar minha família em 2010 ou em 2011, mas ligo direto pra eles. Esse final de safra, vou pedir um acerto pra poder comprar uma casa, to fazendo três anos de ficha, vai dar um dinheiro bom. (Marques Pereira, 29 anos, Paraíba). (2009)

Para esse migrante a lembrança da família (pai, mãe e irmãos) que ficou longe, se dá de uma forma amena, pois já constituiu uma nova família no estado do Mato Grosso, fato este que auxilia a suportar o sofrimento causado pela saudade e solidão no lugar.

Porém, para o Sr. Sebastião, que veio para o Mato Grosso em 1991, cortou cana durante treze anos e parou aos 66 anos de idade, o reconhecimento não chegou. Vê a usina como instrumento de exploração do ser humano. Há cinco anos não corta mais cana, conseguiu se aposentar. Hoje, com seus 71 anos, sem família, vive sozinho num quarto de alojamento alugado. Separado da mulher, de vez em quando liga para uma das filhas que mora em Murici, Alagoas.²¹

Enquanto alguns estão satisfeitos, outros se tornam subprodutos do sistema capitalista. Sem dignidade, sem auto-estima, muitas vezes voltar significa confessar para a família, a incapacidade produtiva.

De acordo com Valim (1996), migrar consiste na troca de país, estado, de região ou até mesmo de domicílio, sendo que o direito de ir e vir são previstos pela Constituição Federal (artigo 5^a, inciso XV). Porém, Silva (2006) reflete a questão desse direito, tendo em vista que nem sempre o mesmo está vinculado à liberdade, a autora afirma que a migração é resultante do sistema econômico-social vigente. A forma como ocorre a mesma, não pode ser definida como livre, pois possui características escravistas, todavia com uma nova roupagem, que é o salário, o contrato e o chamado direito de ir e vir.

Como dizer que esses trabalhadores são livres? Muitos deles, como o Sr. Sebastião, não retornam mais. Para ele o retorno sem êxito é sinal de fraqueza, além do mais, há a dificuldade do relacionamento com a mulher. Depois que veio para o Mato Grosso, acabou se separando. A distância não foi o principal motivo do rompimento dos laços familiares, conforme relatos do Sr. Sebastião, mas, em muitos casos, contribuiu significativamente para o afastamento de casais e filhos dos migrantes.

Assim, pode-se de dizer que esse trabalhador não teve muita escolha, esta história de vida ocorreu através da inserção do mesmo no contexto de sobrevivência e o tornou, mais um excluído, à margem da sociedade (subproduto humano).

3.7.3 Família nos dois Estados

O Sr. Egídio, baiano, de camisa amarela, chapéu e óculos, conforme imagem, com seus 45 anos de idade, estudou até a 2^a série e migrou para o estado do Mato Grosso em 1998,

²¹ Esse senhor é uma pessoa triste, não sorriu em nenhum momento da entrevista, mesmo quando seus companheiros de alojamento faziam alguma brincadeira tentando animá-lo. Apresentou-se decepcionado com a sua trajetória de vida nos canaviais matogrossenses.

vindo de Gavião na Bahia. Acredita que aqui é bom para ganhar dinheiro porque desde sua primeira vinda no ano de 1998, sempre volta para casa no final das safras e retorna ao Estado, conseguindo trabalhar consecutivamente todas as safras. Diz trabalhar com virtudes e por isso, acredita que o bom comportamento e a produtividade têm lhe proporcionado a garantia da vaga todos os anos. Mostrou-se bastante satisfeito e ainda fez questão de falar que possui duas mulheres, uma em Gavião na Bahia e outra na Barra do Bugres.



Figura 25 – Trabalhador migrante que possui duas famílias.
Fonte: Pesquisa de campo (2009)

Isso vem demonstrar que alguns trabalhadores, para suportarem as condições e o local de trabalho, necessitam da presença familiar. Diante disso, o trabalhador acaba por conviver com duas famílias distintas. O convívio com a família matogrossense se dá no período de safra, enquanto que, em um período menor que é a entressafra, esse mesmo trabalhador convive com a família de origem.

3.8- Afinidade e segurança

O Sr. José Renato, com seus 42 anos de idade, estudou até a 2ª série, veio em 1994 de Campo Alegre, Alagoas, para o estado do Mato Grosso. Na sua primeira vinda cortou cana na usina Itamarati, onde trabalhou três safras consecutivas. Em 1997 trabalhou na usina Barrálcool, local onde permanece até o momento.

A preferência em cortar cana na Barrácool se dá apenas pela presença de migrantes conterrâneos do nordeste, que residem ou alojam-se no município, diferente da usina Itamarati, onde a presença de nordestinos é mais amena.

Talvez, para muitas pessoas tal fato seja insignificante, mas para esse migrante, estar próximo dos seus conhecidos é como sentir-se próximo de pessoas da família, fato este que ameniza de certa forma a saudade. Outro fator é o sentimento de segurança, alojando-se em grupos.

Desde que o Sr. José Renato saiu de sua casa, voltou para sua terra apenas no ano de 1999. É solteiro e não tem vontade de voltar mais. Disse que no Mato Grosso está sendo bem melhor, devido sempre estar trabalhando e ganhando um bom salário. Recebe em torno de R\$ 800,00 (oitocentos reais) líquido/mês, valor este, que jamais conseguiu obter trabalhando em Alagoas.

Em geral, esses trabalhadores são pessoas menos consideradas pelo contexto social, situam-se como os “humilhados e ofendidos” e membros das “classes perigosas”, ameaçando aos que já estão empregados. “[...] sempre em busca de emprego e empenhados a vender sua força de trabalho, para comer, beber, vestir-se, abrigar-se, proteger a saúde, estudar, conquistar direitos políticos, civis e sociais; como indivíduos e famílias, coletividades e povos” (Lanni, 2004 p. 161), e por isso, muitas vezes acabam sofrendo pela indiferença dos moradores nativos.

Cortador de cana – Aqui nem todo mundo cumprimenta a gente não. O pessoal tem medo da gente, já teve muitos roubos por aqui e colocam a culpa na gente que vem de fora. Apesar dos alagoanos não se dá muito bem com os baianos, mas tem muitos cuiabanos estragados por aqui também. (José Marcelo, 23 anos, Alagoas). (2009)

De acordo com informações de uma freira da igreja católica que trabalha na Pastoral carcerária, a maioria dos presos em Barra do Bugres, são homens nordestinos. A principal dificuldade que a irmã encontra em seu trabalho voluntário é a falta de informação para um contato com a família desses trabalhadores.

Tentando entender a dificuldade apontada pela missionária, chegamos à conclusão de que o que ocorre com esses migrantes é caracterizado como necessidade em omitir aos familiares a situação em que muitos deles se encontram. O que para eles seria um caos, assumir que fracassaram.

A migração se dá na luta pela sobrevivência, devido ao crescimento do desemprego conjuntural e estrutural, fator este que força uma multidão de migrantes a se espalharem pelo

mundo, incitados por um processo de modernização que retira do indivíduo a esperança de poder realizar um projeto de sobrevivência, implicando em sua existência.

A decisão de partir, não lhes garante sucesso algum, a sociedade moderna contemporânea absorve aqueles que têm algo para oferecer. Ao contrário, os que apresentam baixa produtividade são considerados fracos e acabam somando à multidão de excluídos e como estratégia de permanência no lugar, se alojam em grupos de conhecidos.

3.9 Síntese

Os migrantes têm produzido uma força independente e individual através da alienação no sistema de remuneração por produtividade. Eles passam a crer que são capazes de produzir o quanto for necessário para adquirirem um bem ou produto. Mas na verdade, acabam sendo o produto do sistema capitalista, pois alienados pelo trabalho se submetem a condições que jamais esperariam que pudessem vivenciar. Migrar para eles acaba se tornando algo comum e constante.

Há uma discrepância entre os dois fatores de produção. O trabalho em sua essência é uma atividade humana, sendo dividido em três processos: objeto de trabalho, que é a matéria prima ou insumos, os instrumentos de trabalho, que são os equipamentos e maquinários, e a capacidade de trabalho, que ocorre com a força de trabalho do empregador versus empregado, sendo que nesse último predomina a manipulação e a intensificação da produtividade que resulta na mais valia.

A manipulação ocorre a partir do contato com os intermediários, que negociam a vaga de trabalho, desde o início do contrato até o final da safra. Apresentando alta produtividade, os trabalhadores acreditam estar garantindo uma boa remuneração e a vaga na safra subsequente. Tudo isso ocorre de uma forma que a representatividade do sindicato não causa interferências no modelo de trabalho da usina.

Ao elaborar a composição orgânica do capital, o único componente que permite manipulação direta por parte do empregador é o capital variável, composto pela força de trabalho, que é a relação que se tem hoje entre usineiros e canavieiros.

Esse sistema não retira apenas o máximo de produtividade dos trabalhadores, mas os deixam vulneráveis em relação ao vínculo familiar, firmando assim, estratégias que veiculam as ações dos trabalhadores. Estes, por sua vez, procuram retornar aos seus locais de origem nos finais de safra, trazendo ou constituindo nova família no Mato Grosso, ou ainda, para amenizar a vulnerabilidade afetiva causada pela distância, constituem família nos dois

estados. Há também, aqueles que procuram conhecidos para agruparem-se e desse modo sentirem-se seguros e manterem a afetividade pelos conterrâneos, transferindo por hora o sentimento que deveria ser compartilhado com aqueles que ficaram distantes.

Tudo isso ocorre, devido à realocação espacial da força de trabalho dos migrantes, que está condicionada a um fenômeno do modo de produção capitalista e que pode contar com a disponibilidade e potencial de mão-de-obra trabalhadora, em específico, oriunda do Nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema pesquisado nesta dissertação era: Quais as motivações que levam os trabalhadores nordestinos para o corte de cana no estado do Mato Grosso?

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, a migração dos trabalhadores nordestinos para a atividade canavieira, deriva da busca pela sobrevivência, tendo em vista que, incapazes de reproduzirem-se em seus locais de origem, são obrigados a migrarem (são expulsos de suas terras). Tudo isso ocorre devido à ausência da aplicabilidade de políticas públicas, como é o caso da Reforma Agrária, que não acontece, sendo incapaz de oferecer condições para que os trabalhadores rurais permaneçam em suas terras.

Acredito que é possível um país se desenvolver sem a expulsão do trabalhador rural no campo, diferente do que houve na agroindústria do açúcar no Nordeste. Para que isso ocorra, são necessárias atitudes motivadas por necessidades tendenciosas à inovação em conformidade com políticas públicas. Que as mesmas possam dar suporte às pequenas propriedades, tornando-as produtivas, fazendo com que os migrantes temporários não tenham que sair, pois terão como sobreviver em seus locais de origem.

Ao traçar um breve histórico, foi possível observar que, ao longo das últimas décadas, a região Centro-Oeste sofreu uma série de transformações, com impactos consideráveis na estrutura produtiva e ocupacional. Os incentivos governamentais na década de 70, para a ocupação da região, acarretaram em significativos fluxos migratórios e grandes empreendimentos agropecuários. Dentre estes, se destacam as instalações das usinas de cana-de-açúcar e álcool, oferecendo postos de trabalhos à mão-de-obra migrante.

A usina evidenciada nesta pesquisa foi a Barrácool, localizada no município de Barra do Bugres, sendo que no momento apresentava 1.500 homens migrantes na atividade canavieira, fator este que também influenciou na definição do local para a realização das entrevistas.

Barra do Bugres é uma cidade onde encontramos inúmeros migrantes, não apenas nordestinos, mas antigos moradores que têm acompanhado as mudanças ocorridas desde a chegada da cana-de-açúcar. Os migrantes encontrados nos alojamentos²², durante a pesquisa, são oriundos dos estados do Maranhão, Alagoas, Piauí, Bahia, Pernambuco e Paraíba.

²² Os alojamentos visitados que ficam na parte superior da ponte do Rio Paraguai foram: “Carandiru” (nome dado pelos trabalhadores), alojamentos do Sr. José, da Dona Geni, Dona Dilza e Sr. Lau.

Os trabalhadores rurais veem para o estado do Mato Grosso para o corte manual da cana queimada, tendo em vista que a expansão da cana-de-açúcar é recente. Entretanto, tais trabalhadores acabam desenvolvendo simultaneamente outras atividades, como no caso dos que trabalham no motor cana, os que trabalham na irrigação da cana com vinhaça, e aqueles que também trabalham em capinas.

A exploração evidenciada nos canaviais está no próprio contexto dos trabalhadores migrantes, onde alguns dos recortes das histórias de vida dos mesmos foram detalhados no capítulo 3 deste trabalho. A realidade exposta aponta para a conclusão de que os principais motivos do deslocamento do cortador de cana nordestino para a região barrense, no estado do Mato Grosso são:

- a) A contratação de trabalhadores sem experiência no corte da cana (carteira branca); (73% dos entrevistados vem direto para o Mato Grosso, apenas 27% tinham experiências em outros Estados);
- b) A crença de que a região oferece condições para que consigam melhor remuneração que em outros Estados (isso decorre das facilidades para a intensificação do trabalho individual, pois é sabido que a diferença salarial oferecida no estado do Mato Grosso não é tão significativa em relação aos Estados de SP, GO e PE, conforme ilustrado no quadro de salários);
- c) O recebimento de seguro desemprego em safras alternadas; (Esse é o fator que maior define a migração para o Estado, pois 100% dos entrevistados deram ênfase quanto a esse benefício);
- d) A possibilidade de fixação de moradia, tanto em bairros como em assentamentos; (18% dos entrevistados)
- e) A possibilidade de investir em bens e imóveis (como a compra de motocicletas e construção de alojamentos); (32% dos entrevistados)

Com esse estudo foi possível ainda propor uma terceira categoria de migrantes quanto aos deslocamentos, que são os incertos/imprecisos. Essa situação foi

Na cidade Baixa, foram visitados os alojamentos da Dona Ismair, Dona Nilza, Dona Joana, Sr. Antonio I, dois alojamentos do Sanduca, os alojamentos do Sr. Josué, Sr. Cornélio, Dudão, D. Alice, Sr. Antonio II e Sr. Juvenal.

Observações: 1-Cabe lembrar que os alojamentos visitados são imóveis privados construídos por migrantes e barrabugrenses com objetivo de locação, porém, não buscamos detalhes sobre os locatários, reservando o tempo de pesquisa para colher informações acerca dos cortadores de cana residentes nestes alojamentos.

2- Os nomes dos entrevistados e os proprietários dos alojamentos foram alterados para que suas identidades fossem preservadas.

evidenciada quando os trabalhadores não conseguiam definir o retorno para o local de origem, atrelando a possibilidade da volta mediante a remuneração a que vieram buscar.

Diante disso, apresentamos os resultados que este estudo se propôs a responder, porém, sabe-se que para compreender essa modalidade migratória em torno do trabalho e suas consequências, seria necessários, maior intensificação e tempo de pesquisa.

Nesta perspectiva, acredita-se que este trabalho possa subsidiar futuros estudos, como: A fixação de moradia dos nordestinos, a presença de mulheres nos canaviais, alterações socioeconômicas no município de Barra do Bugres após a instalação da usina, ou ainda, desenvolvimento sustentável na agroindústria canavieira do Mato Grosso, frente aos impactos sociais da mão-de-obra migrante, antes e pós mecanização da colheita da cana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco José da Costa. **Mecanização do Corte de Cana Crua e Políticas públicas Compensatórias: indo direto ao ponto.** Texto publicado no site pastoral do Migrante de Guariba, acesso em 28 de Dezembro de 2008, p. 06-07

_____. et al (orgs). **In Certificação Socioambiental para a Agricultura:** Desafios para o Setor Sucroalcooleiro. São Paulo: Imaflora; São Carlos: EdUFSCar, 2008. 300 p.

_____. **Modernização da agricultura e sindicalismo: as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto.** Tese (Doutorado) IE/UNICAMP, Campinas, 270 p. 1992

ALVES, Julia Falivene.: **Metrópoles: Cidadania e qualidade de vida.** São Paulo: Moderna, 1992

ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. **Vozes no silêncio: Subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930).** Cuiabá: UFMT, 1995

ALEIXO, Lucia Helena Gaeta e CASTRO, Inês. **Memória histórica da indústria de Mato Grosso.** Cuiabá: UFMT, 1987

BLOG de Geografia. Disponível em: <<http://www.geografiaap8c.blogspot.com> acesso em 12 de Junho de 2008>.

CENSO 2000. Rio de Janeiro, IBGE, 2000. Material disponibilizado via correio eletrônico.

CONAB. **Acompanhamento da Safra Brasileira Cana-de-açúcar, safra 2008./ terceiro levantamento dezembro/ 2008.** Brasília: Conab, 2008

CONTAGEM da População. 1996. Rio de Janeiro, IBGE, 1996. Material disponibilizado via correio eletrônico.

COSTA, C. **Introdução à Ciência da Sociedade.** 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1995

COSTA, Regina Maria da. **Aspectos históricos e políticos da expansão dos pólos agroindustriais da cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso-BR.** Artigo publicado no 48º Congresso da Sober – Julho/2010.

DIEESE. Anuário 2007. Disponível em:
<http://www.jubileubrasil.org.br/informes/DIEESE_anuario2007.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2009.

DIÁRIO DA SERRA, Arquivo 18/06/2007

EID, Farid. **Organização do trabalho no capitalismo**. Apostila d curso de especialização lato sensu “Gestão da Produção”. Dep. de Engenharia de Produção. UFSCar. (sem data)

ESPECIAL JC – ELDORADO DAS ILUSÕES Data: Quarta, 14 Junho as 00:06. Tópico: Notícia. Disponível em:
<<http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=print&sid=97>>. Acesso em: 10 dez. 2008

FOTO com vista aérea do Complexo Agroindustrial da usina Barrálcool. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/14189195@N02/2499414688/>>. Acesso em: 29 ago. 2009

FUNDAÇÃO IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio**, Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Economica da América Latina**. Rio de Janeiro, 1970, p. 89

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 9 ed. São Paulo: Atica, 2004

IANNI, Constantino. **Uma longa viagem**. Artigo publicado na Revista Tempo Social – USP, Junho, 2004, p. 154-162

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazonia**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 44

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 28 mar. 2009.

INCRA. **Evolução da Estrutura Agrária**. Brasília: 1987

_____. **Atlas Fundiário Brasileiro**. Brasília: 1996

_____. **Estatísticas Consolidadas do Recadastramento/ 1992**, Brasília: 1998

JORNALCANA, edição Usina do mês, dez. 2006, 9.34

JORNAL BARRA DO BUGRES NEWS, 23/6/2009

KOSSOY, Boris. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**: São Paulo: Ateliê Editorial, 1999

MAPA da localização do Município de Barra do Bugres - MT. Disponível em <http://www.matogrossoe seusmunicipios.com.br> acesso em 12 de Março de 2009).

MARTINS, José de Souza. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil**. Texto publicado na Revista Tempo Social. USP, São Paulo: editado em jun. 1995 p.2 -17

_____. **Migrações Temporárias**: Problema pra quem? Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo: Travessia – maio-ago/88 p.5-8

MENDONÇA, R. **História do Mato Grosso (1970)**. 130 p.

MENEZES, M. A. **Redes e Enredos na Trilha dos Migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa – PB: EDUFPB. 2007.

_____. **As migrações sazonais do sertão Paraibano para as usinas canavieiras de São Paulo**. São Paulo, Paulinas, 2002

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego – 18 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/203537/falsa-promessa-de-emprego-em-fazenda-atraiu-41-trabalhadores-nordestinos-ao-mato-grosso>>. Acesso em: 10 mar. 2010

NORDESTE, Comissão da Pastoral da Terra. Especial Jornal do Comércio – **Eldorado das ilusões. Publicado** em 28 de maio de 2006. Disponível em: <http://www.cptpe.org.br>> acesso em 10 de Dezembro de 2008.

NOVAES, José Roberto Pereira e ALVES, Francisco José da Costa. (Orgs.). **Migrantes: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

NOVAES, J. ALVES F. (organizadores). **No eito da cana**: Exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto – SP. Rio de Janeiro: 2003

O QUE É HISTORIA ORAL? Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/historal/htm/>

PAIVA, Marcelo Whately. **Reforma agrária**: necessidade urgente. São Paulo: Paulinas, 1987.

PORTELA, Fernando; ANDRADE, Joaquim C. DE. **Secas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1999

PÓVOAS, L. C. **Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Guavira, 1977.

PÓVOAS, L. C. **O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso**. São Paulo: Resenha Tributária, 1983, p.99

RAMOS, Jovino S. **Informativo Barra do Bugres**: História, folclore e curiosidades. Editora e Gráfica Atalaia. Cuiabá-MT.

RELAÇÃO Precária de Trabalho. 2007. Disponível em: < <http://www.pfdc.pgr.mpf.gov.br> > acesso em 10 dez. 2008.

SANTOS, Regina Bega. **Migração no Brasil**. São Paulo: Scipione, 1994

SCHNEIDER, S. E Fialho, M. A. V.: **Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul**. Revista Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, RGS, n.15, nov.2001 (no prelo).

SILVA, M. A. M.: **A morte ronda os canaviais paulistas**. Texto publicado na Revista Abra V.33, N2, ag./ dez, 2006, p. 11-143

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Edunesp, 1999.

_____. **Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas**. In: Antunes, R.; Silva, M. A. M. (ORG.). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 29-78.

_____. **Produção de alimentos Agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do Trabalho.** São Paulo: Editora da UNESP, 2002

_____. **Agrocombustíveis solução? A vida por um fio no eito dos canaviais.** São Paulo: CCJ – Centro de Capacitação da Juventude, 2008.

_____. **Trabalho e morte dos “Severinos” nos canaviais paulistas.** Direitos Humanos no Brasil 2006: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo, 2006

_____. **A morte ronda os canaviais paulistas.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, nº2, vl. 33, Agost./Dez. 2006, pp 111-114

_____. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Ed. Unesp, 2000

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo – org. **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História do Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais.** Cuiabá: Entrelinhas, 2002

_____. **O processo histórico do Mato Grosso.** Seduc: 1997

SZMEREKÁNYI, Tamas. **O planejamento da agroindústria canvieira do Brasil (1930-1975),** São Paulo, Hucitec, 1979

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998

TORQUATO, S.A., **Cana de Açúcar para Indústria: O quanto vai precisar crescer.** Instituto de Economia Agrícola – IEA (2006).

VALIM, Ana. **Migrações: perda da terra à exclusão social.** São Paulo: Atual, 1996

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. **No coração do Brasil: Políticas públicas, Desenvolvimento e Colonização em Mato Grosso.** Cáceres: Editora Unemat, 2005.

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM RECURSOS HUMANOS DAS USINAS: Coprodia, Itamarati e Barrálcool

- 1- Fale sobre a Usina e sua política de Recursos Humanos.
- 2- Como são admitidas as pessoas nesta empresa?
- 3- Quais os motivos considerados graves para o desligamento na mesma?
- 4- Quantos empregos ao todo esta empresa tem gerado na região?
- 5- Há diferença na contratação dos funcionários que trabalham na indústria dos que trabalham no campo?
- 6- Quantos trabalham no campo em específico com o corte da cana?
- 7- Quais as origens desses trabalhadores?
- 8- Dos cortadores atuando nessa safra que percentual são nordestinos versus matogrossenses?
- 9- Caso sejam de outras regiões, em específico do Nordeste, como se dá o processo do contato para chegar até o momento da contratação dos mesmos?
- 10- Atualmente qual a área de cana plantada em hectares que abastece a produção desta usina?
- 11- O plantio se dá totalmente em áreas da usina ou possui arrendamentos?
- 12- Caso tenha arrendamento qual percentual é produção própria e qual percentual é de terceiros?
- 13- Qual a capacidade produtiva desta usina e quais seus principais produtos?
- 14- Em que período se inicia e termina a safra agrícola nesta usina?
- 15- A usina utiliza colheita mecanizada ou apenas o corte manual?
- 16- Caso tenha colheitadeiras, qual o percentual da colheita mecanizada versus o manual?
- 17- Com a legislação exigindo cada vez mais a redução das queimadas, (Em São Paulo, o prazo é até 2017) qual a estimativa que esta empresa tem para se ajustar? A legislação é igual no Mato Grosso?
- 18- Com a mecanização total da colheita da cana, poderá ocasionar redução de postos de trabalho, tendo em vista reportagem exibida pelo jornal nacional em 28/03/2009, que afirmava uma máquina substitui 80 homens. Diante disso, de quem deve ser a responsabilidade em absorver essa mão de obra que estará sem trabalho?

- 19- Tendo em vista que o Centro Sul (SP) é líder no plantio extensivo da cana, acredita-se que o mesmo oferece maior quantidade de postos de trabalho para o corte da cana. Então, o que leva esses trabalhadores a migrarem para o Mato Grosso em específico para o trabalho nessa atividade?
- 20- Qual a remuneração de um cortador de cana?
- 21- Como ocorre a supervisão desse trabalhador?
- 22- Como atua o RH desta usina junto a esse trabalhador?
- 23- A usina conhece a opinião dos trabalhadores referente à mecanização?
- 24- O que os mesmos estão fazendo para enfrentar essa nova fase da agroindústria sucroalcooleira?
- 25- A usina oferece oportunidade para que os mesmos se reciclem?
- 26- Há algum cortador de cana que já foi promovido?
- 27- Qual o nível de instrução dos mesmos?
- 28- Dos cortadores de cana atuando nessa safra, quantos atuaram em safras anteriores?
- 29- Quantos desses trabalhadores seriam capazes de se reciclarem e aprenderem a operar uma colheitadeira?
- 30- A política de RH desta usina oferecia uma oportunidade como essa para um cortador de cana?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO BIOGRÁFICO APLICADO AOS
TRABALHADORES DO ALOJAMENTO “Carandiru”**

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS MIGRANTES

Nome _____ sexo _____ idade _____

Rua _____ Nº _____

Localidade/Bairro: _____ () Rural () Urbano

Cidade _____ Estado _____

Atividade no destino: _____

Usina que trabalha _____ Há quanto tempo? _____

Contrato: Sim () Não () Escolaridade _____

Renda mensal _____ Possui outra fonte de renda? () sim () não _____

Caso sim: Qual? _____

Número de membros na família _____ Renda: _____

Telefone _____

Tem familiares trabalham para o corte de cana? Sim () Não () Quantos? _____

Nome(s) _____

Quais usinas trabalham? _____

Município _____

Estado: _____ Contrato: Sim () Não () _____

Na folga quais atividades você tem desenvolvido na cidade? _____

Atividade do migrante no lugar de origem: _____

CONDIÇÕES DO DOMICÍLIO NO LOCAL DE ORIGEM - URBANO:

() Próprio () Alugado () Cedido

() Outras: _____

CONDIÇÕES DO DOMICÍLIO NO LOCAL DE ORIGEM – RURAL:

() Proprietário () Agregado () Arrendatário () Posseiro

() Outras: _____

RELAÇÃO COM SINDICATO NO LOCAL DE ORIGEM

- Associado Não

CONDIÇÕES DE VIAGEM

- Por conta própria Ônibus da empresa/sem cobrança
 Ônibus da empresa/com cobrança Com parentes
 Outras: _____ Quais? _____

Empresa que contratou: _____

FORMA DE SALÁRIO:

- Fixo Por produção Outras. Quais? _____

RELAÇÃO DE TRABALHO:

- Registrados Não registrados

TIPO DE CONTRATOS

- Temporário Sem prazo determinado

COMO RESIDE (NO DESTINO)

- Casa própria Casa alugada/dormitórios
 Casa de parentes Alojamentos
 Outras: Quais? _____

RELAÇÃO COM O SINDICATO NO DESTINO:

- Associado Não associado

DATA: ____/____/2009

BARRA DO BUGRES-MT

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS – MIGRANTES

Qual o seu nome, idade e local de origem?

Até que série estudou?

Por que você saiu de sua terra natal?

Porque a escolha das usinas no Mato Grosso?

Quando você veio pela primeira vez? Em que cidade conseguiu trabalho?

Quais atividades você desenvolve trabalhando para a usina?

Como se deu o contato para que você viesse para o Mato Grosso?

Quem são os intermediários? Eles também trabalham para as usinas?

Qual a sua remuneração mensal?

Quais as despesas que você tem ao final de cada mês?

Como se dá a comunicação com a família?

Fale sobre as experiências vividas nos canaviais do Mato Grosso.

Por que alugar-se nas cidades?

No término da safra, permanece na região ou volta para casa?

A empresa investe no cortador de cana?

Quais as oportunidades oferecidas pela usina?

Você é sindicalizado? Em que lugar?

Quais os benefícios de ser um associado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Bugres?

Você gosta de cortar cana? Por quê?

Você gostaria que um filho seu cortasse cana?

DATA: ____/____/2009

BARRA DO BUGRES-MT

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO REPRESENTANTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO BUGRES

Nome do atual Presidente: _____

Data de fundação do sindicato:

- 1 – Qual o trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) junto ao cortador de cana?
- 2 – Qual o número de trabalhadores associados na atividade do corte da cana?
- 3 – Do total associado, quantos são nordestinos e quantos são matogrossenses?
- 4 – Os nordestinos são de que regiões?
- 5 – Quantos deles já trabalharam em safras passadas e quantos dos nordestinos vieram pela primeira vez?
- 6 – Qual a taxa cobrada de um associado?
- 7 – Como é feita a contribuição? Mensal, no início ou término da safra? Eles veem pagar ou já vem descontado no holerite?
- 8 – Quais benefícios o sindicato oferece aos trabalhadores?
- 9 – Do histórico de associados nordestinos, vocês possuem dados de quantos fixaram moradia nesse município?
- 10- Conhecem algum cortador de cana que fixou moradia e atualmente desenvolve outra atividade?
- 11 - Possuem endereço e telefones dos mesmos? Continuam associados?
- 12- Qual a perspectiva para as próximas safras? Há ainda a necessidade da contratação de mão-de-obra de migrantes nordestinos?
- 13 – Porque eles veem para o Mato Grosso?
- 14 – Quem são os intermediários e como se dá o contato?
- 15 – No término da safra permanecem na região ou voltam para casa?
- 16 - Quais as atividades desenvolvidas por um cortador de cana?
- 17 – Como funciona a questão da remuneração de um cortador de cana?
- 18 – A usina Barrálcool tem investido no cortador de cana?
- 19 - Quais as oportunidades a eles oferecidas?
- 20 - O que é a FETAGs e como atuam em favor dos trabalhadores?
- 21 – O que é a CONTAG e quais os trabalhos desenvolvidos junto ao trabalhador?

DATA: ____/____/2009

BARRA DO BUGRES-MT

ANEXO A – Termo de solicitação de entrevista para usina Itamarati



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TANGARÁ DA SERRA
COORDENAÇÃO REGIONAL



Missão da UNEMAT: “Garantir a produção e a difusão do conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento sustentável.”

OFÍCIO Nº 242/COORE/2009

Tangará da Serra – MT, 17 de julho de 2009.

Ilustríssimo Senhor

Sylvio Nobrega Coutinho

Diretor Presidente – Usinas Itamarati

Ilustríssimo Senhor,

Solicitamos de Vossa Senhoria a possibilidade de conceder a Professora Regina Maria da Costa, lotada no Departamento de Administração e Mestranda em Engenharia da Produção, uma entrevista junto ao Recursos Humanos com a Sr^a. Cinthia Xavier Martins Lima, bem como gravar e fotografar a entrevista com o objetivo de coleta de dados para fins de dissertação do mestrado.

Objetivo da Entrevista: conhecer como se dá o processo de contratação e desligamento de pessoas nessa usina, as origens dos trabalhadores, e a questão da mecanização versus a diminuição dos postos de trabalho para os cortadores de cana.

Agradecemos antecipadamente a atenção dispensada ao nosso Campus e nos colocamos a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

Prof. Ms. Ariel Lopes Torres
↑/Coordenador Regional da Unemat
Campus de Tangará da Serra

ANEXO B – Termo de solicitação de entrevista para usina Barrálcool



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TANGARÁ DA SERRA
COORDENAÇÃO REGIONAL



Missão da UNEMAT: “Garantir a produção e a difusão do conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão, visando o desenvolvimento sustentável.”

OFÍCIO Nº 250/COORE/2009

Tangará da Serra – MT, 28 de julho de 2009.

Ilustríssimo Senhor

Roberto Romas

Gerente do Recursos Humanos da Usina Barralcool.

Ilustríssimo Senhor,

Solicitamos de Vossa Senhoria a possibilidade de conceder uma entrevista a Professora Regina Maria da Silva, lotada no Departamento de Administração neste Campus e acadêmica do Mestrado em Engenharia da Produção, com o objetivo de coleta de dados para fins de dissertação do mestrado, bem como gravar e fotografar a referida entrevista.

O objetivo da Entrevista é conhecer como se dá o processo de contratação e desligamento de pessoas nessa usina, as origens dos trabalhadores, e a questão da mecanização versus a diminuição dos postos de trabalho para os cortadores de cana.

Agradecemos antecipadamente a atenção dispensada ao nosso Campus e nos colocamos a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas.

Prof. Ms. Ariel Lopes Torres
p | Coordenador Regional da Unemat
Campus de Tangará da Serra

ANEXO C – Empresas privadas que investiram em projetos de colonização no Estado do Mato Grosso



Mato Grosso. Colonização particular anos 70
(alguns dos principais projetos)

PROJETO	EMPRESA	MUNICÍPIO	ÁREA	LOTES RURALS	LOTES URB.	LOTES IMP	OBSERVAÇÕES
GLEBA CELESTE	SINOP	CHAPADA DOS GUIMARÃES	67.597	538	4.600	10	Prevista construção de 3 cidades. Área dividida em glebas, apenas a primeira implantada. Pecuária, hortelã e pimenta
GLEBA MASSAPÊ	IMCOL	DIAMANTINO	8.887	206	—	8	Culturas diversas, especialmente arroz. Colônia em franco desenvolvimento
NÚCLEO RURAL VITÓRIA	SOMECO	IVINHEMA	6.372	313	—	10	Colônia em franca prosperidade. Culturas de café, soja, milho e pecuária de grande porte
CANARANA	31 DE MARÇO	BARRA DO GARÇAS	39.851	80	—	2	Pecuária de grande porte. Projeto em fase de implantação. 80 famílias na 1ª etapa
6º, 7º e 21º PERÍMETROS	CONOMA LIA	PORTO DOS GAÚCHOS	13.712	254	—	—	_____

Fonte: Cardoso e Müller, 1978: 143.

ANEXO D – Acordo coletivo (Sindicato e Usina)**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2009/2010**

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MT000217/2009
DATA DE REGISTRO NO MTE: 26/06/2009
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR019927/2009
NÚMERO DO PROCESSO: 46210.003287/2009-00
DATA DO PROTOCOLO: 23/06/2009

FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO EST DE MT, CNPJ n. 03.021.995/0001-65, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). MARIA DA GLORIA SILVA;

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO BUGRES, CNPJ n. 03.207.990/0001-21, neste ato representado(a) por seu Tesoureiro, Sr(a). SEBASTIAO ANTONIO DE LIMA e por seu Presidente, Sr(a). VALDINEIS FERREIRA DA SILVA;

E

BARRALCOOL DESTILARIA DA BARRA LTDA, CNPJ n. 15.009.061/0001-97, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). AGOSTINHO SANSÃO, por seu Diretor, Sr(a). CIDIMAR LUIZ SANSÃO, por seu Gerente, Sr(a). ROBERTO ROMAS GOMES DOS SANTOS e por seu Gerente, Sr(a). NEWTON MARIANO GRANJA;

AGROPECUARIA BOM PASTOR LTDA, CNPJ n. 07.013.633/0002-64, neste ato representado(a) por seu Sócio, Sr(a). WILSON CARLOS GALERA;

CONDOMINIO RURAL DE BARRA DO BUGRES – MOACIR SANSÃO E OUTROS, CEI n. 32860005708-6, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). MOACIR SANSÃO;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de abril de 2009 a 31 de março de 2010 e a data-base da categoria em 1º de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores rurais envolvidos no cultivo de cana-de-**

açucar, com abrangência territorial em **Barra do Bugres/MT**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

O piso salarial da categoria dos trabalhadores na lavoura canavieira será fixado em R\$ 562,22 (quinhentos e sessenta e dois reais e vinte dois centavos), cujo valor também permanecerá inalterável durante a vigência deste acordo. Havendo aumento salarial fixado pelo governo federal, as partes em comum acordo, reservam-se direito de discutir esse percentual de aumento.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REPOSIÇÃO SALARIAL

Fica concedido aos trabalhadores envolvido na área agrícola o percentual de 4% (quatro por cento) sendo que o mesmo percentual será repassado em toda tabela agrícola da empresa.

Pelo serviço de corte de cana, ficam estabelecidas que os trabalhadores efetuarão o corte de cana de oito de 05 a 07 linhas sempre que necessário e receberão por metro linear de 05 linhas em preço fixado de acordo com a tabela de preço abaixo, sendo acordado R\$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos), por tonelada cortada conforme a tabela abaixo:

TON/HÁ	CANA QUEIMADA (PÉ E PONTA)
Até 35	R\$-0,0890
De 36 a 40	R\$-0,1011
De 41 a 45	R\$-0,1110
De 46 a 50	R\$-0,1228
De 51 a 55	R\$-0,1347
De 56 a 60	R\$-0,1486
De 61 a 65	R\$-0,1604

De 66 a 70	R\$-0,1764
De 71 a 75	R\$-0,1882
De 76 a 80	R\$-0,2020
De 81 a 85	R\$-0,2120
De 86 a 90	R\$-0,2259
De 91 a 95	R\$-0,2394
De 96 a 100	R\$-0,2515
De 101 a 105	R\$-0,2655
De 106 a 110	R\$-0,2771
De 111 a 115	R\$-0,2911
De 116 a 120	R\$-0,3050
De 121 a 125	R\$-0,3167
De 126 a 130	R\$-0,3307
De 131 a mais	R\$-0,3406

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica entendido que os trabalhadores rurais efetuarão o corte de cana de oito de 5 a 7 linhas, sempre que for necessário.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Antes de iniciar o corte de cana, sempre haverá um entendimento entre o encarregado do serviço e o próprio trabalhador, ou seu representante, sobre a classificação da cana, ajustando e acertando enquadramento na tabela de preços referida no caput deste artigo. Ficará a disposição do Sindicato relatório correspondente as médias por tonelada de cana cortada dos talhões e dos preços pagos nos respectivos talhões.

PARÁGRAFO TERCEIRO– Os trabalhadores deverão cortar a cana rente ao solo e que o corte da ponta da cana sem desperdícios da parte útil, que poderá ser efetuado depois do eleiramento desde que sejam 03 (três) ruas jogadas a ponta para um lado e 02 (duas) ruas para o outro.

PARÁGRAFO QUARTO– Fica assegurada à queima de cana com antecedência mínima de 3 (três) horas, na forma do Termo Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho em 02/02/2006, salvo por imprevistos incorridos por intempéries ou parada da Usina, antes do início da jornada de trabalho, assim estaremos contribuindo com a integridade física e da saúde dos trabalhadores que exercem esta

atividade.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - DA DIÁRIA

Os trabalhadores rurais que receberem por dia, será garantido o valor salarial diário garantido o valor salarial diário nunca inferior a R\$ 18,74 (dezoito reais e setenta e quatro centavos), cujo valor também permanecerá inalterável durante a vigência deste acordo. Havendo aumento salarial fixado pelo governo federal, as partes em comum acordo, reservam-se direito de discutir esse percentual de aumento.

PARAGRAFO PRIMEIRO – Fica entendido que a diária baseada no piso salarial, só terá validade para os atestados médicos, atestado odontológico e dia não trabalhado se não houver serviço por parte da empresa.

PARAGRAFO SEGUNDO – Fica convencionado que para os trabalhos de aplicação de herbicida a empresa pagará a diária de R\$ 33,07 (trinta e três reais e sete centavos) e para os demais serviços a empresa pagará a diária de R\$ 26,45 (vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos salários dos trabalhadores será mensal mediante entrega dos recibos aos trabalhadores e deverá ser feito em crédito em conta corrente salário de cada trabalhador no Banco designado pela empregadora, ficando disponível a partir da 00:00 (zero) hora do dia pré-estabelecido, podendo efetuar o saque por cartão eletrônico de acordo com as normas do Banco.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECIBOS

Nos recibos de pagamento ou holerites deverão constar de forma discriminada a identificação do empregado e da empresa, com a discriminação das importâncias pagas, dos descontos efetuados na forma da Legislação Vigente.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Para os trabalhadores rurais que trabalham por produção, o cálculo das verbas rescisórias serão computadas na forma do artigo segundo do decreto 57.155/65, artigos 142 e 487 da

CLT.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA NONA - DA MEDIÇÃO DA CANA

A medição da cana será realizada a partir da cana nativa, que servirá de marco inicial do eito cortado. A marcação e o controle da produção diária, bem como a classificação da cana e o preço serão feitos pelos fiscais de campo de cada equipe, juntamente com o trabalhador ou de seu representante, comprometendo-se a empresa a fornecer uma via das anotações de sua produção diária para seu controle, no início da jornada de trabalho do dia seguinte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO TRABALHO EVENTUAL

Os empregados rurais que prestam serviços eventuais e diversos do corte de cana ficam-lhes assegurado no mínimo o pagamento de uma diária com base no parágrafo segundo da cláusula segunda, deste instrumento.

Auxílio Habitação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ALOJAMENTO

Será cedido gratuitamente alojamento aos trabalhadores que necessitarem residir no emprego, sem que isso importe em salário utilidade ou incorporação ao salário do obreiro, devendo o referido alojamento ser adequado a NR 31.23.5.1, podendo ser vistoriado pelo Sindicato mediante prévia solicitação e autorização da empregadora, devendo o Sindicato, fazer a comunicação por escrito à empregadora quando apontar qualquer irregularidade.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Fica acordado que a empresa fornecerá alojamento a todos os trabalhadores que não possuem família e residência fixa no município, acordando-se que a empresa contratara preferencialmente os trabalhadores que optarem por residir nos alojamentos oferecidos, não sendo de responsabilidade da empresa e nem do sindicato qualquer outro tipo de moradia que os referidos trabalhadores optarem.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica expressamente proibido alojar trabalhadores em galpões concomitantemente com guarda de produtos agrotóxicos em geral, animais ou máquinas agrícolas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica na responsabilidade da empresa de fornecer

gratuitamente aos trabalhadores que necessitarem residir no emprego, colchões de qualidade e resistência.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALIMENTAÇÃO

A empregadora fornecerá café da manhã reforçado e almoço no trabalho aos empregados que residem no município cujo desconto será de R\$42,40 (quarenta e dois reais e quarenta centavos) sendo que serão excluídos deste valor os dias de folga para safra 2009/2010. A empregadora fornecerá aos residentes nos alojamentos da empresa, café da manhã reforçado, almoço e jantar, e será cobrada mensalmente dos trabalhadores a importância dentro do limite de desconto autorizado por Lei, limitado em R\$ 84,80 (oitenta e quatro reais e oitenta centavos) para a safra 2009/2010, sendo que, a empregadora arcará com a diferença residual do custo das refeições. Cada trabalhador se compromete a obedecer ao intervalo de no mínimo uma hora de descanso e alimentação no período de almoço. A alimentação será fornecida pela cozinha industrial própria da empresa e sob orientação de profissional nutricionista.

PARAGRAFO ÚNICO – A empregadora se compromete a fornecer as refeições nas lavouras e nos alojamentos da empresa dentro dos horários normais.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TRANSPORTE SEGURO E GRATUITO

Fica assegurado o fornecimento gratuito da condução pelo empregador ao empregado, destinado ao deslocamento para o trabalho e respectivo retorno, sendo que a empresa deve obedecer a NR 31.16.1, cujos itens prescrevem: O veículo de transporte coletivo de passageiros deve observar os seguintes requisitos: 1º possuir autorização emitida pela autoridade de trânsito competente; 2º transportar todos os passageiros sentados; 3º ser conduzido por motorista habilitado e devidamente identificado; 4º possuir compartimento resistente e fixo para a guarda de ferramentas e materiais separados dos passageiros, de acordo com a cláusula 2.10 do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho em 02/02/2006.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O fornecimento gratuito da condução pela empresa aos trabalhadores que residirem na cidade de Barra do Bugres até o local denominado “Alojamento 4 Marcos” não importa em horas “in itinere”, nem tampouco na integração do transporte como salário- utilidade, já que nesse percurso trafegam linhas de ônibus regular em horários compatíveis, sendo de fácil acesso e, para compensar esse tempo despendido

pelos trabalhadores será servido na lavoura, um café matinal gratuitamente.

PARAGRAFO SEGUNDO - Fica estabelecido que marcação eletrônica do cartão - ponto de todos os trabalhadores, tanto no início quanto no término das atividades, será feito no local denominado “Alojamento 4 Marcos”, localizado próximo ao trevo de entroncamento da rodovia MT 246, de onde serão conduzidos os trabalhadores até as frentes de serviços (lavoura).

PARAGRAFO TERCEIRO – Em se havendo hora “in itinere” serão apuradas e pagas na forma da legislação vigente.

PARÁGRAFO QUARTO – Os representantes de cada turma bem como os diretores do Sindicato representantes dos trabalhadores rurais e a Fetagri poderão fiscalizar as condições de segurança dos veículos e havendo irregularidades deverão comunicar a direção da empresa, para que a mesma tome as providências cabíveis.

PARÁGRAFO QUINTO – Fica assegurada a permanência do veículo de transporte dos trabalhadores rurais no local de trabalho para servir de abrigo de chuva, de acordo com a cláusula 2.7 do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho em 02/02/2006.

PARÁGRAFO SEXTO – Os empregadores não utilizarão motoristas que fazem o transporte dos empregados rurais para os locais de trabalho, em outras atividades que possam comprometer a segurança dos trabalhadores e o cumprimento dos horários de transporte dos empregados previsto neste acordo coletivo de trabalho.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO SEGURO DE VIDA

A empresa fará seguro de vida em benefício dos trabalhadores abrangidos por este acordo coletivo, sem que haja qualquer ônus aos mesmos, para cobertura de morte, acidente, invalidez temporária ou permanente.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AGUA POTÁVEL

A empresa deverá fornecer água potável fresca, aos trabalhadores nos seus alojamentos e nas frentes de serviço, de acordo com a cláusula 2.14 do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho em 02/02/2006.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A água potável deve ser disponibilizada em condições higiênicas sendo proibida a utilização de copos coletivos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O empregador fornecerá para todos os trabalhadores da área agrícola durante a safra 2009/2010, uma garrafa térmica de 05 litros gratuitamente.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRABALHADORES DE OUTRO ESTADO

Em caso de contratação de trabalhadores rurais não pertencentes ao Estado de Mato Grosso, caso a empresa venha contratá-los em seu estado de origem as contratações serão efetuadas na forma da legislação vigente.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - APLICAÇÕES DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

Quando for exigida pela empregadora a aplicação de inseticidas, herbicidas, pesticidas e agrotóxicos, serão fornecidos aos trabalhadores rurais equipamentos adequados à sua segurança, nos termos da Lei, mediante Receituário Agrônômico, ficando expressamente proibida esse tipo de atividade para menores, assim definidos na Legislação Trabalhista, gestantes e idosos, além daqueles impedidos de exercer essa atividade por motivo de doença.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GESTANTE

Fica garantido à trabalhadora gestante, trabalho compatível com seu estado, conforme orientação médica, sendo-lhe assegurados os direitos previstos na Legislação vigente.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de labor dos trabalhadores rurais não poderão ultrapassar o limite de 08 (oito)

horas diárias ou o módulo semanal de 44 (quarenta e quatro) horas e mensal de 220 (duzentas e vinte) horas, salvo o limite de 02 (duas) horas diárias, conforme Art. 59 da CLT, diante das condições estipuladas no Art. 61 da CLT, ressalvadas as exceções da legislação em vigor, sendo que serão consideradas como horas extraordinárias aquelas que ultrapassarem a jornada semanal de 44 (Quarenta e quatro) horas.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A jornada de trabalho dos trabalhadores envolvidos com o corte da cana, abrangidos neste acordo coletivo durante o período de safra que compreende o período de corte da cana-de-açúcar, será no sistema 5 x 1, ou seja trabalharão 5 (cinco) dias consecutivos e gozarão o D.S.R no sexto dia, antecipando-o, sendo que o horário de trabalho das 6:00 horas às 14:20 horas, sempre precedido de 1 (uma) hora para refeição e descanso. Sendo que serão consideradas como horas extraordinárias aquelas que ultrapassarem a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. No período de entre-safra, ou seja, o período compreendido fora do período de corte da cana-de-açúcar, a jornada de trabalho será de segunda a sexta-feira das 6:00 às 15:00 horas, com intervalo mínimo de 1 (uma) hora para refeição e descanso, e aos sábados das 6:00 às 10:00 horas.

PARAGRAFO SEGUNDO: A jornada de trabalho aos domingos será das 6:00 às 11:00 horas, sendo que o pagamento desse dia será pago pela produção dos mesmos, desde que a empresa garanta trabalho suficiente até as 11:00 horas da manhã, fica também de comum acordo aos trabalhadores que optarem a trabalhar a jornada do dia a livre negociação dos trabalhadores com a direção da empresa.

PARAGRAFO TERCEIRO: A empregadora poderá optar no período de safra pela jornada de trabalho 12 x36 horas, ou seja, trabalham 12 horas e folgam 36 horas, em turnos fixos, para os trabalhadores envolvidos na área de moto mecanização, que compreende os motoristas, operadores de máquinas, operadores de tratores e carregadeiras, treladores, oficina mecânica, comboio, entre outros.

PARÁGRAFO QUARTO – O D.S.R, quando devido, será remunerado na forma da legislação vigente.

PARAGRAFO QUINTO – Nos dias de calor intenso, com ausência da maioria dos trabalhadores do corte de cana, de cada turma na frente de trabalho, poderão ser liberados antes do horário acima estabelecido, registrando no cartão eletrônico o término do trabalho, sem prejuízo aos trabalhadores, sendo dispensado a necessidade de compensação do horário em outro dia.

PARAGRAFO SEXTO – Os trabalhadores, por ocasião do intervalo intrajornada, deverão se deslocar até o ponto de apoio (ônibus) para fazer a higienização e receber o alimento, ficando obrigados a cumprir o intervalo mínimo de 01:00 hora para descanso e refeição, cujo descumprimento dessa norma acarretará advertência, suspensão e rescisão motivada na forma do artigo 482 da CLT.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PRORROGAÇÃO E COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO

A empregadora poderá adotar a prorrogação da jornada e a compensação de horas ficando já

convencionado que poderá ser adotado outro horário de acordo com a necessidade da empresa, desde que haja entendimento com os empregados e a anuência do Sindicato, na forma do artigo 59 da CLT

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO DESCANSO AOS DOMINGOS

Em casos especiais poderá ocorrer a realização de trabalho aos domingos e feriados, desde que aceito pelos trabalhadores envolvidos, sendo que a remuneração do trabalho nesses dias será acrescida do adicional de horas extras estabelecidas em Lei.

Descanso Semanal

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO DESCANSO SEMANAL

Só será devida a parcela referente ao descanso semanal remunerado aos diaristas e aos trabalhadores que recebem por produção, desde que haja o comparecimento do trabalhador durante toda a semana, de acordo com o estabelecido em Lei, sendo que o valor a ser pago ao trabalhador no dia do repouso, será calculado com base na média semanal de sua produção.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DIA DO TRABALHADOR RURAL

Fica instituído o dia 25 de julho como o dia nacional do Trabalhador Rural, data que será comemorada por todos aqueles componentes da categoria, sendo que esta data será comemorada sempre no domingo antes ou depois do dia, independentemente do dia da semana que vier cair.

Férias e Licenças Licença Remunerada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA LICENÇA SAÚDE

Fica assegurado ao empregado o recebimento do salário durante os primeiros quinze dias do afastamento do empregado por motivo de doença, devidamente comprovada por atestado médico emitido pelo médico da empresa, por médico credenciado pela Previdência Social, ou conveniado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, desde que também analisados pelo médico da empresa, cujo valor do salário deverá ser calculado com base no valor da diária estabelecida na cláusula segunda deste instrumento.

Saúde e Segurança do Trabalhador Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - INSTRUMENTO DE TRABALHO

A empregadora fornecerá, gratuitamente ao trabalhador, no início da safra, 2 (dois) pares de botinas, um facão, quatro limas, um jogo de perneira, óculos de proteção, 02 (dois) pares de luvas e um mangote para o trabalho de corte de cana, sempre limpos e higienizados, cujos objetos deverão ser devolvidos quando tiverem que ser substituídos por defeito e ou desgaste e por ocasião da rescisão contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A empregadora obriga-se a repor os equipamentos pelo desgaste normal, sendo que em caso de perda ou mau uso por parte do trabalhador a reposição somente será efetuada mediante o pagamento do valor referente ao custo de aquisição do equipamento, ficando autorizado desde já o desconto em folha de pagamento do valor correspondente, na forma prevista na NR 31.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para as demais funções, fica o empregador obrigado a fornecer os EPI's, conforme exigência legal, bem como uniformes para os trabalhadores nos setores de vinhaça, motoristas, operadores, fiscais e oficina mecânica de acordo com as normas da empresa.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AUSENCIA AO TRABALHO

Para justificar a ausência do obreiro no trabalho, somente terão validade os atestados médicos e odontológicos passados por médicos e odontólogos credenciados pela previdência social e médica do hospital municipal ou profissional cadastrado pela empresa ou pelo sindicato e Médico particular devendo ser analisado pelo médico da empresa, sendo que a remuneração do obreiro nesse dia será feita com base no valor da diária estabelecida na cláusula segunda deste instrumento, cujos atestados deverão ter o número do CID, e a empresa fornecerá protocolo de recebimento dos atestados.

PARÁGRAFO UNICO – Fica garantido atestado médico para os trabalhadores que tiverem necessidade de acompanhar filho ou cônjuge ao médico, desde que este atestado seja aprovado pelo Departamento Social da empresa, e, em caso de dúvidas seja analisado em conjunto com o Sindicato.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ACIDENTE DE TRABALHO

A empresa deve manter uma caixa de medicamentos e materiais para o atendimento dos primeiros socorros, no local de trabalho, bem como um veículo dotado de um meio de comunicação para atendimentos de emergências.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de acidente decorrente do trabalho e ou mau súbito a empresa compromete-se em providenciar o imediato socorro do acidentado, transportando-o ao hospital mais próximo da cidade, desde que credenciado pela Previdência Social, pela empresa ou pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra do Bugres. Caso o problema não seja resolvido em hospitais da rede pública e ou credenciados pela empresa e pelo Sindicato, excepcionalmente o empregado poderá ser transferido à um hospital particular mais próximo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A empresa responsabiliza-se pelo pagamento do empregado acidentado nos primeiros quinze dias e, após esta data compromete-se a comunicar o acidente ao órgão competente da Previdência Social, de acordo com a cláusula 2.1 do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho em 02/02/2006.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em caso de doença ou acidente do obreiro, fora do local de trabalho, este deverá arcar com todas as despesas médicas e hospitalares, no entanto, poderá a empresa por livre iniciativa sua, ajudar nos custos e despesas, ficando, todavia, autorizada a ressarcir numerário desembolsado, efetuando o desconto na remuneração do trabalhador na folha de pagamento do mês subsequente, dentro dos limites legais.

PARÁGRAFO QUARTO - A empresa fornecerá para todos trabalhadores abrangido por este acordo, soro caseiro ou medicinal conforme orientação médica, nas frentes de trabalho.

PARAGRAFO QUINTO: No caso de morte do trabalhador em decorrência de acidente de trabalho, o empregador cobrirá todas as despesas do sepultamento, inclusive traslado desde que comprovado a residência fora do município.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - SESMT

Fica acordado que o SESMT (Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho) e o SESTR (Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho Rural) funcionarão de forma coletiva conforme disposto no item 31.6.9.1 letra “c” da NR.31.

Relações Sindicais

Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DAS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELO SINDICATO

Nenhum empregado poderá ser impedido pela empregadora de participar de assembléias, reuniões e encontros promovidos pelo Sindicato, desde que comunique à empresa através de documento escrito e num prazo mínimo de cinco dias antes da realização do evento. A falta do trabalhador para atender tal chamamento será tida como justificada, porém, não remunerada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os trabalhadores que forem eleitos Diretores e os delegados sindicais escolhidos, membros do conselho fiscal, membros da diretoria executiva e seus suplentes, serão liberados sempre que as obrigações do cargo exigir, mediante comunicação prévia, cujas faltas serão justificadas, mas não remuneradas, conforme a legislação vigente.

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - LIVRE ACESSO

Fica assegurado o livre acesso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dentro de suas jurisdições da FETAGRI-MT e da CONTAG-DF, desde que devidamente identificados o comparecimento no local de trabalho, para visitar ou manter contato com os trabalhadores que prestam serviços a essa empresa e fornecedores, assegurando o livre exercício da atividade sindical, não podendo as lideranças sindicais promover reuniões ou assembléias nas áreas pertencentes a empresa, salvo prévia autorização do empregador.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Conforme o termo de ajustamento de conduta nº 051/2009 firmado em 31/03/2009 junto ao Ministério Público do Trabalho, a empresa na qualidade de simples intermediária descontará o equivalente a 3% (três por cento) do salário de todos os trabalhadores no mês de julho de 2009, a título de contribuição assistencial, referente à campanha salarial de 2009 conforme autorizado em Assembléia Geral realizada no dia 01/03/2009, sendo que a empresa poderá descontar também dos não associados desde que haja autorização individual por escrito dos mesmos, em favor da entidade profissional, depositada em conta bancária a ser indicada por esta, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao desconto. A empresa ficará eximida de qualquer responsabilidade jurídica proveniente do desconto da Contribuição confederativa e assistencial inclusive no tocante ao prazo de oposição, eis que assumidas integralmente pelo Sindicato, pois a empresa atuará como simples intermediária. Ficará à disposição do Sindicato na sede da empregadora a relação nominal dos contribuintes referente o valor recolhido em favor do Sindicato.

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA: RECOLHIMENTO

A empresa na qualidade de simples intermediária descontará mensalmente do salário de todos os seus empregados associados e dos não associados, estes mediante autorização individual por escrito, a título de desconto de Contribuição Confederativa, o percentual de 2% (dois por cento) do salário base, conforme autorizado em Assembléia Geral realizada no dia 01/03/2009, em favor da entidade profissional, depositada em conta bancária a ser indicada por esta, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao desconto, na forma do Artigo 545 da CLT e conforme o termo de ajustamento de conduta nº 051/2009 firmado em 31/03/2009 junto ao Ministério Publica do Trabalho.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os empregados poderão se opor ao referido desconto, no prazo de até 10(dez) dias após o desconto em folha, e havendo discordância do empregado, este deverá manifestá-la perante o Sindicato da categoria profissional. As oposições firmadas perante o Sindicato serão enviadas à EMPREGADORA em tempo hábil, sob pena de que tomará as medidas cabíveis.

Disposições Gerais Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO COMPROMISSO

As partes acordantes comprometem-se a respeitar todas as cláusulas e condições impostas neste acordo coletivo de trabalho, mantendo-se boas relações de trabalho/capital e aprimoramento, sem a participação de terceiros alheios a este pacto coletivo que, depois de assinado, faz lei entre as partes.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para homologação e registro na Superintendência Regional do Trabalho - DRT, para os efeitos legais.

Outras Disposições

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DAS VISTORIAS

O Sindicato fica obrigado a fornecer LAUDO DE VISTORIA a cada inspeção realizada nos alojamentos, refeitórios da empregadora, nos veículos de transporte e nas frentes de trabalho e enviar uma via para a FETAGRI-MT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

As partes, em comum acordo, elegem e estabelecem a jurisdição da Vara Especializada do Trabalho de Tangará da Serra – MT para dirimir quaisquer dúvidas, ou pendência relativas ao presente acordo coletivo de trabalho.

As partes acordantes comprometem-se a respeitar todas as cláusulas e condições impostas neste acordo coletivo de trabalho, mantendo-se boas relações de trabalho/capital e aprimoramento, sem a participação de terceiros alheios a este pacto coletivo que, depois de assinado, faz lei entre as partes.

E, por estarem de comum acordo, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para homologação e registro na Superintendência Regional do Trabalho - DRT, para os efeitos legais.

Barra do Bugres, 30 de abril 2009.

PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO BUGRES:

VALDINEIS FERREIRA DA SILVA

Presidente em Exercício

RG 1191381-9 SJ/MT – CPF 593.140.871-15

SEBASTIÃO ANTONIO DE LIMA

Tesoureiro

RG 04.936.345 SSP/MT – CPF 388.055.881-72

DRA. KARLLA CHRISTINE C. F.BARROS CARVALHO

Assessora Jurídica

OAB/MT 8852

**PELA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO
DE MATO GROSSO**

MARIA DA GLÓRIA BORGES DA SILVA

Secretária de Assalariado da FETAGRI MT

RG 371263 SSP/MT CPF 788.431.381-20

DR JOSÉ ROBLES VARGAS OLIVARES RODRIGUES

Assessor Jurídico

OAB/MT 5605

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES RURAIS:

ELIAS GEILSON SILVA SOARES

Trabalhador Rural

CPF 044.254.914-83

IZAIAS DA SILVA PEREIRA

Trabalhador Rural

CPF 005.105.621-67

JOSÉ SEVERO BEZERRA

Trabalhador Rural

CPF 284.527.041-00

LUIZ GONZAGA DE CAMPOS

Trabalhador Rural

CPF 803.810.736-53

SIZINO DE OLIVEIRA SANTOS

Trabalhador Rural

CPF 593.241.475,87

**PELO CONDOMINIO RURAL DE BARRA DO BUGRES – MOACIR SANSÃO E
OUTROS**

REPRESENTANTE DOS FORNECEDORES - CEI 328600570-86

MOACIR SANSÃO - CPF 021.721.431-20

PELA BARRALCOOL DESTILARIA DA BARRA LTDA- CNPJ 15.009.061/0001-97

AGOSTINHO SANSÃO

Diretor Superintendente

CPF 007.292.801-87

CIDIMAR LUIZ SANSÃO

Diretor Executivo

CPF 481.845.781-72

NEWTON MARIANO GRANJA

Gerente Administrativo

CPF 674.193.728-53

ROBERTO ROMAS GOMES DOS SANTOS

Gerente de Recursos Humanos

CPF 537.563.471-68

PELA AGROPECUARIA BOM PASTOR LTDA:

WILSON CARLOS GALERA

Sócio

CPF 803.465.108-72

REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL DE BARRA DO BUGRES

DANTE PETRONI NETO

Primeiro Suplente de Diretoria

CPF 253.064.051-34

MARIA DA GLORIA SILVA

Diretor

FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO EST DE MT

SEBASTIAO ANTONIO DE LIMA

Tesoureiro

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO BUGRES

VALDINEIS FERREIRA DA SILVA

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO BUGRES

AGOSTINHO SANSÃO

Diretor

BARRALCOOL DESTILARIA DA BARRA LTDA

CIDIMAR LUIZ SANSÃO

Diretor

BARRALCOOL DESTILARIA DA BARRA LTDA

ROBERTO ROMAS GOMES DOS SANTOS

Gerente

BARRALCOOL DESTILARIA DA BARRA LTDA

NEWTON MARIANO GRANJA

Gerente

BARRALCOOL DESTILARIA DA BARRA LTDA

WILSON CARLOS GALERA

Sócio

AGROPECUARIA BOM PASTOR LTDA

MOACIR SANSÃO

Diretor

CONDOMINIO RURAL DE BARRA DO BUGRES – MOACIR SANSÃO E OUTROS

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .

ANEXO E – Termo de ajuste de conduta da usina para com os trabalhadores



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
Nº51/2009

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO BUGRES/MT, CNPJ nº 03.207.990/0001-21, representado por **VALDINEIS FERREIRA DA SILVA**, Presidente em Exercício, acompanhado da advogada **KARLLA CHRISTINE COELHO FERNANDES**, OAB/MT 8852, a **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MATO GROSSO/FETAGRI**, representada por **JOSÉ ROBLES VARGAS OLIVARES RODRIGUES**, OAB/MT 5.605, acompanhado a empresa **BARRALCOOL DESTILARIA DA BARRA LTDA.**, representada, neste ato por representado por **AGOSTINHO SANSÃO**, conforme ata de reunião ora colacionada aos autos, bem como o **CONDOMÍNIO RURAL DE BARRA DO BUGRES (MOACIR SANSÃO E OUTROS)**, representado, neste ato por **MOACIR SANSÃO**, cujos dados constam do instrumento particular colacionado aos autos nesta oportunidade, acompanhados do advogado **LUIZ MARIANO BRIDI**, OAB/MT 2619, bem como o **SINDICATO RURAL DE BARRA DO BUGRES/MT**, neste ato representado por **DANTE PETRONI NETO**, CPF nº 253.064.051-34, Secretário da referida entidade sindical. firmam **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, nos autos do PPIC nº 164/2002, nos termos do § 6º do art. 5º da lei nº 7.347/1985, perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, representado neste ato pelo

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Pres. Castelo Branco, 1268, Ed. Nasr, Goiabeiras, Cuiabá, MT, CEP 78045-610. Tel.: (065) 3613-9100
www.prt23.mpt.gov.br - E-mail: prt23@vsp.com.br

04

1



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



Procurador do Trabalho, Eduardo Menezes Ortega, lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, MT, nos seguintes termos.

1 OBJETO

O objeto deste instrumento é a fixação de obrigações de fazer e não fazer, conforme abaixo estabelecido.

2 DA ABRANGÊNCIA

O presente instrumento abrange a matriz e todas as filiais/sucursais da signatária situadas no território nacional.

3 DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

3.1 - DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS E /OU ASSISTENCIAIS DE EMPREGADOS NÃO SINDICALIZADOS

3.1.1 - **ABSTER-SE** de firmar norma coletiva que preveja a cobrança de contribuição sindical e/ou assistencial, ou outra a qualquer título não prevista em lei, a exceção de autorização expressa neste sentido, de trabalhadores não sindicalizados.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Pres. Castelo Branco, 1268, Ed. Nasr, Goiabeiras, Cuiabá, MT, CEP 78045-610. Tel.: (065) 3613-9100
www.prt23.mpt.gov.br - E-mail: prt23@vsp.com.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



3.1.2 – O **EMPREGADOR**, doravante, somente efetuará desconto de contribuição assistencial e /ou confederativa de empregados não associados, mediante a expressa autorização individual.

3.1.3 – O **SINDICATO**, com relação à contribuição assistencial recebida de trabalhadores não associados no ano de 2.008, se compromete em 30 (trinta dias) apresentar relação nominal de todos os trabalhadores envolvidos, ressaltando os associados, os não associados que autorizaram o desconto efetivado e os trabalhadores associados que não autorizaram o desconto em sua remuneração.

3.1.4 – O **SINDICATO**, em 180 dias, deverá providenciar a devolução dos valores recebidos de trabalhadores não associados e que não autorizaram individualmente o desconto da contribuição assistencial do ano de 2008. Caso não sejam encontrados tais trabalhadores, os valores devidos deverão ser depositados nas respectivas contas vinculadas do FGTS, cujo dados estão em posse do empregador.

3.2 - DA DIVULGAÇÃO DO PRESENTE TERMO

3.2.1 Divulgar o inteiro teor deste TCAC entre os(as) trabalhadores(as), afixando permanentemente uma cópia em mural de avisos situado em local de fácil acesso, com ampla visibilidade e freqüentado pelos obreiros(as).

3.3 DA ALTERAÇÃO LEGISLATIVA

3.3.1 Obedecer quanto aos temas tratados neste TCAC a legislação aplicável, inclusive infralegal, ou legislação superveniente que revogue e/ou acresça nova obrigação, ainda que não listada de forma específica nos itens anteriores, que passará, automaticamente, a integrar o presente.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Pres. Castelo Branco, 1268, Ed. Nasr, Goiabeiras, Cuiabá, MT, CEP 78045-610. Tel.: (065) 3613-9100
www.prt23.mpt.gov.br – E-mail: prt23@vsp.com.br

[Assinatura]



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



4 DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO

- 4.1 O descumprimento do presente termo de ajuste de conduta resultará na aplicação de *astreinte* de R\$ 300,00 (trezentos reais), por empregado e por cláusula descumprida, ainda que parcialmente cuja responsabilidade recairá cumulativamente sobre os responsáveis pela violação.
- 4.2 Os *astreintes* previstos nos itens acima serão reversíveis ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nos termos do § 6º do art. 5º e do art. 13 da lei n.º 7.347/1985 ou, a critério do procurador do trabalho oficiante, serão reversíveis a instituições ou programas/projetos públicos ou privados, de fins não lucrativos, que tenham objetivos filantrópicos, culturais, educacionais, científicos, de assistência social ou de desenvolvimento e melhoria das condições de trabalho.
- 4.3 O *astreinte* aplicado não é substitutivo da obrigação pactuada.
- 4.4 O *astreinte* não fica sujeito às limitações do art. 412 do CC;
- 4.5 O valor do *astreinte* será atualizado pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Na ausência do INPC, a atualização monetária será efetuada com base no índice de correção das dívidas trabalhistas;
- 4.6 Os sócios proprietários da sociedade empresária signatária ficam solidariamente responsáveis pelo pagamento do *astreinte*.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO
Rua Pres. Castelo Branco, 1268, Ed. Nasr, Goiabeiras, Cuiabá, MT, CEP 78045-610. Tel.: (065) 3613-9100
www.pr23.mpt.gov.br – E-mail: pr23@vsp.com.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



4.7 A recusa em comprovar o cumprimento deste TCAC por informações, documentos ou qualquer outro tipo de conduta, importará em presunção absoluta de descumprimento de seus termos.

4.8 O *astreinte* previsto neste TCAC não é substitutivo das penalidades previstas na CLT e legislação esparsa.

5 DA SUCESSÃO

As cláusulas objeto do presente TCAC permanecem inalteradas em caso de sucessão, ficando o(s) sucessor(es) responsáveis pelas obrigações aqui pactuadas, inclusive, pelo pagamento do *astreinte* avençada no caso de inadimplência.

6 FORMAÇÃO DE GRUPO ECONÔMICO

A fiscalização do cumprimento do presente TCAC ficará a cargo da Delegacia Regional do Trabalho e Emprego – DRT, bem como do Ministério Público do Trabalho - podendo ser objeto de outras investigações ou de denúncias - e de qualquer outra pessoa física ou jurídica (pública ou privada).

7 - RETIFICAÇÃO E/OU ADITAMENTO DO TCAC

O Ministério Público do Trabalho, a qualquer tempo, diante de novas informações ou se assim as circunstâncias exigirem, pode retificar, complementar ou aditar este TCAC, determinando outras providências que se fizerem necessárias.

9 DA VIGÊNCIA

9.1 Este TCAC consubstancia título executivo extrajudicial, na forma do art. 876 da CLT c/c § 6º do art. 5º da lei n.º 7.347/85, vigendo sem determinação de



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



tempo e, em caso de descumprimento, será executado perante a Justiça do Trabalho.

9.2 Considerando o interesse tutelado e o teor deste termo que retrata obrigações jurídicas, inexistente prazo final para a eventual promoção de ação de execução.

9.3 As partes signatárias convencionam que o presente TCAC tem vigência a partir da data abaixo.

Cuiabá, MT, 31 de março de 2009.

EDUARDO MENEZES ORTEGA

Procurador do trabalho

Waldemar Silva
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO
BUGRES/MT

KARLLA CHRISTINE COELHO FERNANDES

OAB/MT 8852

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Rua Pres. Castelo Branco, 1268, Ed. Nasr, Goiabeltras, Cuiabá, MT, CEP 78045-610. Tel.: (065) 3613-9100
www.prt23.mpt.gov.br – E-mail: prt23@vsp.com.br

VF



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



José Robles Vargas Olivares Rodrigues
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO
ESTADO DE MATO GROSSO/FETAGRI/
JOSÉ ROBLES VARGAS OLIVARES RODRIGUES/
OAB/MT 5.605

[Assinatura]
BARRALCOOL DESTILARIA DA BARRA LTDA.

[Assinatura]
CONDOMÍNIO RURAL DE BARRA DO BUGRES
(MOACIR SANSÃO E OUTROS)

[Assinatura]
LUIZ MARIANO BRIDI
OAB/MT 2619

[Assinatura]
SINDICATO RURAL DE BARRA DO BUGRES/MT

ANEXO F – Jornal Diário da Serra – “O protesto”

Diário da Serra

POLÍCIA

Tangará da Serra, segunda-feira, 18 de junho de 2007 09

Cortadores de cana reivindicam melhores condições de trabalho

A tensão gerada pelo protesto no local durou mais de 24 horas

EVANDRO STRIEDER/Redação DS

Localizada a 170 quilômetros de Cuiabá (MT) a usina Barralcool, de Barra do Bugres, foi fechada na manhã de sábado, 16, pelos cortadores de cana-de-açúcar da própria empresa que reivindicavam melhores condições de pagamento e de trabalho.

Revoltados com a situação que vem se arrastando por um longo período, cerca de 3 mil trabalhadores fecharam a MT-358, no trecho Nova Olímpia/Barra do Bugres, em ambos os sentidos, agindo com violência contra os motoristas que tentaram furar o bloqueio feito com pneus e com os ônibus de propriedade da Barralcool.

TRÂNSITO - Com o fechamento nos dois sentidos da pista, um gigantesco congestionamento se formou em pista dupla e tripla em alguns trechos do asfalto. Por volta das 18h de sábado, quando a equipe do DS esteve no local, a situação já era considerada crítica, onde a fila que se formava no lado direito já ultrapassava cinco quilômetros e aumentava constantemente. No domingo, pela manhã, as informações davam conta que pouco antes da liberação da pista, a fila estava próxima de oito

quilômetros no lado de Nova Olímpia/Barra do Bugres.

No lado esquerdo, com a intervenção da Polícia Militar, os motoristas foram orientados a seguir pelo município de Diamantino, para não ficarem presos no congestionamento.

MOTIVO DA MANIFESTAÇÃO -

Conversando com alguns dos cortadores de cana, que se revoltaram quando a equipe do DS fotografava em frente da Usina Barralcool, se mostrando agressivos por não concordarem com a presença da imprensa no local, eles contaram que a empresa (Barralcool), está os tratando “como animais”. “Estamos revoltados com a situação e queremos os nossos direitos. Hoje estão nos pagando por dia oito reais, onde o mínimo para o cortador de cana é 12 reais. Enquanto não vir alguém do Governo Federal e assinar um documento na nossa frente ‘o bicho vai pega’”, disseram, ressaltando que o filho do ex-deputado Renê Barbour esteve no local, mas não fechando acordo.

Outro motivo que deixou os trabalhadores irritados é em relação a alimentação. “Temos que pagar R\$ 140 por mês e nos dão comida fria e sem sabor. Ontem um colega achou um cabelo no arroz”, conta-



VIOLÊNCIA - Com os ânimos 'quentes', os cortadores de cana-de-açúcar incendiaram o lado direito do canal, em que as chamas chegaram a aproximadamente oito metros de altura. Como a maior parte do congestionamento era composto por caminhões, inclusive alguns com material inflamável, a situação se tornou perigosa, com riscos de explosões.

Na manhã de ontem informações confirmavam que a pista havia sido liberada mas, sob grande pressão por parte dos trabalhadores.

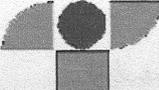
Na edição de amanhã estaremos trazendo mais informações sobre o caso.

Falta de cuidado no trânsito causa acidente em Tangará

O acidente aconteceu na tarde de sábado, por volta das 16h na Avenida Tancredo Neves esquina com rua 3-A, envolvendo as motos CG 125, placa KAT 2938, conduzida por Rosenário Trindade e a Yamaha, placa KAD 2412, cujo condutor não foi identificado, porque sentia fortes dores e rapidamente foi levado para a Unidade Mista, pelo Corpo de Bombeiros.

Segundo Rosenário, os dois motoqueiros trafegavam no mesmo sentido, descendo a avenida normalmente. “Quando eu percebi o motoqueiro invadiu a minha frente pela direita, não consegui desviar e o choque foi inevitável”, explicou Rosenário, que teve ferimentos leves na mão e no braço.





CALCÁRIO TANGARÁ

“A mais de 25 anos produzindo riquezas”

<p style="text-align: center;">Corretivo de Solo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dolomítico - Calcítico - Magnesiano 	<p style="text-align: center;">Agregados Para Construção Civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Brita I e II - Pedrisco - Pó de Pedra - Areia Industrial - Areia Lavada
--	--

Escritório Comercial
Av. Brasil, N.º 45
Tangará da Serra - MT

FONES (65) 3326-2343
FONES (65) 9987-2582

Indústria - Fazenda Alvorada
(65) 3326-3118
Tangará da Serra - MT

ANEXO G – Jornal Cana – Usina do mês – “O sucesso”

34 ▶ USINA DO MÊS

JornalCana®

Dezembro/2006

O SUCESSO DA 'FAMÍLIA BARRALCOOL'

LUIZ MONTANINI, DE BARRA DO BUGRES, MT

Em pleno cerrado do País, no tempo em que o Mato Grosso fazia juz ao nome e era pouco receptivo a incursões pioneiras, a ponto de obrigar os desbravadores a andar com tambores de gasolina na caçamba das picapes, o empresário João Nicolau Petroni, um desses pioneiros, e seus amigos associados da região de Barra do Bugres, já imaginavam um mundo movido a álcool.

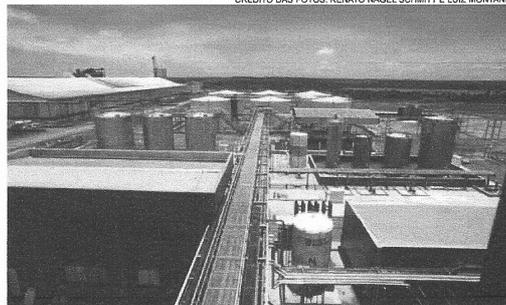
Numa espécie de cooperativa, arregaçaram as mangas, aproveitaram os incentivos do Proálcool e em 16 de dezembro de 1980 fundaram a Barralcool.

Vinte e seis anos depois a saga empreendedora do que o seo João chama de Família Barralcool volta a mostrar sua face de pioneirismo, ao inaugurar a primeira usina de biodiesel em área contígua a uma usina de açúcar e álcool. É a primeira planta anexa a uma indústria de álcool e que faz biodiesel com álcool etílico, o etanol, 100% renovável, e não o metílico, o metanol, de origem fóssil. (veja cobertura sobre a inauguração da Usina de Biodiesel Barralcool nas páginas 68 e 70).

Nestes 26 anos, este paulista de certidão - é natural de Birigiti e criado em Andradina - e matogrossense por



Barralcool, fábrica de biodiesel e vinda do Presidente Lula: sonho de João Petroni é realizado



CRÉDITO DAS FOTOS: RENATO NAGEL SCHMITT E LUIZ MONTANINI

adoção, fez a vida no Vale do Guaporé e Barra do Bugres.

João Petroni e seus sócios levantaram a Barralcool em regime inspirado na filosofia cooperativista. É a usina dos seus sonhos e dos sonhos de seus amigos e associados, a quem considera uma grande família

João Nicolau Petroni é mesmo um sonhador. Nem bem acordou de um, realizado, o de ver a Barralcool se transformar em uma empresa-modelo de energia renovável, realizou outros três de uma só tacada:



inaugurou no final de novembro a usina de biodiesel e trouxe para a pacata Barra do Bugres o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e o

governador do Estado do Mato Grosso, Blairo Maggi.

A nova usina de biodiesel e o prestígio da Barralcool atraíram a vinda do Presidente. Não é para menos. Entre outros itens relevantes, revelados ao longo desta reportagem, a Barralcool está certificada com a ISO 9001/2000 em produção e venda de açúcar cristal branco, que tem marca própria, o nome Barralcool.

Veja a partir desta página e até a página 41 e nas páginas 60 e 70 a história da Barralcool e porque ela se tornou pioneira em biodiesel.



b/9

Você quer preservar o futuro. Você precisa da Boraquímica.

Preservar o meio-ambiente é um detalhe muito valioso para a Boraquímica. Tão valioso que, em nome disso, a gente resolveu até mudar as cores do nosso anúncio. Porque tão importante quanto a imagem da nossa empresa, é a preservação de imagens como esta ao lado. Garantir o futuro é fundamental para nós. Quem conhece a Boraquímica sabe disso. E você também precisa conhecer.

**Produtos Nacionais e Importados;
Grau Técnico e Alimentício;
Acesse nosso site e conheça a mais completa
linha do mercado | www.boraquimica.com.br**

São Paulo-SP
Tel/Fax: (11) 3814-1478
Sertãozinho-SP
Tel/Fax: (16) 3947-9897

Boraquímica
Parceria com você

ANEXO H – Carta da Terra por Herbert de Souza “Betinho”



Carta da Terra

 Um dia a vida surgiu na terra. A terra tinha com a vida um cordão umbilical. A vida e a terra. A terra era grande e a vida pequena. Inicial.

 A vida foi crescendo e a terra ficando menor, não pequena. Cercada, a terra virou coisa de alguém, não de todos, não comum. Virou a sorte de alguns e a desgraça de tantos. Na história foi tema de revoltas, revoluções, transformações. A terra e a cerca. A terra e o grande proprietário. A terra e o sem terra. E a morte.

 Muitas reformas se fizeram para dividir a terra, para torná-la de muitos e, quem sabe, até de todas as pessoas. Mas isso não aconteceu em todos os lugares. A democracia esbarrou na cerca e se feriu nos seus arames farpados. O mundo está evidentemente atrasado. Onde se fez a reforma o progresso chegou. Mas a verdade é que até agora a cerca venceu, o que nasceu para todas as pessoas, em poucas mãos ainda está.

 No Brasil a terra, também cercada, está no centro da história. Os pedaços que foram democratizados custaram muito sangue, dor e sofrimento. Virou poder de Portugal, dos coronéis, dos grandes grupos, virou privilégio, poder político, base da exclusão, força de *apartheid*. Nas cidades virou mansões e favelas. Virou absurdo sem limites, tabu.

 Mas é tanta, é tão grande, tão produtiva que a cerca treme, os limites se rompem, a história muda e ao longo do tempo o momento chega para pensar diferente: a terra é bem planetário, não pode ser privilégio de ninguém, é bem social e não privado, é patrimônio da humanidade e não arma do egoísmo particular de ninguém. É para produzir, gerar alimentos, empregos, viver. É bem de todos para todos. Esse é o único destino possível para a terra.

 Assinam esta carta os que desejam mudar a terra, querem democratizar a terra, querem democracia na terra. Mas ainda neste século. Já se esperou demais. A democracia na terra é condição de cidadania. Esta é uma tarefa fundamental da **Ação da Cidadania**.

 Que o novo presidente execute essa reforma. Que os novos governadores participem dessa mudança. E que a sociedade seja o verdadeiro ator dessa nova peça para mudar a face da terra. A partir daí a vida na terra será melhor.

Herbert de Souza (Betinho)
Articulador Nacional da Ação da Cidadania
Coordenador da Campanha Nacional
pela Reforma Agrária

